



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**PODER E EXPERTISE: A CARACTERIZAÇÃO BRASILEIRA POR *THINK TANKS*
ESTADUNIDENSES**

ANANDA VILELA DA SILVA OLIVEIRA

Foz do Iguaçu
2017



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**PODER E EXPERTISE: A CARACTERIZAÇÃO BRASILEIRA POR THINK TANKS
ESTADUNIDENSES**

ANANDA VILELA DA SILVA OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas

Foz do Iguaçu
2017



Av. Tancredo Neves, 6731
85867-970 | Foz de Iguaçu | PR
PT1 - Bloco 4
+55 (45) 3576 7307
Fax +55 (45) 3576 7306

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANA
INSTITUTO LATINOAMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

Aluno(a) ANANDA VILELA DA SILVA OLIVEIRA
Data da Defesa 04/12/2017
Título do Trabalho PODER E EXPERTISE: A CARACTERIZAÇÃO BRASILEIRA
POR *THINK TANKS* ESTADUNIDENSES

Nesta data, reuniu-se a banca examinadora para avaliação do trabalho apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais e Integração de ANANDA VILELA DA SILVA OLIVEIRA. Após a exposição oral, houve a arguição pelos componentes da banca que, em seguida, reuniram-se reservadamente e decidiram Aprova, com a nota 9,5. Aprovada por todos os presentes, segue assinada a presente ata pelos membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas
Orientador(a)

Profa. Dra. Ana Carolina Teixeira Delgado

Prof. Me. Felipe Cordeiro Almeida

www.unila.edu.br

UNILA - Av. Tancredo Neves, 6731 - Bloco 4 - Foz de Iguaçu - PR - CXP 2044 - CEP 85867-970 - Fone (45) 3576-7307
Escritório Técnico - Rua dos Funcionários 1540 - Juvevê - Curitiba - PR - CEP 80035-050 - Fone (41) 3350-5697

Dedico este trabalho a José Vilela, meu avô, que não está aqui para me ver formar, mas que nunca deixou de me incentivar ou acreditar que eu poderia ser tudo que quisesse.

AGRADECIMENTO (S)

Em primeiro lugar aos meus pais, Osias e Alexandra, que me proporcionaram as oportunidades de estudar e crescer pessoal, profissional e academicamente. Que sempre acreditaram em mim e me dá forças para continuar.

À minha família, por demonstrarem apoio aos meus sonhos e objetivos na vida. A exaltação de orgulho de vocês me motiva a seguir em frente.

Aos colegas de curso, que suportaram todo o estresse do período de construção do trabalho e seguiram o mesmo caminho sem me abandonar. Sei que essa o sistema de ensino superior luta todos os dias para nos tirar desse espaço, mas resistimos e persistimos. Agradeço especialmente a Gabriela, a quem eu liguei chorando várias vezes dizendo que não conseguiria. Ao Pablo, que me recebeu na sua casa tantas vezes e se esforçou para tirar um sorriso dos moribundos que passavam noites acordados estudando. Ao Guilherme, que me apresentou várias músicas novas do cenário pop mundial e que me apresentou uma Beyonce que eu não conhecia. Aos três, que me mostraram como a vida universitária, mesmo com altos e baixos, é muito melhor quando se tem amigos.

A todos os meus professores, pela busca na transformação de cada aluno e todo apoio prestado, em especial ao meu professor orientador Dr. Ramon Blanco, não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade e preocupação com a minha formação acadêmica, não só no âmbito da graduação, mas também com os caminhos posteriores a ela.

Nada pode figurar como elemento de saber se, de um lado, não está conforme a um conjunto de regras e de coações características, por exemplo, de tal tipo de discurso científico numa época dada, e se, de outro lado, não dotasse efeitos de coerção ou simplesmente de incitação próprios ao que é validado como científico ou simplesmente racional ou comumente admitido, etc.

Michel Foucault

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. **Poder e expertise: a caracterização brasileira por *think tanks* estadunidenses.** 2017. 123 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso concentra-se em explorar a caracterização do Brasil por *think tanks* estadunidenses no período de 1995 a 2011. Para isso, levam-se em conta as diferenças e semelhanças de construção das narrativas dos *think tanks* sobre o Brasil durante os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (LULA). Assim, alicerçada em uma pesquisa bibliográfica, trabalha-se com a hipótese de que a partir das ideias veiculadas pelos principais *think tanks* do país, os Estados Unidos passam a ver a liderança emergencial do Brasil no Sul Global como uma ferramenta chave para sua hegemonia nos continentes menos desenvolvidos. Essa situação salienta o vínculo intrínseco entre saber e poder, no qual o poder permite a produção de conhecimento por parte dos *think tanks*, e o saber legitima as formas de dominação de determinadas forças na esfera política. Isso é evidenciado pela quantidade desse tipo de instituição nos EUA, país com o maior número de *think tanks* ativos no mundo. Quanto à metodologia, emprega-se uma abordagem qualitativa, com análise de conteúdo e documental, a fim de evidenciar que os *think tanks* oferecem aos *policymakers* o referencial teórico necessário para a formulação de políticas públicas nos EUA, por meio de publicações que certifiquem suas ações fora das mesas de negociação. Para tanto, é utilizada a Teoria Pós-moderna das Relações Internacionais porque oferece o aparato teórico necessário para ler essa influência, por prover um instrumento de análise que explicita a relação entre conhecimento científico, discurso e poder. Por fim, conclui-se que a representação brasileira por essas instituições se mostra de forma positiva e homogênea, sendo recomendado maior interação entre os dois países e, com isso, reforços para a política externa estadunidense nas regiões em desenvolvimento.

Palavras-chave: *think tanks*. Brasil. EUA. Conhecimento e Poder. Política Internacional.

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. **Power and expertise: a Brazilian characterization by US think tanks.** 2017. 123 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

ABSTRACT

The present work of conclusion of course concentrates in exploring the characterization of Brazil by American think tanks in the period of 1995 to 2011. For this, consider the differences and similarities of construction of the narratives of the think tanks on Brazil during the governments Fernando Henrique Cardoso (FHC) and Luiz Inácio Lula da Silva (LULA). Thus, based on a bibliographical research, we work with the hypothesis that, based on the ideas conveyed by the main think tanks of the country, the United States begins to see Brazil's emergent leadership in the Global South as a key tool for its hegemony in less developed continents. This situation highlights the intrinsic link between knowledge and power, in which power allows the production of knowledge by think tanks, and knowledge legitimizes the forms of domination of certain forces in the political sphere. This is evidenced by the amount of this type of institution in the US, the country with the largest number of active think tanks in the world. As for the methodology, a qualitative approach is used, with content and document analysis, in order to show that think tanks offer policymakers the theoretical framework necessary for the formulation of public policies in the USA, through publications that certify their actions outside the negotiation tables. For that, the Postmodern Theory of International Relations is used because it offers the theoretical apparatus necessary to read this influence, by providing an instrument of analysis that makes explicit the relation between scientific knowledge, discourse and power. Finally, it is concluded that the Brazilian representation by these institutions is shown in a positive and homogeneous way, being recommended more interaction between the two countries and, with this, reinforcements for the US foreign policy in the developing regions.

Key words: Think tanks. Brazil. US. Knowledge and Power. International Politics.

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	12
1.1	METODOLOGIA E ESTRUTURA	16
<u>2</u>	<u>A TEORIA PÓS-MODERNA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</u>	22
2.1	O TERCEIRO GRANDE DEBATE DAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	22
2.2	PÓS-MODERNISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	32
2.3	CONHECIMENTO E PODER: A (IN) DISSOCIABILIDADE DA RELAÇÃO	38
2.4	CONCLUSÕES PARCIAIS	46
<u>3</u>	<u>OS THINK TANKS E OS ESTADOS UNIDOS</u>	47
3.1	OS <i>THINK TANKS</i> ENQUANTO FÁBRICAS DE CONHECIMENTO	47
3.1.1	Gerações de <i>Think Tanks</i>	51
3.1.2	<i>Think tanks</i> e Suas Funções	51
3.2	ESTADOS UNIDOS E A EMERGÊNCIA DE <i>THINK TANKS</i>	55
3.3	<i>THINK TANKS</i> ESTADUNIDENSES: <i>BROOKINGS</i> , <i>COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS</i> E <i>CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNACIONAL STUDIES</i>	59
3.3.1	Brookings Institution	59
3.3.2	Council on Foreign Relations	62
3.3.3	Center for Strategic and International Studies	65
3.4	CONCLUSÕES PARCIAIS	69
<u>4</u>	<u>O BRASIL NA PERSPECTIVA DOS <i>THINK TANKS</i> ESTADUNIDENSES</u>	71
4.1	A CONSTRUÇÃO NARRATIVA SOBRE O BRASIL ENTRE 1996 A 2002	71
4.1	A CONSTRUÇÃO NARRATIVA SOBRE O BRASIL ENTRE 2003 A 2006	82
4.2	A CONSTRUÇÃO NARRATIVA SOBRE O BRASIL ENTRE 2007 A 2011	89
4.3	CONCLUSÕES PARCIAIS	105
<u>5</u>	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	107
	<u>REFERÊNCIAS</u>	114

1 INTRODUÇÃO

Entre *think tanks* e seu conceitos existem diferenças de representações de tema estudados, inclusive diferentes perspectivas sobre diversos países, dependendo de seus interesses e de seu envolvimento com grupos políticos e outros grupos de interesse. Dessa forma, entende-se que existem vários Brasis a serem observados por esses institutos. Portanto, esse trabalho dedica-se a analisar as diferentes maneiras em que a narrativa sobre o Brasil foi construída por três *think tanks* estadunidenses entre 1995 e 2011.

Para tanto, faz-se uso da análise documentos relacionados ao Brasil publicados por três *think tanks* renomados no rol político estadunidense: *Brookings Institution*, *Council on Foreign Relations* e *Center for Strategic and International Studies*, durante dois governos brasileiros: Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nesse sentido, estende-se a análise dos documentos até 2011, uma vez que neste ano foram publicados alguns relatórios de suma importância para a construção da imagem do Brasil nos Estados Unidos. Intenciona-se responder com essa análise quais foram as diferentes perspectivas dessas instituições em relação ao Brasil e como isso foi abordado em diferentes documentos das instituições. Para isso, pauta-se na hipótese de que a partir das ideias veiculadas por *think tanks*, os Estados Unidos passam a ver a liderança emergencial do Brasil no Sul Global como um instrumento chave para a hegemonia estadunidense nos continentes menos desenvolvidos.

Como se verá detalhadamente mais à frente, existem algumas visões diferentes em relação ao que são os *think tanks*. Enquanto Andrew Rich (2001, p. 55) os vê como “[...] organizações de pesquisa independentes, sem fins lucrativos, não defensoras de interesses, que produzem e, principalmente, fiam-se em expertise e ideias para obter apoio e influência no processo de formulação de políticas públicas”,¹ Donald Abelson os entende como “uma instituição sem fins lucrativos, isenta de impostos, não partidária (não confundida com não ideológica) envolvida em pesquisa e análise em uma ou mais questões relacionadas à política pública, seja estrangeira ou doméstica” (ABELSON, 2014, p. 127).² Percebe-se, então, a mudança na crença da independência dessas instituições. Além disso, há as dúvidas referentes

¹ No original: “[...] think tanks are defined as independent, non-interestbased, nonprofit political organizations that produce and principally rely on expertise and ideas to obtain support and to influence the policymaking process” (RICH, 2001, p. 55).

² No original: “[...] a non-profit-making, tax-exempt, non-partisan (not to be confused with non-ideological) institution engaged in research and analysis on one or more issues related to public policy, whether foreign or domestic” (ABELSON, 2014, p. 127).

a função desses institutos. À medida que o *United Nations Development Program* vê os *think tanks* como uma ponte entre o conhecimento e o poder (UNDP, 2003, p. 6), Diane Stone e Marie Curie Chair discordam dessa posição, afirmando que essa visão sobre os *think tanks* capta um dos mitos em relação às instituições, uma vez que as redes de ligação entre o saber e o poder se mostram cada vez mais fluidas e em constante mudança e negociação (STONE e CHAIR, 2007, p. 13). Dessa forma, para este trabalho, adota-se a perspectiva mista de dos autores apresentados, conforme apresentada por Stone (2004, p. 2-3) os *think tanks* constituem “organizações relativamente autônomas envolvidas na pesquisa e análise de questões contemporâneas independentemente do governo, dos partidos políticos e dos grupos de pressão”.³ Essa autonomia relativa ocorre, pois, “os think tanks frequentemente estão em relacionamentos dependentes de recursos com as organizações” (STONE, 2004, p. 3).⁴ Portanto, aqui se percebe os *think tanks* como uma ponte de ligação entre conhecimento e poder, mas não são puramente autônomas ou mesmo completamente dependentes, eles conformam instituições mistas em relação a financiamento privado e público e, com isso, respondem a interesses de diversos lados, limitando sua autonomia, mas não excluindo-a.

Assim, levando em conta a relevância de *think tanks* para a formulação de políticas nos Estados Unidos, em especial de política externa, essa pesquisa se faz justificável por conta da dependência do conhecimento gerado pelas instituições para corroborar as práticas políticas estadunidenses, e com elas poder, no cenário internacional. No contexto dos Estados Unidos como superpotência mundial, se faz necessário o entendimento de suas perspectivas e parcerias nas relações internacionais. A relação entre *think tanks*, que produzem o conhecimento especializado em política, e os decisores ocorre, pois, o conhecimento, que produz verdades absolutas, e o poder são indissociáveis (FOUCAULT, 1979, p. 13). Assim sendo, as verdades construídas por essas organizações se encontram com a formulação de política externa por meio de uma relação intrínseca entre saber e poder. Essa relação ocorre por meio de coerções com efeitos regulamentados de poder (FOUCAULT, 1979, p. 12), na qual o poder permite a produção de conhecimento, e o conhecimento legitima as formas de dominação de determinadas forças.

Dessa forma, esse trabalho se inscreve nas Relações Internacionais por exemplificar as formas como o conhecimento pode dar base para a construção do poder no

³ No original: “[...] relatively autonomous organizations engaged in the research and analysis of contemporary issues independently of government, political parties, and pressure groups” (STONE, 2004, p. 2-3).

⁴ No original: “[...] as think tank are often in resource-dependent relationships with the organizations” (STONE, 2004, p. 3).

cenário internacional. Por meio desse trabalho, como se verá, ficará evidenciado que os *think tanks* se esforçam, por meio da complexidade de cada documento analisado, para manter os políticos e formuladores de política informados sobre os acontecimentos, tanto internacionais como no interior de cada país. Ademais disso, socialmente, se torna pertinente o estudo das formas como o poder está enraizado na sociedade, construindo uma capilaridade social e permitindo produções reguladas de discursos que conferem verdade ou não a objetos estudados.

Além disso, defende-se a opção da análise das pesquisas dos *think tanks* sobre o Brasil, pois o país enquadra-se como um Estado-pivô para a estratégia estadunidense. Segundo Robert S. Chase, Emily B. Hill e Paul Kennedy, Estado-pivô é aquele que regionalmente é tão importante que seu colapso pode ter efeitos danosos e seu progresso pode trazer sucesso para a região e para os Estados Unidos (CHASE, HILL e KENNEDY, 1996, p. 37). Dessa maneira, o Brasil se torna destino de interesse estadunidense, principalmente econômico, uma vez que a partir da década de 1970, investidores norte-americanos passaram a investir no país de modo a aumentar o mercado de bens nos Estados Unidos (CHASE, HILL e KENNEDY, 1996, p. 44). Portanto, o Brasil se transforma num parceiro-chave a potência americana entre os países em desenvolvimento e, assim, uma pauta de discussão nos *think tanks* estadunidenses.

Os *think tanks* propostos para a análise, de modo geral, têm uma visão positiva do Brasil entre 1995 e 2011. A *Brookings Institution*, por meio de seu programa *Latin America Initiative*,⁵ publica periodicamente artigos de opinião e relatórios sobre o Brasil nos mais variados assuntos, como política interna ou externa, política fiscal, políticas de não proliferação de armas nucleares e inserção internacional do país.⁶ O *think tank* se mostra um admirador dos feitos brasileiros pela sua maior participação em foros de decisão no Sistema Internacional e também seu crescimento econômico, principalmente a partir do governo Lula, se referindo ao país como parceiro estratégico e potência emergente na América Latina. Como se verá mais à frente, cada *think tank* tem estudos mais detalhados sobre o Brasil em determinados momentos. Como exemplo, estudiosos da *Brookings* empreenderam, em 2009, a tarefa de publicar um livro que explicasse os passos que o Brasil seguia para sua ascensão no cenário internacional. Segundo publicação no site da instituição, no livro *Brazil as an Economic Superpower? Understanding Brazil's Changing Role in the Global Economy*, os autores Lael Brainard e Leonard Martinez-Diaz defendem que o Brasil colhia os frutos de suas políticas destinadas a

⁵ BROOKINGS. Latin America Initiative. 2017. < <https://www.brookings.edu/project/latin-america-initiative/> >. Acesso em 27 julho 2017.

⁶ BROOKINGS. Brazil. 2017. <<https://www.brookings.edu/topic/brazil/>>. Acesso em 27 julho 2017.

avançar sua autossuficiência e autonomia nos mercados internacionais, saindo a frente de outras nações subdesenvolvidas (BRAINARD e MARTINEZ-DIAZ, 2009). Os autores acreditavam na possibilidade de liderança do país e em sua ascensão como potência em um cenário mundial.

O *Council on Foreign Relations* estuda o Brasil por meio de vários tópicos relacionados a política internacional, como segurança e defesa, diplomacia e instituições internacionais, economia, meio ambiente, Direitos Humanos e outros, e publica tanto em seu site, como na sua revista *Foreign Affairs*.⁷ Os fatores estudados refletem a importância que os *think tanks* oferecem a assuntos de Relações Internacionais e, com os resultados desses estudos, ao Brasil. Em 2001, ainda durante os governos Cardoso, no Brasil, e início do governo Bush, nos Estados Unidos, o *think tank* empreendeu uma força tarefa entre seus membros para publicar *A Letter to the President and Memorandum on U.S. Policy Toward Brazil*. O documento sugere ao Presidente Bush que se aproxime do Brasil, recomendando diálogos de alto nível entre as duas nações, de forma a cooperar em questões-chave como drogas, combate a crimes transregionais e combate ao terrorismo, comércio e democratização. O relatório enfatiza a potencial liderança brasileira na América Latina e a negligência estadunidense a essa possível parceria entre as duas nações (ROBERT e MAXWELL, 2001).

O *Center for Strategic and International Studies* (CSIS) possui programas de análises divididos por regiões e continentes, dentre eles, o *Brazil Initiative* se inscreve no *Americas Program*,⁸ no qual são estudados todos os países do continente americano. No início de 2003, o *think tank* fazia prospecção e prescrição para a nova administração que chegava ao poder no Brasil. Com Lula liderando o país, era pensado naquela época uma guinada à esquerda política, mesmo que com algumas políticas mais ortodoxas, principalmente voltadas a economia (WEINTRAUB, 2003). Assim como os *think tanks* citados acima, o CSIS alimentou uma visão benéfica do Brasil, recomendando aos governantes estadunidenses mais atenção ao gigante latino-americano e sua importância no continente (CSIS, 2017).

Por fim, não só a importância dos *think tanks* para a academia estadunidense se coloca em pauta, mas também sua relevância na sociedade por meio de sua filiação política, pesquisadores e financiamento. Apesar de todos as instituições selecionadas se autodeclararem bipartidárias, ou apartidárias, percebe-se que sua orientação política o inclina para um partido ou outro. Os *think tanks* selecionados são de diferentes perspectivas políticas, permeando entre

⁷CFR. Brazil. 2017. Disponível em <https://www.cfr.org/americas/brazil?topics=340®ions=All&type=10&sort_by=field_display_date_value&sort_order=DESC>. Acesso em 27 julho 2017.

⁸ CSIS. Americas Program. 2017Disponível em: <<https://www.csis.org/programs/americas-program>>. Acesso em 27 julho 2017.

centro, centro-direita e centro-esquerda (MCGANN, 2007, p. p. 12). Nenhum é extrema-direita ou totalmente progressista, na tentativa de manter uma posição bipartidária entre os políticos, ou até mesmo imparcial. Assim, pode-se concluir que os pesquisadores, que em sua maioria fazem, ou fizeram, parte de administrações anteriores do executivo ou legislativo (ABELSON, 2014, p. 131), servem a interesses dominantes e pesquisam a partir desses interesses. O financiamento a partir de grandes nomes e empresas estadunidenses corroboram a ideia de que nenhum conhecimento é desinteressado, ele espelha a estrutura de poder na qual está inserida (MEDVETZ, 2008, p. 9).

1.1 METODOLOGIA E ESTRUTURA

O trabalho se propõe por meio de uma metodologia qualitativa de pesquisa a compreender as diferentes perspectivas de *think tanks* estadunidenses em relação ao Brasil. Para tanto, busca-se analisar o conhecimento gerado por *think tanks* como uma ponte entre saber e poder, no qual o poder possibilita a produção de conhecimento, e o saber legitima as práticas de poder (FOUCAULT, 1987, p. 27).

Portanto, metodologicamente, opta-se por uma análise do estudo de caso da construção narrativa dos *think tanks* selecionados sobre o Brasil adotando a análise documental e análise de conteúdo como metodologia de trabalho, sobressaindo-se o caráter qualitativo da pesquisa. A análise documental visa representar o conteúdo de um documento sob um estado diferente do original, com o objetivo de dar uma forma conveniente e representação condensada da informação (BARDIN, 2011, p. 52). Assim, analisa-se os documentos produzidos pelos *think tanks* sobre o Brasil, de modo a classifica-los e cataloga-los segundo seu tema e perspectiva. Já a análise de conteúdo, por meio de uma leitura textual, leva em consideração as significações, a forma e a distribuição de conteúdo do texto, buscando interpretar aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça (BARDIN, 2011, p. 50). Dessa maneira, explora-se as construções narrativa sobre o Brasil, buscando compreender seus emissores e significados, expondo dois aspectos na pesquisa: documentos e mensagens.

Ademais, a Teoria Pós-Moderna das Relações Internacionais conversa diretamente com a metodologia utilizada e oferece os aparatos teóricos para a leitura dos documentos produzidos pelos *think tanks*. A partir da influência de Jacques Derrida e de Foucault, utiliza-se um método de análise textual: a desconstrução. Por desconstrução se entende a alteração radical do que são os conceitos estáveis e oposições conceituais (DEVETAK

1995, 168). Para uma análise desconstrutiva é necessária uma duplicidade estratégica de leitura, que combina interpretações fieis e violentas. Na primeira leitura, vê o objeto analisado como é proposto pelas interpretações dominantes, ou seja, uma leitura fiel do objeto. Na segunda leitura, faz-se o jogo contrário e busca no objeto analisa as tensões internas, seja esse objeto um texto, discurso ou instituição (DEVETAK 1995, 169).

Em relação à Foucault, foca-se em conceitos que exemplificam a relação entre saber e poder. Segundo Foucault (FOUCAULT, 1996, p. 8), “em toda sociedade a produção de discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” com o objetivo de “conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 9). Por meio do auxílio desses autores, analisa-se discursos dos *think tanks* levando em conta seu contexto histórico e interesses permeados em suas construções narrativas sobre o Brasil. Uma vez que as verdades construídas pelos *think tanks* corroboram práticas de poder entre Estados Unidos e Brasil, busca-se a compreensão das metanarrativas contidas nesses discursos.

Os três *think tanks* aqui abarcado foram selecionados a partir da média do ranking *Global Go To Think Tanks Index Report* de 2010 – ano em que iniciaram as classificações – a 2016 (MCGANN, 2010; 2016), que elenca as instituições mais influentes nos Estados Unidos e no mundo por área de pesquisa e localização geográfica. Nesse sentido, levando-se em conta estas pesquisas, optou-se pelos três *think tanks* mais influentes nos Estados Unidos para qualificar a produção narrativa sobre o Brasil no país. A *Brookings Institution*, o *Council on Foreign Relations* e o *Center for Strategic and International Studies* estavam entre os quatro mais influentes *think tanks* nos Estados Unidos segundo o ranking em 2010 – ano em que iniciaram as classificações – e nos anos posteriores entre os três primeiros. O index classifica a influência dessas instituições segundo tais critérios: qualidade e empenho da liderança; qualidade e reputação da equipe; qualidade, reputação, desempenho e impacto da pesquisa e análise produzida; capacidade de recrutamento; qualidade, número e alcance de suas publicações; capacidade de conectar-se com públicos-chave; capacidade de parcerias com principais atores políticos; utilidade das informações da organização no engajamento público; nível, diversidade e estabilidade de financiamento; capacidade de produção de novos conhecimentos, propostas de políticas inovadoras ou ideias alternativas sobre políticas; capacidade de preencher o espaço entre comunidades acadêmicas e políticas e entre decisores políticos e o público; capacidade de inclusão de novas vozes na formulação de políticas; e,

impacto na sociedade em geral (TTCSP, 2017).⁹

A amostra analisada nesse trabalho compreende vinte e dois documentos levantados a partir de pesquisas em buscadores presentes nos portais *online* de cada *think tank*, empregando marcadores selecionados.¹⁰ Para a triagem e seleção destas produções narrativas, empreendeu-se uma leitura prospectiva dos documentos relevantes para o tema proposto. Por último, fichou-se as produções pertinentes, dividindo seu conteúdo em períodos de mandato dos presidentes brasileiros Cardoso e Lula. Os escritos aqui analisados constituem diferentes modelos e objetivos, tais como: *policy briefings*, relatórios, artigos de opinião e *newsletter*. Um *briefing* é um documento curto e objetivo que tem como meta fornecer informações e instruções a determinado setor (CAMBRIDGE, 2017).¹¹ Logo, um *policy briefing* tem a intenção de oferecer um resumo conciso para uma questão particular, apresentando opções políticas de resolução e oferecendo recomendações. São destinados à formuladores de políticas governamentais e outros atores correlatos. Em um relatório é exposto informações sobre um país, uma situação, um evento ou um assunto em particular (CAMBRIDGE, 2017).¹² *Think tanks* publicam extensos relatórios para defender uma posição na política. Geralmente, empreendem forças-tarefas com pesquisadores de diferentes áreas, com a intenção de produção de uma pesquisa mais completa possível, que sirva de base para outros trabalhos da instituição ou de outras organizações. Artigos de opinião são expostos em uma seção dos sites visitados. Eles expressam opiniões pessoais, que podem, ou não, ser opostas a outros trabalhos do *think tank* (CAMBRIDGE, 2017).¹³ Por fim, as *newsletters* são um documento com informações sobre as atividades recentes de uma organização, enviado regularmente aos seus membros ou clientes (CAMBRIDGE, 2017).¹⁴

A escolha de 1995 a 2010 como recorte temporal desse trabalho reflete a atenção às mudanças nas políticas brasileiras entre um governo e outro. Além de mudanças internas, os câmbios são vistos principalmente na política externa do país a partir do segundo governo Fernando Henrique Cardoso e suas diretivas com menor ênfase nas relações com os Estados Unidos, se aproximando aos vizinhos latino-americanos, optando por uma autonomia

⁹ TTCSP. The Global “Go To Think Tanks”. Disponível em: <<https://www.gotothinktank.com/global-goto-think-tank-index/>>. Acesso em 04 agosto 2017.

¹⁰ *Brazil, South America, South-South* são alguns exemplos desses marcadores.

¹¹ CAMBRIDGE. Cambridge Dictionary. 2017. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/briefing>>. Acesso em 13 novembro 2017.

¹² CAMBRIDGE. Cambridge Dictionary. 2017. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/report>>. Acesso em 13 novembro 2017.

¹³ CAMBRIDGE. Cambridge Dictionary. 2017. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/op-ed>>. Acesso em 13 novembro 2017.

¹⁴ CAMBRIDGE. Cambridge Dictionary. 2017. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/newsletter>>. Acesso em 13 novembro 2017.

pela participação (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 93). No contexto desse marco temporal, percebe-se a maior atenção dos *think tanks* estadunidenses no Brasil durante o governo Lula, momento no qual acentuou divergências entre os dois países por conta da recusa brasileira a ALCA.

A princípio, baseia-se o trabalho em uma pesquisa bibliográfica, compreendendo uma revisão da literatura existente sobre o assunto. Em segundo lugar, emprenha-se a análise da construção narrativa sobre o Brasil nos documentos produzidos pelos *think*. Percebe-se no Brasil uma certa escassez de estudos sobre o assunto. Dessa forma, estabelece-se como bibliografia autores estadunidenses de grande relevância para as pesquisas da área, com exceção da brasileira Tatiana Teixeira, que é utilizada como bibliografia referência nas poucas análises sobre o tema no país.

Portanto, o trabalho se divide em quatro partes distintas além desta introdução. No segundo capítulo, aborda-se a Teoria Pós-Moderna das Relações Internacionais como aparato teórico que embasará a análise dos documentos produzidos pelos *think tanks* selecionados. Assim, segmenta-se o capítulo em algumas seções. Inicialmente, contextualiza-se o Terceiro Debate das Relações Internacionais entre os outros debates da disciplina e a diferenciação entre o positivismo das teorias *mainstream*, tais como Neorealismo e Neoliberalismo, e o pós-positivismo iniciado pelas novas teorias críticas deste campo de estudos. Na segunda seção se apresenta a Teoria Pós-Moderna, suas críticas às teorias tradicionais, seus principais autores e referências. Na terceira seção se expõe o trabalho de Michel Foucault na produção de pesquisas que explicitassem a relação entre conhecimento e poder, demonstrando que a relação entre ambos fatores é indissociável.

No terceiro capítulo, apresenta-se os *think tanks* como fenômenos explicitamente estadunidenses. Dessa forma, na primeira seção do capítulo se descreve os *think tanks* como fábrica de conhecimentos, evidenciado que essas instituições, e as pesquisas por elas empreendidas, surgem como resposta a eventos no cenário internacional e também em âmbito doméstico. Demonstra-se, então, a função dos *think tanks* como ponte entre o conhecimento, gerado nas pesquisas e investigações, e o poder. Na segunda seção, revela-se o contexto de surgimento dos *think tanks* nos Estados Unidos, e como esse país propiciou um solo fértil para a fortalecimento dessas instituições. Na terceira e última seção deste capítulo, delinea-se três *think tanks* selecionados para a análise da caracterização do Brasil nos Estados Unidos: *Brookings Institution*, *Council on Foreign Relations* e *Center of Strategic and International*.

No quarto capítulo se analisa os documentos publicados pelos *think tanks*

selecionados. O capítulo é dividido em três seções distintas que expressam os dois mandatos do governo Cardoso no Brasil; o primeiro mandato do governo Lula; e, o segundo mandato do governo Lula. Dessa maneira, enumera-se oito documentos analisados na primeira seção, sendo quatro relatórios: *Brazil: Too Important to Ignore* (PERRY, 1996); *A letter to the president and memorandum on U.S. Policy toward Brazil* (MAXWELL, 2001); *The Regulatory-Normative Framework in Brazil* (LANDAU, 2002); e, *Brazil: Lula's Prospect* (MAXWELL, 2002). Dois artigos de opinião: *Brazil's Incomplete Stabilization and Reform* (DORNBUSCH, 1997) e *Brazil-US Relations: A New Chapter?* (GORDON, 2001). E duas newsletters: *Brazil-US Economic Relations* (WEINTRAUB, 2001) e *The Brazil-US Relationship: A tale of Mutual Ignorance* (WEINTRAUB, 2002). Na segunda seção, cinco documentos, sendo dois artigos de opinião: *Lula's Surprise*, (MAXWELL, 2003) e *Nuclear Reactor: botching Brazilian Diplomacy* (LEVI, 2004). Dois relatórios: *Varieties of Nationalism: A Half Century of Brazilian-American Relations* (GORDON, 2003) e *Political Reform in Brazil - Promises and Pitfalls* (SOUZA, 2004). E, uma newsletter: *President Lula's uncertain path* (WEINTRAUB, 2003). Na terceira seção, nove documentos, sendo eles oito relatórios e um *policy briefing*. Sendo os relatórios: *Natural Gas, Energy Policy, and Regional Integration: Brazil and the Southern Cone* (DESHAZO, LADISLAW e PRIMIANI, 2007); *Brazil and Trade Developments* (ERICKSON, 2007); *Re-Thinking U.S.-Latin American Relations: A Hemispheric Partnership for a Turbulent World* (PARTNERSHIP FOR THE AMERICAS COMMISSION, 2008); *Toward the Heavens: Latin America's Emerging Space Programs* (FORMAN, SABATHIER, et al., 2009); *Key Players in Global Health: How Brazil, Russia, India, China, and South Africa Are Influencing the Game* (BLISS, 2010); *Emerging Powers, Emerging Donors: Teasing Out Developing Patterns* (WHITE, 2011); *Global Brazil and U.S.-Brazil Relations* (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011); e, *Energy and Development Trends: The Role of Rapidly Emerging Countries* (LADISLAW, 2011). E o *policy briefing* intitulado *Brazil as an Emerging Power: The View from the United States* (O'NEIL, 2010). Logo, entre os vinte e dois documentos analisados, quatorze são relatórios, de acordo com as determinações dos próprios *think tanks*, três newsletters, quatro artigos de opinião e um *policy briefing*. Nesse sentido, apresentam-se cinco documentos da *Brookings* e cinco do *Council on Foreign Relations*, e doze do *Center for Strategic and International Studies*.

Por fim, nas considerações finais, consolida-se os resultados apresentados previamente e os articula com o conteúdo dos primeiros capítulos. Destaca-se os dissensos e consensos na construção narrativa sobre o Brasil, de sua política externa e participação na estrutura internacional e conclui-se que, a partir das mudanças empreendidas pelos governos

Cardoso e Lula no Brasil em relação a maior participação do Brasil na esfera internacional, econômica, política e socialmente, os *think tanks* estadunidenses selecionados passaram a enxergar o Brasil como um parceiro em potencial para os Estados Unidos. Assim, o país é apresentado ao público estadunidense como uma nação forte e competente, podendo aumentar seu nível de importância no cenário internacional. Com isso, o Brasil se transformaria em uma plataforma para o poder estadunidense na região, um instrumento chave para a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina e no Sul Global.

2 A TEORIA PÓS-MODERNA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O surgimento do pós-modernismo se dá a partir da percepção de que a modernidade – pensada por meios racionalistas e positivistas – oferece limites para uma leitura ampla da humanidade. Dessa forma, teóricos e filósofos apresentaram de uma visão de mundo mais fluida, explicitando a relação de poder na construção de conhecimentos e verdades, brindando as Ciências Sociais, em geral, e as Relações Internacionais, em particular, com diferentes realidades e lentes teóricas. Portanto, este capítulo dedica-se a explorar a teoria Pós-moderna como propostas epistemológica e metodológica para o estudo das Relações Internacionais.

Assim, antes de mais nada, se faz necessário colocar o significado de três métodos de análise que dão base para a história das Teorias das Relações Internacionais: ontologia, epistemologia e metodologia. Por ontologia se entende o estudo do ser, possibilitando questionamentos sobre o que é o mundo e a realidade? (SMITH, 1996, p. 18). Já por epistemologia, pode ser entendida como uma teoria do conhecimento, com respostas a perguntas sobre como chegamos ao conhecimento do mundo (KURKI e WIGHT, 2007, p. 15). E, por fim, metodologia como teoria dos métodos, isto é, que métodos podem ser usados para se ter acesso ao conhecimento (KURKI e WIGHT, 2007, p. 15)

Portanto, divide-se esta parte do trabalho em três seções. Na primeira seção, aborda-se o terceiro grande debate das teorias de Relações Internacionais como debate epistemológico entre teorias positivistas, sendo elas idealismo, liberalismo e realismo, e teorias pós-positivistas, contextualizando-o entre os debates da disciplina. Na segunda seção, apresenta-se a teoria pós-moderna nas Relações Internacionais, analisando os principais pensamentos e autores desta corrente. Por fim, na terceira seção analisa-se as contribuições de Michael Foucault para a teoria pós-moderna, bem como a sua relação entre saber e poder.

2.1 O TERCEIRO GRANDE DEBATE DAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A história das Teorias das Relações Internacionais é contada a partir de grandes debates ontológicos, epistemológicos e metodológicos entre os estudiosos da área de Relações Internacionais. Assim, ainda nos primórdios da disciplina, poucos anos depois de sua criação, ocorria o Primeiro Grande Debate, entre teóricos realistas e idealistas que buscavam

deliberar a natureza do campo de estudo, tratando-se de um debate ontológico, no período entre a década de 1940 e 1950 (KURKI e WIGHT, 2007, p. 16). Já na década de 1960, os estudiosos realistas e behavioristas, ou tradicionais e científicos, discutiam a metodologia da disciplina (KURKI e WIGHT, 2007, p. 16). Entre 1970 e 1980 os pesquisadores disputavam a centralidade das perspectivas realistas, pluralistas e globalistas nas Relações Internacionais no que ficou conhecido como debate interparadigmático (KURKI e WIGHT, 2007, p. 16).¹⁵ Por fim, e como objetivo desta seção, o debate corrente na disciplina entre positivistas e pós-positivistas argumentando e questionando novas epistemologias e metodologias nas Teorias das Relações Internacionais (KURKI e WIGHT, 2007, p. 16).

O Primeiro Grande Debate se refere ao embate entre idealistas e realistas sobre a ontologia das Relações Internacionais (KURKI e WIGHT, 2007, p. 16). Nesse sentido, se discutia o papel das instituições internacionais e a probabilidade de que as causas da guerra poderiam ser melhoradas. Por um lado, os idealistas motivados pelas Primeira Guerra Mundial desenvolviam um conjunto de instituições, procedimentos e práticas para erradicar, ou ao menos controlar, a guerra no sistema internacional (KURKI e WIGHT, 2007, p. 16). Dessa forma, os idealistas, que contribuíram para a criação do campo de estudos das Relações Internacionais, acreditando que a ignorância e a falta de compreensão eram uma fonte primária de conflito internacional, estabeleceram um departamento acadêmico de política internacional localizado em Aberystwyth, País de Gales (KURKI e WIGHT, 2007, p. 17). Portanto, tem-se em mente que o surgimento das Relações Internacionais como campo de estudo surgiu a partir da necessidade da promoção da paz por meio da produção de conhecimento.

Por outro lado, o realismo de Edward Hallett Carr (2001) e de Hans Morgenthau (2003) criticava a abordagem idealista orientada por valores nas relações internacionais, confiando na moral dos Estados em não fazer guerra (KURKI e WIGHT, 2007, p. 17). Assim, os idealistas eram acusados de concentrar sua atenção em como o mundo deveria "ser", ao contrário de lidar com como objetivamente era (KURKI e WIGHT, 2007, p. 17). Segundo o idealismo, o estabelecimento de repúblicas constitucionais certificaria a democracia como regime de governo, que daria mais voz ao povo e estes, fazendo jus ao seu poder de escolha, não optariam por um conflito. Em vista disso, fica claro que a moral regeria as relações

¹⁵ O termo 'debate interparadigmático' foi apresentado em um artigo Michael Banks intitulado *The Inter-Paradigm* (1985). No entanto, não são todos os autores que consideram esse debate, uma vez que as discussões entre os três diferentes paradigmas – realismo, pluralismo e globalismo – eram de origem epistemológico e não metodológica, não apresentando síntese para as Relações Internacionais, já que todos os paradigmas eram incomensuráveis. Dessa forma, neste trabalho adota-se a perspectiva de Yosef Lapid acerca dos debates das Relações Internacionais, na qual o embate entre positivistas e pós-positivistas se caracteriza como o Terceiro Grande Debate das Relações Internacionais.

entre pessoas e países. Carr, recapitulando Maquiavel, crítica essa visão moral da política internacional ao afirmar que “a política não é (como pretendem os utópicos) uma função da ética, mas sim a ética o é da política” (CARR, 2001, p. 86).

Desse debate, com a centralidade do positivismo nas Ciências Sociais, o realismo saiu vencedor, por apresentar leis objetivas que regem as relações entre os Estados e, portanto, podem ser observadas e controladas. Apesar da limitação da natureza do debate em torno da compreensão da ciência, o status científico era claramente importante no período inicial do desenvolvimento da disciplina, que foi amplamente baseada no cientificismo, positivismo e racionalismo do realismo e idealismo, que segundo Morgenthau, “consiste em verificar os fatos e dar a eles um sentido, mediante o uso da razão” (2003, p. 6).

O Segundo Grande Debate nas Relações Internacionais colocou em xeque a metodologia das teorias da disciplina (KURKI e WIGHT, 2007, p. 16). Na década de 1960, logo após a revolução behaviorista nas Ciências Sociais, teóricos tradicionais e científicos, ou realistas e behavioristas, argumentavam se seria interessante introduzir na disciplina uma metodologia mais humanista, estabelecendo um maior nível de rigor metodológico. Nesse sentido, pesquisadores da revolução comportamental, defendiam as Relações Internacionais modeladas a partir de conceitos das Ciências Naturais, sugerindo que o conhecimento científico emerge apenas com a coleta de dados observáveis (KURKI e WIGHT, 2007, p. 18). A coleta de dados suficientes, teste de hipóteses e análises estatísticas, presumia-se, levariam à identificação de padrões que, por sua vez, permitiriam a formulação de leis (KURKI e WIGHT, 2007, p. 18). Assim, a crítica aos teóricos tradicionais ia no sentido da falta de dados para medição do poder e do interesse nacional, que, se fossem estudados de acordo com os princípios da nova ciência, precisavam de maiores níveis de clareza e especificação (KURKI e WIGHT, 2007, p. 18).

Por parte dos teóricos tradicionais, a argumentação era que os conceitos básicos da disciplina simplesmente não eram suscetíveis ao tipo de procedimentos ausentes de coleta de dados defendidos pelo novo modelo de ciência (KURKI e WIGHT, 2007, p. 18). O estudo de Relações Internacionais para eles envolveu importantes julgamentos conceituais e interpretativos, algo que os teóricos comportamentais em seu foco na coleta sistemática de dados e na inferência científica não pareceu reconhecer adequadamente. Ainda que a versão austera da ciência defendida pelos teóricos comportamentais tenha sido significativamente diluída ao passar do tempo, os princípios subjacentes dessa abordagem permaneceram profundamente incorporados no âmbito da ciência que continua a dominar a disciplina (KURKI e WIGHT, 2007, p. 18).

O debate interparadigmático das décadas de 1970 e 1980 centrou-se nos desentendimentos entre as perspectivas realistas, pluralistas e globalistas sobre a melhor maneira de entender e explicar os processos internacionais (KURKI e WIGHT, 2007, p. 16). Nesse contexto, este debate retirou as Relações Internacionais das questões metodológicas da década de 1960, retornando a discussão para a ontologia da disciplina. A questão da ciência não era um componente explícito deste debate porque, em grande parte, surgira um consenso em torno de um compromisso com o positivismo. No entanto, apesar do consenso sobre a ciência, as questões que cercam a natureza do inquérito científico rapidamente ressurgiram, em particular, o problema da escolha teórica e a alegada incomensurabilidade de diferentes perspectivas teóricas (KURKI e WIGHT, 2007, p. 19). A questão dos diferentes paradigmas neste debate fazia alusão aos estudos de Thomas Kuhn (1962) sobre o desenvolvimento da ciência, que, segundo ele, progrediria em distintas fases, na qual o enfraquecimento de um paradigma daria espaço para o surgimento de outro. Assim, o questionamento neste debate era qual paradigma deveria ser adotado para a disciplina avançar, entretanto, Kuhn não forneceu nenhuma resposta (KURKI e WIGHT, 2007, p. 19). Em realidade, ele sugeriu que não havia resposta para a questão, posto que os paradigmas eram incomensuráveis e, portanto, não poderiam ser comparados, a escolha da teoria tornou-se em grande parte uma questão de estética (KURKI e WIGHT, 2007, p. 20).

Em suma, as duas principais teorias das Relações Internacionais, realismo e idealismo, que participaram do Primeiro Debate da disciplina, foram as que edificaram a disciplina e deram base para todas as outras que surgiram nos anos posteriores as suas criações. Essas teorias buscam combinar preocupações de natureza normativa com uma propensão científica que busca comprovar empiricamente suas teses. Essa afirmação se encontra com a tradição empirista da filosofia moderna, que infere os seguintes pressupostos: a) regularidades, ou seja, a observação de uma ação e afirmação de que ela vai ocorrer sempre da mesma forma, com a mesma intensidade e na mesma direção; b) padrões observáveis, isto é, apoiado nas leituras dessas regularidades, o analista é capaz de determinar padrões de comportamento e prever como essas forças vão agir e por quais motivos; c) as regularidades determinísticas, que tem relação com a importância fundamental da previsibilidade de ações para a compreensão do fenômeno; e d) as “moving causes”, ou causas moventes ou eficientes, que demonstram a relação monocausal entre causa e efeito (KURKI, 2006, p. 192-193). Assim, percebe-se que a disciplina tendeu a aceitar de forma implícita um conjunto bastante simples e, fundamentalmente, incontestado de pressuposições positivistas (SMITH, 1996, p. 11).

Finalmente, o debate mais recente nas Relações Internacionais, que alguns

autores chamam de Quarto Grande Debate e outros Terceiro Grande Debate, o qual essa seção é direcionada, centrou-se em divergências profundas sobre o que a disciplina deveria estudar e como deveria estudá-la. Neste debate, emergiu o pós-positivismo nas Relações Internacionais como alternativa ao conhecimento tradicional e positivista da teoria realista, em especial, apresentando novos vieses de análise e lentes sob as quais a leitura da realidade internacional se mostra diferenciada. Por teorias pós-positivistas, ou teorias críticas, se entende o trabalho de Pós-Modernistas, Teóricos Críticos (no sentido da Escola de Frankfurt), Feministas e Pós-colonialistas (SMITH, 1996, p. 12). Esse debate discute não só o que são as relações internacionais a partir de perspectivas ontológicas, mas também a partir da epistemologia surgem questões sobre como estudamos as Relações Internacionais? Como afirmamos conhecê-la? Como produzir conhecimento? Com qual intuito? Qual a finalidade do conhecimento? É possível observar a realidade do Sistema Internacional? Existe essa realidade? Como acessá-la? Essas perguntas são respondidas e confrontadas pelas novas teorias emergidas nesse debate (LAPID, 1989, p. 238).

O fim da Guerra Fria traz desafios às teorias tradicionais para explicarem a nova realidade internacional. Assim, se torna claro que os pressupostos enraizados nas Ciências Sociais no geral, e nas Relações Internacionais em particular, não são suficientes para solucionar os novos problemas e questões que o fim do sistema bipolar trazia. Dessa forma, passa-se a questionar a validade de teorias tradicionais, realismo e idealismo, como soluções para os problemas da política internacional. Nesse sentido, John Lewis Gaddis faz a seguinte pergunta:

[...] as principais abordagens teóricas que modelaram a disciplina de Relações Internacionais desde Morgenthau têm todas em comum, como um de seus principais objetivos, a antecipação do futuro. Tanto na ciência quanto na política, tanto pelos padrões do pensamento de prevenção ou dos modelos mais relaxados de previsão, o papel da teoria sempre foi não somente falar do passado e explicar o presente, mas fornecer ao menos uma previsão do que estaria por vir. A isso se segue, portanto, que uma maneira de conferir a validade das teorias é ver se tiveram sucesso em suas empreitadas. [...] a teoria de relações internacionais respondeu bem a importante tarefa que se propôs de prever o futuro da Guerra Fria? (GADDIS, 1992-1993, p. 10).¹⁶

Com a resposta negativa à pergunta de Gaddis, vê-se que as teorias de

¹⁶ No original: ““[...] the major theoretical approaches that have shaped the discipline of international relations since Morgenthau have all had in common, as one of their principal objectives, the anticipation of the future. Whether in science or politics, whether by the tough standards of prediction or the more relaxed ones of forecasting, the role of theory has always been not just to account for the past or to explain the present but to provide at least a preview of what is to come. It follows therefore, that one way to confirm the validity of theories is to see how successfully they perform each of the tasks expected of them. [...] how well did international relations theory carry out the important task it set for itself, which was forecasting the future of the Cold War?” (GADDIS, 1992-1993, p. 10).

Relações Internacionais fracassavam em seus principais objetivos: observar as atitudes dos Estados no sistema internacional e prever seus próximos comportamento e analisar os diversos atores internacionais, e suas dinâmicas, surgidos no pós-guerra. Dessa forma, final da Guerra Fria abriu um vácuo que as teorias tradicionais se mostravam inábeis em explicar. A disciplina passava por um período de efervescência teórica, sendo caracterizado como um momento de grande diversidade conceitual e de inúmeras teorias (LAPID, 1989, p. 238). Nesse sentido, Yosef Lapid se perguntou, se este momento marcava um cenário de reestruturação ou desordem no campo das Relações Internacionais? (LAPID, 1989, p. 238). A essa pergunta, os autores tradicionais responderiam que existia apenas uma desordem do campo de Relações Internacionais, que está desorganizado por conta da efervescência teórica a qual a disciplina estava submetida. Em contraposição, os autores críticos responderiam que a reestruturação da área a partir de um debate que teria o poder de transformar a disciplina (LAPID, 1989, p. 238).

Dessa maneira, este debate convidou os teóricos da disciplina a repensar não só o futuro do campo de estudo, mas também a reconsiderar o futuro do projeto de modernidade introduzido nele a partir das teorias tradicionais (DEVETAK, 2005, p. 50). Portanto, o debate se caracteriza como ontológico, epistemológico e axiológico (LAPID, 1989, p. 238), uma vez que as teorias tradicionais e as novas teorias surgidas a partir das críticas às primeiras, dialogavam acerca da realidade das Relações Internacionais, em como se produzia conhecimento sobre essa realidade e como se teria acesso a ele. A discussão é metateórica e filosófica, permeando entre uma descrição restritiva do debate, focando apenas em sua discussão entre realismo e neorrealismo *versus* outros adversários, ou uma caracterização mais ampla que especifica o surgimento de uma verdadeira disciplina de Relações Internacionais em transição intelectual (LAPID, 1989, p. 238).

Assim sendo, cabe aqui a definição de positivismo nas Relações Internacionais, tendo em conta que o pós-positivismo se opõe a todas as premissas positivistas e tende a criticá-las veementemente. Segundo Steve Smith, o positivismo envolveu um compromisso com uma visão unificada da ciência e a adoção de metodologias das ciências naturais para explicar o mundo social (SMITH, 1996, p. 11). Existem três variantes do positivismo na história das Ciências Sociais, com a terceira sendo a mais relevante para as Relações Internacionais (SMITH, 1996, p. 14). A primeira diz respeito ao desenvolvimento do positivismo por Auguste Comte, que tinha como objetivo principal utilizar nas Ciências Sociais uma base de métodos como nas Ciências Naturais (SMITH, 1996, p. 14). A segunda variante é a do positivismo lógico que surgiu na década de 1920 no que era conhecido como o Círculo de Viena, que propunha que a ciência era a única verdadeira forma de conhecimento e que não

havia nada que pudesse ser conhecido fora do conhecimento científico (SMITH, 1996, p. 15). Por fim, a terceira variante mesclou as proposições das outras variantes de forma mais sofisticada apresentando quatro características principais: o logicismo, a visão de que a confirmação objetiva da teoria científica deveria estar em conformidade com os cânones da lógica dedutiva; em segundo lugar, o verificacionismo empírico, a ideia de que apenas declarações que são empiricamente verificáveis ou falsificáveis (sintéticas) ou verdadeiras por definição (analítica) são científicas; terceiro, distinção entre teoria e observação, a visão de que existe uma separação rígida entre observações e teorias, com observações sendo teoricamente neutras; finalmente, a teoria de David Hume da causação, a ideia de que o estabelecimento de uma relação causal é uma questão de descobrir a relação temporal invariante entre os eventos observados (SMITH, 1996, p. 15). Por conseguinte, o positivismo nas Relações Internacionais, como em todas as Ciências Sociais, tem sido essencialmente um compromisso metodológico, ligado a uma epistemologia empirista que, em conjunto, resultam em uma gama muito restrita de afirmações ontológicas permissíveis (SMITH, 1996, p. 17). Assim, respondendo à pergunta: o que significa positivismo nas Relações Internacionais? Smith afirma que:

O positivismo é uma visão metodológica que combina o naturalismo (seja forte (ontológico e metodológico) ou seu sentido fraco (metodológico) e uma crença nas regularidades. É licenciado por uma epistemologia empirista rigorosa em si comprometida com um objetivismo sobre a relação entre teoria e evidência. Embora o uso de termos como "epistemologia", "metodologia" e "ontologia" possa ser variado e inconsistente, é importante que separemos a "epistemologia" conceitualmente de "ontologia" e "metodologia", e depois separe o positivismo do empirismo. Assim, quanto ao último, não aceito a visão de que o empirismo = positivismo = epistemologia + metodologia; Em vez disso, o positivismo é uma posição metodológica dependente de uma epistemologia empirista que baseia o nosso conhecimento do mundo em justificação pela experiência (em última análise, bruta) e, assim, metodologia de licenciamento e ontologia na medida em que são empiricamente garantidos (SMITH, 1996, p. 17).¹⁷

Portanto, uma vez que a produção de conhecimento na disciplina é questionada, as teorias positivistas e pós-positivistas passam a divergir em diversos pontos, como validade empírica, predição e explicação comuns das teorias tradicionais, permitindo que estas sejam reexaminadas em termos de seu contexto histórico, fundamentos ideológicos,

¹⁷ No original: "An answer to the question 'what does positivism mean in international relations?' can now be given. Positivism is a methodological view that combines naturalism (in either its strong (ontological and methodological) or its weak (methodological) sense), and a belief in regularities. It is licensed by a strict empiricist epistemology itself committed to an objectivism about the relationship between theory and evidence. Whilst the usage of terms such as 'epistemology', 'methodology' and 'ontology' may be various and inconsistent it is important that we separate 'epistemology' conceptually from both 'ontology' and 'methodology', and then separate positivism from empiricism. Thus, as to the latter, I do not accept the view that empiricism = positivism = epistemology + methodology; rather positivism is a methodological position reliant on an empiricist epistemology which grounds our knowledge of the world in justification by (ultimately brute) experience and thereby licensing methodology and ontology in so far as they are empirically warranted." (SMITH, 1996, p. 17).

formas de sociedade que elas promovem ou sustentam e metáforas e análises literárias que informam a sua construção (LAPID, 1989, p. 250). No que condiz à epistemologia, as teorias tradicionais acreditam em uma versão restrita do conhecimento empírico do mundo, enquanto as teorias críticas questionam a realidade objetiva que se pode observar empiricamente (SMITH, 1996, p. 21). Metodologicamente, as teorias críticas não acreditam na unidade da ciência como método, já que percebem a realidade social diferentemente das regularidades da natureza e que aquela não pode ser investigada a partir de análises objetivas (SMITH, 1996, p. 36). E por fim, ontologicamente os limites de análise das teorias críticas vão além das teorias tradicionais, uma vez que passa a enxergar mais atores e processos que eram invisibilizados pelas teorias positivistas (KEOHANE, 1988, p. 382).

Entre os autores que analisaram a emergência do Terceiro Grande Debate nas Relações Internacionais, dois se tornaram principais referências na área: Robert Keohane (1988) e Yosef Lapid (1989). Segundo Keohane, o debate ocorre entre teorias reflexivistas e teorias racionalistas, sendo aquelas teorias que empreenderam críticas as teorias tradicionais, e analistas enfatizam a interpretação da reflexão humana sobre as instituições¹⁸ e política mundial (KEOHANE, 1988, p. 382). E, teorias racionalistas as teorias clássicas, realismo e liberalismo, bem como seus aprimoramentos, o neorealismo e neoliberalismo (KEOHANE, 1988, p. 381). Os autores de teorias tradicionais estão imersos em uma racionalidade que os fazem gerar hipóteses e previsões de comportamento dos Estados (KEOHANE 1988, 381). Assim, esses autores escrevem a partir da tradição positivista, que interpreta a racionalidade como a capacidade de julgamento e de adaptação a cada situação específica (KEOHANE, 1988, p. 381).

Em relação as abordagens reflexivistas, Keohane as vê como carentes de coerência e autoconfiança inerente aos racionalistas (KEOHANE, 1988, p. 283). Para o autor, é necessário que os reflexivistas, embasados em seus argumentos críticos, desenvolvam teorias e linhas de pesquisas mais objetivas e científicas (KEOHANE, 1988, p. 392). Assim, de acordo com o autor, por mais que as críticas tenham levantado importantes questões sobre as fragilidades das teorias racionalistas, elas não abalaram seu programa de pesquisa, e só o farão até que tenham delineado um “programa de pesquisa e demonstrado em estudos particulares que possam iluminar questões importantes na política mundial” (KEOHANE, 1988, p. 392).¹⁹ Nessa perspectiva, as teorias reflexivistas é entendido a partir de um caráter pejorativo,

¹⁸ Por instituição, Keohane entende “regras, características de execução de regras e normas de comportamento que estrutura a interação humana repetida” (KEOHANE 1988, 384), recapitulando a definição de Douglas North.

¹⁹ No original: “[...] a research program and shown in particular studies that it can illuminate important issues in world politics, they will remain on the margins of the field, largely invisible to the preponderance of empirical researchers” (KEOHANE, 1988, p. 392).

percebida por Richard Ashley e Robert Walker (1990, p. 266), que sugerem um privilégio concedido arbitrariamente às pesquisas empíricas pela função policial que Keohane exerce nesse texto. Nesse mesmo sentido, James Der Derian também crítica o posicionamento positivista que Keohane utilizou para analisar as teorias reflexivistas:

Vê-se nas críticas [de Keohane] uma insinuação implícita: se alguém quiser encontrar um “programa de pesquisa genuíno” é melhor seguir a rota iluminada da reflexão racionalista do que a floresta incivilizada da reflexão pós-estruturalista (Keohane, 1988). Vê-se, além disso, o poder metafórico das escolhas dos termos feitas por Keohane, que insinua um tipo de passividade genérica no campo reflexivista. Diria-se que o pensador reflexivista, por definição, prefere ou tem poucas escolhas a não ser refletir sobre os trabalhos e ações dos outros no lugar de engajar-se no trabalho mais produtivo da verificação empírica de hipóteses (DER DERIAN, 1990, p. 295).²⁰

Similarmente, Lapid estuda o terceiro debate classificando os debatedores em teorias positivistas e teorias pós-positivistas. Nesse sentido, as teorias positivistas são marcadas pela modernidade nas Relações Internacionais, isto é, são as teorias com clareza de programas de pesquisa, hipóteses, metodologia e critérios precisos e transparentes (LAPID, 1989, p. 239). Em contraste com a essas teorias, os pós-positivistas apresentam uma alternativa ao conhecimento científico imposto na disciplina, inaugurando uma nova fase na área de Relações Internacionais, uma nova filosofia da ciência (LAPID, 1989, p. 239). Assim, entende-se por pós-positivismo a dissidência à crença de limitação epistemológica das teorias tradicionais do campo das Relações Internacionais (LAPID, 1989, p. 239).

Além disso, o trabalho de Lapid demonstra importância por analisar o pós-positivismo nascente na área através de três aspectos principais: o paradigmatismo, o perspectivismo e o relativismo. Segundo o autor, o “paradigmatismo sustenta que as construções metacientíficas vêm e vão em conjuntos completos” (LAPID, 1989, p. 240),²¹ em outras palavras, os processos de produção de conhecimento com base na metaciência se apresentam como blocos absolutos. No entanto, esses paradigmas não são nem eternos e nem absolutos, são influenciados a partir da interpretação teórica e competem entre si. As teorias, assim como os paradigmas, concorrem entre si com a elaboração de hipóteses e leis que intencionam a obtenção de um estatuto científico que lhes deem o status de verdade (LAPID, 1989, p. 241).

²⁰ No original: “Within the criticism lies an implicit imprecation: if one is to find a “genuine research program” it is better to take the enlightened road of rationalist reflection than the benighted wood of poststructuralist reflexivity (Keohane, 1988). There is, moreover, a metaphoric power in Keohane’s choice of terms which insinuates a kind of generic passivity in the reflectivist camp. It would seem that the reflectivist, by definition, prefers or has little choice but to reflect others’ thoughts and actions rather than to engage in the more productive work of empirically testing hypotheses” (DER DERIAN, 1990, p. 295).

²¹ No original: “Paradigmatism thus asserts that meta-scientific constructs come and go in complete packages” (LAPID, 1989, p. 240).

Da mesma forma, o segundo tema analisado por Lapid é o perspectivismo na construção teórica. Cada analista, no momento da construção do conhecimento, recorre a determinados pressupostos e hipóteses que auxiliam e validam seu pensamento, não existe saber pronto e à espera de ser descoberto, mas sim um conjunto de hipóteses a serem interpretadas (LAPID, 1989, p. 242). Assim, o teórico possui premissas que podem – e devem – ser debatidas, defendidas e confrontadas por meio de evidências empíricas. Entretanto, Lapid destaca que “salientar hipóteses como uma fonte importante da nossa ignorância científica é, no entanto, diferente de defender que elas servem sempre para distorcer a investigação teórica” (LAPID, 1989, p. 242).²²

À luz do perspectivismo, a verdade não é universal nem absoluta, senão o produto de uma interpretação sob qual é construída uma análise. A partir disso, se corrompe o estatuto da verdade e a sua legitimidade enquanto status científico (LAPID, 1989, p. 243). Essa ideia é necessária, pois por meio da aquisição de conhecimento com validação de hipóteses, existe o risco de que o teórico utilize apenas evidências empíricas que corroborem suas ideias, negando aquelas que não o faça. Essa situação poderia transforma-se em barreiras na construção do saber, por isso, Lapid afirma a necessidade da confrontação da verdade dada. Nas palavras do autor, ao explicar o terceiro aspecto, relativismo, “ao minar a objetividade e a verdade, esta relativização do pensamento filosófico veio complicar substancialmente a tarefa de atribuir uma legitimidade efetiva ao conhecimento e tornou problemática a demarcação entre a ciência e a não-ciência” (LAPID, 1989, p. 243).²³

Portanto, o pós-positivismo representa uma alternativa ao positivismo e o conhecimento científico. Em contraposição ao positivismo e seu conhecimento empírico corroborado por leis, observações generalizadas, hipóteses, modelos teóricos e suposições que definem a realidade, o pós-positivismo opta por um conhecimento construído por multicamadas, longa-escala e de longa duração (LAPID 1989, 239). Neste contexto, como resultado das discussões entre positivistas e pós-positivistas, surgem novas teorias promissoras para o contexto das Relações Internacionais (SMITH, 1996, p. 25). A Teoria Crítica traz as discussões da teoria marxista e a afirmação de que o indivíduo participa ativamente da construção da teoria, ou seja, existem interesses e propósitos por trás da produção de conhecimento (SMITH, 1996, p. 27-28). A tradição feminista aponta a exclusão da mulher das

²² No original: “Highlighting assumptions as an important source of our scientific ignorance is different, however, from submitting that they always serve to distort theoretical inquiry” (LAPID, 1989, p. 242).

²³ No original: “By undermining objectivity and truth, this relativization of philosophical thinking has greatly complicated the task of providing effective legitimation of knowledge and has rendered problematic the demarcation of science from non-science” (LAPID, 1989, p. 243).

instâncias públicas, relegando-as aos espaços privados e, conseqüentemente, privando-as da participação em âmbitos internacionais (SMITH, 1996, p. 28-29). As abordagens pós-modernas, tomando Michel Foucault como baluarte das investigações, investigam as relações entre poder e conhecimento, afirmando que noções como razão ou verdade são produtos de circunstâncias históricas específicas (SMITH, 1996, p. 29-30). A pós-colonialidade, em continuidade aos estudos críticos, destaca a importância das vozes subalternas nas Relações Internacionais (SETH, 2012, p. 20). Por conseguinte, percebe-se que todos consideram a historicidade, os interesses, as relações de poder e a agência do pesquisador como primordiais na análise das Relações Internacionais.

Dessa forma, ao se olhar as teorias de forma relativa, sem hierarquizá-las, reconhece-se que nenhum dos aspectos mencionados por Lapid – o paradigmatismo, o perspectivismo e o relativismo – estão isolados, nenhum deles está desligado do outro. Ao apresentar essa gama de teorias cada vez mais crescente e questionar o conhecimento construído a partir de verdades absolutas, se torna cada vez mais difícil a diferenciação entre ciência e não ciência, que, aos poucos, enfraquece o deslumbramento pela ciência objetiva. Portanto, a próxima seção apresentará as contribuições da teoria pós-moderna na disciplina, como uma das conseqüências do debate entre positivistas e pós-positivistas nas Relações Internacionais, bem como explicar suas críticas e desafios ao *mainstream* do campo de estudos.

2.2 PÓS-MODERNISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Com o fim do século XX, as Relações Internacionais passam por momentos de mudanças em suas teorias e conceitos. O pós-positivismo nas Ciências Sociais chega ao campo dos estudos internacionais em meados de 1980 e, com ele, muitas críticas ao modelo estatocêntrico e suas limitações nas teorias neorrealista e neoliberal. Nesse contexto, com o surgimento de novos parâmetros e variáveis explicativas para estudar as Relações Internacionais, como novos atores e processos, entende-se que neste período, a disciplina atravessou tempos de crise: crise da modernidade, crise dos Estados nacionais, crise ambiental, crise de paradigmas, crise do conhecimento (LYOTARD, 1988, p. VIII). Assim, a teoria pós-moderna se manifesta para buscar a desnaturalização dos debates das Relações Internacionais, criticando interpretações específicas da linguagem, conceitos e textos que foram privilegiados pelos discursos no campo de estudos internacionais (DER DERIAN, 1989, p. 4). Portanto, essa seção se dedica a analisar as contribuições da Teoria Pós-Moderna nas Relações Internacionais

a partir de suas críticas as teorias *mainstream* da disciplina, incluindo sua preocupação ética para incluir aqueles que foram ignorados ou excluídos pelas teorias tradicionais.

Entende-se por modernidade o período que se inicia com o colapso dos sistemas tradicionais medievais que se consolida com a ascensão da industrialização, do capitalismo, da secularização, do cientificismo, do Estado-nação e suas instituições (GIDDENS e PIERSON, 2000, p. 73). Detalhadamente, a modernidade está associada a: a) um conjunto de atitudes perante o mundo, como a ideia de que este é passível de transformação pela intervenção humana; b) um complexo de instituições econômicas, em especial a produção industrial e a economia de mercado; c) toda uma gama de instituições políticas, como o Estado nacional e a democracia de massa (GIDDENS e PIERSON, 2000, p. 73). Nesse sentido, Theodor Adorno viria a afirmar que a modernidade é mais que uma categoria cronológica, é também uma categoria qualitativa (ADORNO, 2001, p. 211), uma vez que ela sinalizaria a emergência de novos parâmetros às sociedades: o racionalismo, o positivismo, o cientificismo, o individualismo e o universalismo.

Dessa forma, a partir do advento da modernidade e a emersão do obscurantismo que caracteriza a era medieval, surge o conhecimento científico, que solta as amarras com dogmas e crenças característicos da filosofia e teologia (TACCA, 2001, p. 76). Cronologicamente, essa nova percepção surge em companhia do Iluminismo no século XVIII, trazendo noções como as da Razão, a Liberdade, a Felicidade, a Crítica e o Progresso (TACCA, 2001, p. 75). Como resultado, o iluminismo apresentou autores como Auguste Comte (1990), que por meio das novas noções desse período, se esforçou por transformar as Ciências Sociais, dando a ela um caráter científico e verificável, com o objetivo de “revelar ‘leis causais revolucionárias’ que explicavam fenômenos observáveis” (SMITH, 1996, p. 14).²⁴ A esse novo fenômeno, como se viu na seção anterior, deu-se o nome de positivismo, que se tornou uma corrente de pensamento dominante nos anos seguintes em várias áreas das Ciências Sociais, em especial nas Relações Internacionais (SMITH, 1996, p. 11). A partir da transformação dos métodos de análise de empirista para científico, a prerrogativa básica para que as formas de conhecimento fossem consideradas verdadeiras era que fossem demonstradas pelo método científico (SMITH, 1996, p. 14). Essa afirmação exclui e invisibiliza outras formas de saber, pois o pensamento compartilhado a partir desse momento é que a ciência é a única forma de obtenção e construção de conhecimento, a única forma verdadeira e que todo o conhecido fora do âmbito científico é falso (SMITH, 1996, p. 14).

²⁴ No original: “[...] reveal the 'evolutionary causal laws' that explained observable phenomena” (SMITH, 1996, p. 14).

Nesse contexto, surgem críticas ao cientificismo da modernidade e suas verdades impostas por meio da observação e experimentação. Assim, Jean François Lyotard (1988), é um dos primeiros a trabalhar a pós-modernidade nas Ciências Sociais, que a designou como “o estado da cultura após as informações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (LYOTARD, 1988, p. XV). O pós-moderno, então, se caracterizaria pela incredulidade perante o discurso filosófico-metafísico do século anterior, com suas pretensões atemporais e universalizantes (LYOTARD, 1988, p. VIII) Nesse mesmo sentido, apesar do termo ter sido cunhado por Lyotard, é possível encontrar alusão a pós-modernidade ainda em Friedrich Nietzsche, que não por acaso inspirou Michel Foucault no desenvolvimento do método genealógico de análise histórica (EDKINS, 2007, p. 94).

Dessa forma, percebem-se nas Ciências Sociais transformações inesperadas em relação aos conceitos caros ao pensamento moderno marcam a crise da modernidade, tais como razão, sujeito, totalidade, verdade e progresso (LYOTARD, 1988, p. VIII), que se contextualiza em uma situação de crise da modernidade ou, no sentido de conceitos, crise de relatos (LYOTARD, 1988, p. XV). Relatos são narrativas, formas de falar sobre determinado assunto, são, portanto, uma forma de excelência de formulação do saber (LYOTARD, 1988, p. 37). Nesse contexto, é comum o uso do termo metarelatos ou metanarrativas como forma de caracterizar narrativas contidas dentro de outras narrativas. Portanto, a teoria pós-moderna empreende a função de análise do intertexto, do discurso contido dentro das narrativas aparentes que propõem verdades universalizantes, desmistificando esses discursos dominantes. A partir desse ideal, Lyotard afirma a condição pós-moderna como a “incredulidade em relação aos metarrelatos” (LYOTARD, 1988, p. XVI). Assim, segundo James Der Derian e Michael Shapiro (1989, p. XIII), o pós-modernismo vem para desafiar as suposições intelectuais advindas do racionalismo ocidental e de sua base positivista.

A crise da modernidade, vista a partir de uma lente filosófica, repercute em vários campos das Ciências Sociais e Humanas, possibilitando diferentes perspectivas e questionamentos acerca da realidade e racionalidade. Nas Relações Internacionais, a crise encontra ressonância no período imediatamente pós-Guerra Fria, principalmente por não ter sido um evento imprevisto pelas teorias tradicionais, abrindo margens para novas problematizações e explicações. Assim, a desconstrução de narrativas dentro da disciplina diz respeito à revisão de conceitos propostos pelas teorias dominantes e que são considerados como termos objetivos e imutáveis, tais como o próprio conceito de Estado, soberania e anarquia.

As teorias críticas tendem a reprovar a forma como as teorias tradicionais das Relações Internacionais fundaram seus estudos sobre conceitos a-historicizados,

descontextualizados e reificados (KURKI e WIGHT, 2007, p. 18). A apresentação desses princípios como objetivos, como se sempre houvera existido, impossibilita diferentes interpretações e explicações na política internacional. As teorias tradicionais, por exemplo, consideram o Estado como um conceito permanente e a-histórico (ASHLEY, 1984, p. 290). No entanto, é um princípio criado em determinado contexto histórico, político e social, que reflete determinados interesses e que passou por diversas mudanças ao longo da história, mesmo que essas teorias o tratem como imutável (ASHLEY, 1984, p. 290).

Nesse sentido de não objetividade das teorias e conceitos, entende-se que toda teoria tem um contexto na qual está incluída. O pensamento não pode ser concebido como um ponto fora do mundo. Pelo contrário, todas as observações e correntes teóricas, sejam elas nas Ciências Sociais ou Naturais, fazem parte do mundo que buscam explicar, e com isso, tem um efeito sobre ele (EDKINS, 2007, p. 88). Assim sendo, segundo a teoria pós-moderna, nenhuma teoria pode ser neutra, o analista de política internacional não está alheio a ela e participa de sua configuração e experimenta os seus efeitos. Da mesma maneira, Richard Devetak afirma que “o sujeito do conhecimento é situado em, e condicionado por, um contexto histórico e político, e constringido à função com conceitos particulares e categorias de conhecimento” (2005, p. 163).²⁵ Como consequência dessa heterogeneidade de possíveis contextos e posições, não existe uma teoria particular, um ponto arquimediano que supere todas as outras teorias (DEVETAK, 2005, p. 164). Na realidade, o que existe são várias perspectivas em competição, e estas são integrantes constitutivas do mundo real. Ainda segundo Devetak (2005, p. 164), não existe um evento ou objeto antes de uma narrativa por uma perspectiva, a narrativa é o ponto central, que dá ao evento um status de real. Por conseguinte, deve-se entender as diferentes teorias como lentes, pelas quais se enxerga diferentes realidades e de diferentes maneiras.

Dessa forma, teóricos pós-modernos utilizam diversos métodos que possibilitam a análise de dados coletados empiricamente, tais como desconstrução, análise interpretativa, análise de discurso e genealogia (EDKINS, 2007, p. 94). No entanto, é necessário diferenciar que além de um método de análise textual, escrita ou não, o pós-modernismo é uma abordagem que trata as práticas sociais, objetos e instituições como texto, suscetíveis a interpretações em termos de significado, de função discursiva e de relações de poder, bem como das estruturas que produzem e fazem parte (EDKINS, 2007, p. 94). Portanto, deve-se considerar a corrente pós-moderna num sentido amplo de análises de processos e práticas que constroem conceitos e são constituídos por eles (EDKINS, 2007, p. 94).

²⁵ No original: “The subject of knowledge is situated in, and conditioned by, a political and historical context, and constrained to function with particular concepts and categories of knowledge” (DEVETAK, 2005, p. 163).

Uma das influências do pós-modernismo nas Relações Internacionais se encontra em Jacques Derrida e sua proposta de desconstrução, um dos métodos de análise textual da teoria. Derrida, em sua obra, crítica às possibilidades de definição e delimitação de conceitos e a forma de especificar métodos e programas (EDKINS, 2007, p. 96). Ainda que seja difícil uma definição precisa do termo desconstrução, pode-se entendê-la como a alteração radical do que são os conceitos estáveis e oposições conceituais (DEVETAK, 2005, p. 168). Para uma análise desconstrutiva é necessária uma duplicidade estratégica de leitura, que combina interpretações fieis e violentas. Na primeira leitura, vê o objeto analisado como é proposto pelas interpretações dominantes, ou seja, uma leitura fiel do objeto. Na segunda leitura, faz-se o jogo contrário e busca no objeto analisa as tensões internas, seja esse objeto um texto, discurso ou instituição (DEVETAK, 2005, p. 169).

Segundo Der Derian (1989, p. 6), as Relações Internacionais requerem uma abordagem intertextual, no sentido de uma investigação crítica sobre uma área de pensamento onde não existe um árbitro final da verdade, onde o significado é derivado de uma inter-relação de textos, e o poder é implicado pelo problema da linguagem e outros significantes práticos. A teoria pós-moderna, na disciplina, surge, então, como uma estratégia intertextual que tem por objetivo enunciar a colocação e o deslocamento das teorias, em com uma teoria que chega ao auge, muitas vezes, é separada arbitrariamente dos eventos e práticas que inspiram a sociedade internacional (DER DERIAN, 1989, p. 6). Nesse sentido, o autor afirma que o pós-modernismo não se apresentaria como um remédio para as teorias das Relações Internacionais, mas sim um “reconhecimento de porquê deveria ser verdade [...] que a teoria internacional é alienada, desigual e dissonante, tanto nas suas relações endógenas e com a realidade que, supostamente, reflete” (DER DERIAN, 1989, p. 6).²⁶ Similarmente, David Campbell define o pós-modernismo como “uma atitude crítica, uma abordagem ou um *ethos* que chama atenção para a importância da representação, da relação de poder e conhecimento e política de identidade em uma compreensão de assuntos globais” (CAMPBELL, 2007, p. 225, grifo do autor).²⁷

Além disso, o pós-modernismo expõe a importância das oposições como forma de hierarquizar conceitos. Essas dicotomias são chamadas de logocentrismo (DER DERIAN e SHAPIRO, 1989, p. XVI). A hierarquização proporcionada por oposições como

²⁶ No original: “[...] but in recognition of why it should be true - that is, eternally recurrent - that international theory is alienated, disparate, and dissonant, both in its endogenous relations and with the reality it purportedly reflects” (DER DERIAN, 1989, p. 6).

²⁷ No original: “[...] poststructuralism is a critical attitude, approach, or ethos that calls attention to the importance of representation, the relationship of power and knowledge, and the politics of identity in an understanding of global affairs” (CAMPBELL, 2007, p. 225).

dentro/fora, homem/mulher, memória/esquecimento, presença/ausência e etc., impõe que o primeiro termo, visto como primário, seja valorizado em detrimento do segundo (DERDERIAN e SHAPIRO, 1989, p. XV). Isso ocorre, pois, o termo prioritário não pode operar sem sua sombra, sem a oposição que corrobora sua identidade (EDKINS, 2007, p. 96). Assim, percebe-se que nenhum termo é puro e completo em si mesmo, depende de sua oposição, pois, ambos são co-construídos. Nesses termos, como exemplo do uso da desconstrução nas Relações Internacionais, Ashley e Walker apresentam a importância de analisar e questionar as práticas políticas de poder por trás da construção dessas dicotomias neste campo de estudos. Portanto,

Independente de como são conhecidas e apresentadas, essas práticas do pensar devem ser ouvidas, sobretudo como questionamento frequente ao hoje respeitado dualismo sobre o qual a teoria e a prática modernas têm se fundamentado. Identidade/diferença, homem/história, presente/passado, presente/futuro, interno/externo, doméstico/internacional, soberania/anarquia, comunidade/guerra, masculino/feminino, realismo/idealismo, fala/linguagem, agente/estrutura, particular/universal, cultural/material, teoria/prática, centro/periferia, estado/sociedade, política/economia, revolução/reforma – essas e outras inúmeras dicotomias têm sido examinadas em suas aplicações práticas, repensadas e expostas como construções sociais arbitrárias através das quais, na cultura moderna, modos de subjetividade, objetividade e conduta são impostos (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 264).²⁸

Ademais de trabalhar a desconstrução nos pares binários na disciplina, Ashley utiliza o método para problematizar conceitos nas Relações Internacionais, iniciando por seu princípio básico, o Estado. O autor critica as teorias pós-positivistas que consideram o Estado como uma premissa objetiva independente da história (ASHLEY, 1984, p. 238). O Estado faz parte de um compromisso metafísico pré-científico, isto é, não é passível de falsificação (ASHLEY, 1984, p. 239). Dessa forma, o Estado não é uma variável testável e nem considerado como uma construção de primeira ordem na política internacional, senão parte de um quadro que justifica sua legitimidade por meio da história.

No entanto, essa afirmação traz duas implicações primordiais para as Relações Internacionais que são invisibilizadas pelas teorias pós-positivas. A primeira delas diz respeito ao não reconhecimento dos conceitos coletivistas internacionais – as relações de classes transnacionais e os interesses da humanidade – que segundo essa visão, não é enquadrada pelo

²⁸ No original: “However they are known and presented, moreover, these works of thought are to be heard insistently questioning the time-honored dualisms upon which modern theory and practice have long pivoted. Identity/difference, man/history, present/past, present/future, inside/outside, domestic/international, sovereignty/anarchy, community/war, male/female, realism/idealism, speech/language, agent/structure, particular/universal, cultural/material, theory/practice, center/periphery, state/society, politics/economics, revolution/reform – these and countless other dichotomies have been examined in their practical workings, rethought, and exposed as arbitrary cultural constructs by which, in modern culture, modes of subjectivity, objectivity, and conduct are imposed” (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 264).

Estado, pois só são levados em conta enquanto agregações às relações e interesses estatais (ASHLEY, 1984, p. 239). Assim, os princípios pós-positivistas refratam todos os conceitos coletivistas dentro da esfera estatal, porque ela “se opõe de forma implícita e nega o reconhecimento a esses interesses de classe e humanos que não pode ser reduzido a concatenações de interesses do Estado ou de coalizações transnacionais de interesses domésticos” (ASHLEY, 1984, p. 240).²⁹ A segunda implicação diz respeito à posição estrutural das abordagens pós-positivistas. A anarquia como princípio ordenador do Sistema Internacional pressupõe a existência de Estados numa situação de caos, que são unidades identificadas por meio de suas diferenças. Assim sendo, o Estado é ontologicamente anterior ao Sistema Internacional (ASHLEY, 1984, p. 240). Dessa forma, é necessário desfazer a ideia neorrealista de Estado como uma unidade natural, pois são instituídas num contexto social e política que implicam interesses específicos (ASHLEY, 1984, p. 240). Segundo Campbell, portanto, o pós-modernismo viria a se preocupar com essa prática de governar que fizera do Estado uma unidade natural e necessária (CAMPBELL, 2007, p. 226). A abordagem pós-moderna, então, enfoca na produção histórica e conceitual do estado, e sua formação política, constituição econômica e exclusões sociais (CAMPBELL, 2007, p. 226).

Em suma, a teoria pós-moderna das Relações Internacionais expõe os problemas da construção de narrativas na disciplina. A abordagem pós-moderna busca o desmascaramento dessas narrativas por trás de discursos teóricos, com foco nas metanarrativas. A análise do contexto histórico, social e político auxiliam na identificação de interesses nesses discursos, sejam eles políticos, sociais, econômicos ou simbólicos, que balizam o conhecimento no campo de Relações Internacionais. As disciplinas tradicionais apontam conceitos que as beneficiam de forma objetiva e imutável, a teoria pós-moderna desestabiliza esses conceitos, trazendo suas debilidades explicativas à tona. Nesse sentido, a próxima seção abordará as investigações de Foucault que basearam as discussões pós-modernas em relação a indissociabilidade do saber e poder nas relações sociais.

2.3 CONHECIMENTO E PODER: A (IN) DISSOCIABILIDADE DA RELAÇÃO

Entre as influências para o pós-modernismo nas Relações Internacionais,

²⁹ No original: “It implicitly opposes and denies recognition to those class and human interests which cannot be reduced to concatenations of state interests or transnational coalitions of domestic interests” (ASHLEY, 1984, p. 240).

Michel Foucault se apresenta com um dos principais baluartes da construção da teoria. Dentre as preocupações de Foucault, um dos principais objetivos estava em entender as condições históricas específicas da produção do conhecimento, ou seja, as continuidades e descontinuidades sob as quais o saber é construído (FOUCAULT, 1980, p. 112). Dessa maneira, o autor empreendeu pesquisas sobre a relacionamento entre saber e poder nas estruturas sociais. As investigações foram feitas a partir dessa relação em diversos assuntos, como em manicômios (1972), na medicina (1977), nas prisões (1987) e na sexualidade (1988). Para ele, o poder só pode ser de fato analisado depois de 1968, uma vez que antes disso, ninguém se preocupava com a forma como o poder era exercido (FOUCAULT, 1979, p. 6). Em meio as disputas da Guerra fria o poder era denunciado no outro, o Ocidente chamava o poder soviético de totalitarismo, enquanto os comunistas denunciavam o poder capitalista como dominação de classes, no entanto, a mecânica do poder nunca era analisada (FOUCAULT, 1979, p. 6). Dessa forma, essa seção busca compreender os estudos Foucaultianos e suas contribuições para as Ciências Sociais, e Relações Internacionais, principalmente o conceito de saber/poder e suas implicações na estrutura social.

Nesse contexto, antes de mais nada, é necessário expor o que é poder para Foucault. Geralmente, poder é definido por meio da noção de repressão. Por conseguinte, o poder, visto por um viés jurídico, seria uma lei com o direito de dizer não, fundamentalmente uma força de proibição (FOUCAULT, 1979, p. 8). Entretanto, Foucault percebia essa concepção de forma totalmente negativa, afinal, “se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido?” (FOUCAULT, 1979, p. 8). Dessa maneira, o que faz com que o poder se mantenha bom, o que o faz ser aceito, é simplesmente o fato de que não só pesa sobre as pessoas como uma força que diz não, mas que atravessa e produz coisas, induz prazer, forma conhecimento, produz discurso (FOUCAULT, 1979, p. 8). Portanto, o poder deve ser considerado “como uma rede produtiva que atravesso todo o corpo social muito mais do que uma instancia negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Nesses termos, é considerado por Foucault que o poder criou mecanismos de permeabilidade, que permitiram que o poder se enraizasse em toda a sociedade. O Estado desenvolveu importantes aparatos para a administração do poder – exército, polícia, administração local – criando uma economia do poder (FOUCAULT, 1979, p. 8). Esta economia do poder apresenta procedimentos que permitem fazer circular os efeitos do poder, de modo contínuo, ininterrupto, adaptado e individualizado em toda a esfera social (FOUCAULT, 1979, p. 8). Assim, com essa capilaridade, as novas técnicas de exercício de

poder se mostram mais eficazes do que as técnicas usadas até então, com o uso da força e da repressão. Nesse sentido, entende-se que o poder não se dá, não se troca ou se retoma, mas se exerce e só existe na ação (FOUCAULT, 1979, p. 175).

Assim sendo, o exercício de poder não é somente uma relação entre parceiros e indivíduos, mas sim um modo de ação de alguns sobre outros (FOUCAULT, 1995, p. 242). As relações de poder, então, são definidas como um modo de ação que não age imediatamente sobre os outros, mas age sobre suas próprias ações (FOUCAULT, 1995, p. 243). Ainda que remeta a ação de um sobre o outro, o poder só pode ser exercido sobre sujeitos livres, sujeitos que tem diante de si diversas possibilidades (FOUCAULT, 1995, p. 244). É nesse sentido que Roxanne Lynn-Doty afirma que o poder só é poder quando é dirigido a indivíduos que poderiam agir de maneira diferente na mesma situação (1996, p. 44). O poder, então, pressupõe a capacidade de agência do indivíduo, em vez de negá-la (LYNN DOTY, 1996, p. 44).

Dessa forma, levando em conta que a economia de poder desenvolveu várias técnicas para a sua prática e legitimação (FOUCAULT, 1979, p. 8), foca-se aqui na compreensão do método de análise que Foucault apresentou para estudar as relações de poder na história: a genealogia. Foucault tomou o termo genealogia emprestado de Friedrich Nietzsche para designar “uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito” (FOUCAULT, 1979, p. 7), é um “acoplamento do conhecimento com memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desde saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1979, p. 171). Assim, a genealogia se opõe ao desdobramento meta-histórico das significações ideias propagadas pelos poderes dominantes e as infinitas teleologias que impõe um desenvolvimento linear e finito para a história (FOUCAULT, 1979, p. 16).

Nessa perspectiva, a genealogia se recusa à pesquisa da origem, o que ele chamou de *Ursprung*, uma vez que essa busca implicaria em um esforço para recolher a essência exata da coisa (FOUCAULT, 1979, p. 17). Procurar a origem, seria tentar reencontrar o que era imediatamente no início, uma imagem adequada de si e, com isso, tomar por acidental todas os acontecimentos que provocarão mudanças nessa origem, seria buscar um desmascaramento de uma identidade primeira (FOUCAULT, 1979, p. 17). No entanto, sabe-se que a essência de algo foi construída socialmente e, portanto, é uma invenção das classes dominantes (FOUCAULT, 1979, p. 18). Dessa forma, uma análise genealógica não busca uma origem, mas se demora meticulosamente nas discórdias e nos acasos do começo (FOUCAULT, 1979, p. 19).

Em vista disso, mais do que o *Ursprung*, os objetos da genealogia seriam o

Herkunft, a proveniência de algo, e o *Entstehung*, o surgimento de algo (FOUCAULT, 1979, p. 20). O *Herkunft* se relaciona com o pertencimento a um grupo, assim, é possível encontrar nessa análise as “marcas sutis, singulares, subindividuais que podem intercruzar nele e formar uma rede de difícil desembaraçar” (FOUCAULT, 1979, p. 20). A análise da proveniência levaria, então, a agitação do que se parecia estar imóvel, sacudindo-o. Sendo o corpo o lugar do *Herkunft*, como uma superfície de inscrição de acontecimentos, a genealogia permite a dissociação do Eu construído sobre a invenção de uma identidade e, com isso, mostrar que está “no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1979, p. 22). Por sua vez, o *Entstehung* designa a emergência de algo, o seu surgimento (FOUCAULT, 1979, p. 23). Assim, a sua análise permite perceber que “a emergência se produz sempre em um determinado estado das forças” (FOUCAULT, 1979, p. 23) e, conseqüentemente, “designa um lugar de afrontamento” (FOUCAULT, 1979, p. 24). Nesses termos, “a genealogia reestabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações” (FOUCAULT, 1979, p. 23).

Dessa forma, como Jenny Edkins viria a afirmar, a genealogia busca traçar as diferenças e descontinuidades dentro da história (2007, p. 95). O trabalho de Foucault demonstra que diferentes perspectivas de distintas épocas – que ele chama de epistemes – são radicalmente incompatíveis entre si (EDKINS, 2007, p. 94). Não é apenas que conceitos distintos são reconhecidos em cada período histórico, mas que o que conta como pensamento racional, as formas de pensar, explicar e compreender também mudam, assim como as formas de ordenar (EDKINS, 2007, p. 94). Essa história descontínua e marcada por diferentes acontecimentos é chamada, por Nietzsche e recapitulada por Foucault, de *Wirkliche Historie*, uma história efetiva (FOUCAULT, 1979, p. 26). Segundo ele, a história tradicional constrói um ponto de apoio fora do tempo de forma objetiva, que supõe uma verdade eterna (FOUCAULT, 1979, p. 26). Em contraposição, a *Wirkliche Historie* não se apoia em nenhuma constância, em nenhuma verdade imposta, “ela reintroduz o descontínuo em nosso próprio ser” (FOUCAULT, 1979, p. 27). Enquanto a história tradicional tende a colocar as coisas numa continuidade ideal, marcada por um desenvolvimento teleológico ou um encadeamento natural, a história efetiva ressurgiu o acontecimento como uma relação de forças que se inverte, como uma dominação se enfraquece (FOUCAULT, 1979, p. 28).

Nesse sentido, levando-se em conta a imposição de verdades universais na história tradicional, se faz necessário a análise de diferentes discursos que compuseram essa história, uma vez que o discurso está engendrado nos processos históricos, é função da

genealogia fazer aparecer estes discursos em suas conexões estratégicas (FOUCAULT, 1979, p. 130).³⁰ Assim sendo, esta análise mostra importância no contexto de que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Destarte, entendendo o discurso como “reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (FOUCAULT, 1996, p. 46), é oportuno a desconstrução dessa imposição, por meio do questionamento de nossa vontade de verdade, da restituição ao discurso o seu caráter de acontecimentos (FOUCAULT, 1996, p. 48). Para isso, Foucault apresenta três possibilidades de desconstrução de discursos. Primeiro, o princípio da inversão permite reconhecer o jogo negativo de recortes e de uma rarefação de discurso, ocasionando questionamentos como: porque, em determinado momento, foi interessante o recorte de um enunciado em detrimento do outro? (FOUCAULT, 1996, p. 52). Segundo, o princípio de descontinuidade trata os discursos como práticas descontínuas, que podem se encontrar ou não, ou mesmo se ignorarem e excluïrem, uma vez que existe o sistema de rarefação reconhecido no pelo princípio anterior, discursos por baixo deles, reprimidos e recalcados por um discurso dominante podem ser encontrados (FOUCAULT, 1996, p. 52). E, por fim, o princípio de especificidade percebe o discurso como uma violência que se faz às coisas, uma prática de imposição (FOUCAULT, 1996, p. 53).

Assim, por meio desses três princípios, praticam-se dois processos de desconstrução de discursos: “a crítica analisa os processos de rarefação, mas também o reagrupamento e de unificação de discursos” (FOUCAULT, 1996, p. 65); e “a genealogia estuda a formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular” (FOUCAULT, 1996, p. 65). Com isso, as posições críticas colocam em questão as instâncias de controle e analisa, ao mesmo tempo, as regularidades discursivas por meio das quais elas se formam (FOUCAULT, 1996, p. 66). Dessa maneira, a crítica se enfoca aos sistemas de redescobrimento do discurso, detectam e destacam os princípios de ordenamento, exclusão e rarefação. Enquanto no processo genealógico, consideram-se os limites que interferem nas formações reais, se detêm nas séries da formação efetiva do discurso (FOUCAULT, 1996, p. 66). Dessa forma, a diferença entre o empreendimento crítico e o empreendimento genealógico vai além do objeto ou do domínio, encontra o ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação (FOUCAULT, 1996, p. 67).

³⁰ É importante destacar que os discursos não se limitam a formas escritas ou formas de linguagem, mas sim “todos os sistemas simbólicos e a qualquer forma de prática social que pode definição, envolve tais sistemas” (EDKINS, 2007, p. 91).

Em cada sociedade, dizia Foucault, existem processos específicos de produção de discursos, que controlam, selecionam e redistribuem funções, portanto, alguns discursos são excluídos e reprimidos por procedimentos de exclusão (FOUCAULT, 1996, p. 9). Assim, não são todos que podem falar e, ainda mais, dizer a verdade. O discurso verdadeiro, que é valorizado, é o discurso proclamado por quem por direito o pode pronunciar (FOUCAULT, 1996, p. 15). Os procedimentos de exclusão que impedem algumas verdades de serem ditas e impõem outras com mecanismos de poder, também propiciam que o poder dominante imponha verdades que o beneficiam. Segundo Edkins, o que é dito se torna significativo por sua associação com o que não é dito (2007, p. 91). Na sociedade pós-moderna, o que é dito e valorizado, as verdades e os discursos, como visto nas seções anteriores, são amparados pelo conhecimento científico. Portanto, o que se coloca em questão na análise foucaultiana é o que rege os discursos e a forma como estes se conduzem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, suscetíveis de serem verificadas ou afirmadas por procedimentos científicos (FOUCAULT, 1979, p. 4).

Desse modo, o que é primordial para o autor é analisar os efeitos específicos dos discursos de verdade (FOUCAULT, 1979, p. 12). Para isso, é preciso entender que a verdade é uma categoria construída dentro do poder, não podendo existir sem ou fora dele, é um “conjunto das regras segundo as quais se distingue o que é verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 13). Ela é produzida a partir de coerções e produz efeitos regulamentados de poder (FOUCAULT, 1979, p. 12). Como efeito específico de discursos que se proclamam verdadeiros, as sociedades criam regimes de verdades que as condicionam. Nesses termos, por regime de verdade entende-se uma

[...] ‘política geral’ de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Dessa forma, o problema de construção de regimes de verdade não é apenas ideológico ou superestrutural, mas sim uma condição de formação e desenvolvimento da sociedade capitalista (FOUCAULT, 1979, p. 14). Esses regimes de verdade trataram de ligar, circularmente, a verdade aos sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 1979, p. 14). Então, aqui se vê a relação intrínseca entre verdade e poder, na qual ambos se legitimam e co-constituem. Essa relação pode ser vista, principalmente, entre o conhecimento, que é produzido por essas verdades, e o

poder. Nessa acepção, Lynn Doty afirma que o poder, geralmente, é entendido como separado da verdade e do conhecimento, por isso, o conhecer não é entendido como um exercício de poder (1996, p. 145). No entanto, para a autora, chegar a conhecer é uma prática produtiva de construir identidades e relacionamento e, conseqüentemente, o poder é inerente a isso (LYNN DOTY, 1996, p. 146).

Nesse sentido, Lynn Doty faz alusão às palavras de Foucault em *Vigiar e Punir*, que afirma que

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 1987, p. 27).

Assim como o desenvolvimento da história, as modalidades de saber evoluíram. Agora, o conhecimento se incorporou a tecnologia, não uma tecnologia dos instrumentos destinados à localização, aceleração e amadurecimento da verdade, mas a dos instrumentos que devem apreendê-la em qualquer tempo e em qualquer lugar (FOUCAULT, 1979, p. 117). Esses instrumentos “têm por função atravessar a distância, levantar o obstáculo que nos separa de uma verdade, a qual nos espera em toda a parte e em todos os tempos” (FOUCAULT, 1979, p. 17). As grandes viagens e navegações permitiram a universalização da tecnologia da verdade, lhe impondo a norma de poder estar em qualquer lugar, em qualquer tempo e para qualquer um. Portanto, “a verdade não tem mais que ser produzida. Ela terá que se representar cada vez que for procurada” (FOUCAULT, 1979, p. 117).

Nesse contexto, percebe-se que as transformações nos padrões de conhecimento acompanharam as mudanças essenciais vividas pelas sociedades ocidentais, como a emergência de um poder político sob a forma do Estado, expansão das relações mercantis à escala do globo e estabelecimento das grandes técnicas (FOUCAULT, 1979, p. 118). Assim, constata-se que as modificações nesse saber não se tratam de um sujeito de conhecimento que seria afetado pelas transformações da infraestrutura, mas sim de formas de poder e saber, de poder-saber, que funcionam e se efetivam ao nível da infraestrutura (FOUCAULT, 1979, p. 118). Entende-se, então, uma construção mútua entre ambos fatores.

Reconhecendo a importância das proposições de Foucault, tanto Ashley e

Walker (1990) utilizam seus estudos para empreender pesquisas nas Relações Internacionais. Os autores destacam a relevância de teóricos dissidentes para a construção de teorias amplas, em vez de conceitos fechados e imutáveis, impedindo a imposição de verdades absolutas. Essa construção de novas teorias seria possível apenas em sítios marginais de conhecimento, onde suas ideias e pensamentos são conhecidas pelas teorias tradicionais com indicações de uma negatividade: uma crise de confiança, uma perda de fé, uma degeneração dos paradigmas (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 264). Isso ocorre, pois, esses lugares marginalizados resistem aos procedimentos e conhecimentos impostos pelas teorias tradicionais, onde conhecer é construir uma representação coerente que exclua interpretações e controle o significado do ponto de vista de um soberano sujeito cuja palavra é a origem da verdade indubitável (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 261). As Ciências Sociais modernas tendem a prometer uma vantagem e poder em nome de uma figura soberana do homem que alcançaria a verdade universal (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 262). Em contraposição, os dissidentes resistem a isso, colocando essa promessa em dúvida e afirmando que qualquer figura de homem que tenha o direito soberano de falar a verdade está reconhecida em interpretações arbitrárias, em perspectivas calcadas em práticas de poder, que tem por objetivo dominar ambiguidades, controlar significados e impor limitações (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 262). Concordando com Foucault, os autores reiteram que o poder não é negativo e repressivo, mas sim produtivo e positivo, ele não nega a autonomia dos dissidentes, mas ele trabalha para produzir efeitos de presença, de identidade, de um território e de uma origem de significado que deslegitima as vozes discordantes, marginalizando-as (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 261).

Assim, o exílio é o único lugar que os intelectuais críticos podem expor suas ideias e questionamento da ordem dominante, mesmo que sejam vistos como erráticas. As teorias ortodoxas renegam esse lugar a incerteza, indeterminação, escuridão, desordem, turbulência, irracionalidade, ingovernabilidade, terror e anarquia, marginalizando discursos opostos aos seus (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 262). Nesse sentido, ao demarcarem esses sítios com uma narrativa negativa e marginalizada, vazio de verdades, impõe-se o temor a esses discursos, e por isso, o exílio e disciplinamento por imposição violenta das certas vozes de verdade que lhes falta (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 262). No entanto, essas palavras em relação ao exílio e a sua marginalização não são passadas de forma pessimista pelos autores. Para eles, os lugares marginalizados propiciaram um espaço que que diversas vozes pudessem ser ouvidas, um local onde a ambiguidade e a incerteza não são consideradas como fontes de medo em si mesmas (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 263). Portanto, se torna cada vez mais pertinente o exame das dicotomias e exclusões criadas pelas teorias tradicionais,

transformando-as, repensando-as e expondo-as como construções culturais arbitrárias pelas quais os modos de subjetividade, objetividade e conduta são impostos (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 264). A atividade crítica empreendida por esses dissidentes está calcada na ideia de Foucault de que “essa tarefa exige trabalho em nossos limites, isto é, um trabalho paciente dando forma a nossa impaciência pela liberdade” (FOUCAULT, 1984, p. 50).

2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Em síntese, a pós-modernidade traz novos questionamentos, não só em Relações Internacionais que o positivismo excluía, como as vozes discordantes e as críticas ao saber/poder dominante. A primazia do positivismo nas teorias tradicionais da disciplina exemplifica a valorização do conhecimento científico por uma sociedade que busca na teoria um fim em si mesmo, e não um meio para o encontro de múltiplas verdades e interpretações. Isso é exemplificado pelo enaltecimento das teorias positivistas das Relações Internacionais, como neorealismo e neoliberalismo, e a marginalização das teorias críticas, que como apontadas por Ashley e Walker, estão fadadas ao exílio. Dessa forma, a proclamação de verdades absolutas sana à vontade por verdades apontadas por Foucault.

Por fim, a teoria pós-moderna critica a modernidade por meio da voz de dissidentes, que em posições exiladas, possuem a coragem de contrariarem-se a ordem imperante. Por meio da desconstrução de conceitos e paradigmas dominantes na disciplina, os teóricos pós-modernos apresentam questionamentos e novas interpretações da realidade internacional. Genealogicamente, os pós-modernos buscam a historicidade desses conceitos. Dessa forma, alcança-se a desmistificação das teorias ortodoxas na área de Relações Internacionais. Nesse interim, é importante salientar que ao desnudar conceitos, a teoria não busca a criação de novas verdades ou uma nova e poderosa teoria de política internacional, mas sim apresentar o momento histórico da criação desses princípios e a partir de quais interesses eles foram construídos.

3 A ATUAÇÃO DE *THINK TANKS* NA POLÍTICA EXTERNA NORTE AMERICANA

Neste estudo, parte-se da premissa de que os *think tanks* atuam como ponte entre poder e conhecimento nas relações políticas nos Estados Unidos. Portanto, neste capítulo trabalha-se a conceitualização dessas instituições e suas ligações com as esferas políticas no país. Para isso, divide-se esse capítulo em quatro seções principais. Na primeira seção, apresenta-se um recorrido histórico do surgimento dos *think tanks* como fábricas de conhecimento. Assim, demonstra-se que essas instituições surgem com respostas a eventos conjunturais no sistema político, nacional e internacional. Ainda nesta seção, expõe-se as formas de atuação dos *think tanks* nos diferentes âmbitos de comunicação social, políticas e econômica e suas diferentes gerações, que possibilitaram a evolução do conceito e da função dos mesmos. Na segunda seção, aborda-se a emergência dos *think tanks* nos Estados Unidos e como esse país propiciou um solo fértil para a fortalecimento dessas instituições. Por fim, na última seção, faz-se um estudo dos quatro *think tanks* escolhidos para a análise da caracterização do Brasil nos Estados Unidos: *Brookings Institution*, *Council on Foreign Relations*, *Center of Strategic and International Studies* e *Woodrow Wilson International Center for Scholars*. Por fim, conclui-se que a atuação dos *think tanks* na esfera política estadunidense se dá por meio de relações sociais entre os especialistas e os políticos, através de processos de porta giratória entre administrações políticas e instituições de produção de conhecimento. Percebe-se também que a ponte entre o conhecimento e poder proporcionada por esses *think tanks* estão pautadas nas relações entre saber e dinheiro, pois os estudos dentro dessas instituições são financiados a partir de interesses pessoais de seus doadores.

3.1 *THINK TANKS* COMO FÁBRICAS DE CONHECIMENTO

O surgimento de *Think Tanks* como instituições de produção de conhecimento ocorre nos Estados Unidos no pós-Primeira Guerra Mundial. Porém, o termo só aparece no pós-Segunda Guerra Mundial, designando a sala onde os oficiais graduados se reuniam para discutir as estratégias de luta e logística (ABELSON, 2014, p. 127). A palavra *think tank* se origina com a RAND Corporation, que operava como um ambiente fechado e seguro para pesquisar segurança e defesa nos EUA após a Segunda Guerra (STONE e CHAIR, 2005, p. 2). A origem dessas entidades se dá a partir do objetivo de profissionalização da política estadunidense, no

intuito de “despolitizar” o processo de decisão, fazendo com que fosse estimulada a formação de especialistas em áreas diversas. A desconfiança da população nos setores públicos estimulava a crescente preocupação de que grupos de reflexão, grupos de interesse e lobistas em desempenhar um papel mais ameaçador na política pública (ABELSON, 2014, p. 130).

No entanto, apesar dessa definição, existem muitas outras, que confundem o leitor diante da sua multiplicidade. Segundo Stone e Chair (STONE e CHAIR, 2007, p. 5), o tipo de arquitetura constitucional, circunstâncias históricas de guerra ou estabilidade, a cultura política e as tradições legais ao lado do caráter do regime no poder, determinam a forma e a extensão do desenvolvimento de think tanks em um país. Dessa forma, é difícil defini-los exatamente, pois eles variam consideravelmente em tamanho, forma jurídica, âmbito político, longevidade, estrutura organizacional, padrão de investigação e significado político. Medvetz (2008, p. 1) também concorda com essa proposição, afirmando que “para o estudioso que deseja entender o think tank e seu lugar na política americana, o problema fundamental é que o conceito central é confuso, mutável e contencioso”³³.

Portanto, levando-se em conta as dificuldades em delinear essas entidades, faz-se uso da descrição do *United Nations Development Program*, que define os *think tanks* como “organizações envolvidas regularmente em pesquisa e advocacia sobre qualquer assunto relacionado a políticas públicas. São a ponte entre conhecimento e poder nas democracias modernas” (UNDP, 2003, p. 6)³⁴. Dessa forma, entende-se que essas instituições são atores da sociedade civil, que atuam como agentes que, com o objetivo de influenciar políticas públicas, produzem conhecimento especializado. Segundo Stone e Chair (2007, p. 3), essa descrição do UNDP capta o sentido em que os *think tanks* são um intermediário ou interlocutor entre conhecimento e poder, ciência e estado. No entanto, as autoras discordam dessa definição. Segundo elas, a ideia de ponte é um dos mitos que permeiam os *think tanks* (STONE e CHAIR, 2007, p. 13), pois as redes de ligação entre uma parte e outra se mostram cada vez mais fluidas e em constante mudança e negociação. O processo de desenvolvimento e hibridização dessas redes de pesquisa transformaram a ideia de *think tank* como ponte entre ciência e Estado. Uma vez que a forma jurídico-organizacional não segue mais essa função, o rótulo de *think tank* é aplicado a várias instituições governamentais, impossibilitando a visão dessas organizações como separadas do Estado.

³³Tradução livre. Doravante, todas as traduções serão de responsabilidade da autora. No original: “For the scholar who wishes to understand the think tank and its place in American politics, the fundamental problem is that the central concept is fuzzy, mutable, and contentious” (MEDVETZ, 2008, p. 1).

³⁴No original: “organizations engaged on a regular basis in research and advocacy on any matter related to public policy. They are the bridge between knowledge and power in modern democracies” (UNDP, 2003, p. 6).

Ademais, além de sua ligação com o Estado, outra discussão permeia a descrição de *think tanks*: seriam essas instituições verdadeiramente autônomas? Segundo a opção de análise de Andrew Rich (2001, p. 55), os *think tanks* são organizações independentes, sem fins lucrativos que produzem e, principalmente, dependem de conhecimentos e ideias para obter apoio e influenciar o processo de elaboração de políticas. Dessa forma, os empresários que investem nessas instituições não esperam retorno financeiro, mas sim políticos. Sua relação tanto com políticos, por meio do *revolving-door*, que transfere especialistas para os setores do governo, e políticos para os *think tanks*, em conjunto com a ligação ao setor privado pode arriscar o compromisso de independência dessas instituições, no entanto, algumas delas estão dispostos a correr esse risco em troca de poder político (ABELSON, 2014, p. 129).

Segundo aponta Medvetz (2008, p. 7-8), algumas teorias estudam o acesso de instituições privadas à setores políticos, uma dessas é a Teoria de Elite ³⁵. Essa teoria sustenta que os *think tanks* podem ser compreendidos de acordo com os seus laços de poder, especialmente poder corporativo e financeiro. Dessa forma, a teoria evidencia a imparcialidade da autonomia dessas instituições, pois elas refletem os interesses de quem as financia. Portanto, segundo o autor (MEDVETZ, 2008, p. 8), a teoria de elite tende a reduzir os *think tanks* em instrumentos passivos no controle de pessoas poderosas no cenário financeiro, corporativo e político. No entanto, Medvetz (2008, p. 8) afirma que é necessário analisar a visão dominante dessa teoria, pois apesar de sua aparente redutibilidade, os *think tanks* conseguiram garantir pequenos graus de autonomia. Neste trabalho, adota-se a perspectiva de que os *think tanks* não são livres nem imparciais, seus estudos têm objetivos específicos e são financiados por empresas, ou até políticos, que tem interesse em determinadas pesquisas. Essa proposição encontra a ideia de níveis de autonomia de Medvetz, pois

[os] think tanks tem suas próprias leis específicas, agentes, convenções, e assim por diante, mas também que sua estrutura espelha a do campo de poder em que está inserida. O grau exato de autonomia do campo - sua capacidade de isolar seus membros de forças e restrições externas - torna-se uma questão operacional, uma vez que a resposta determinará a proporção apropriada entre a explicação ‘internalista’ e a ‘externalista’” (2008, p. 9) ³⁶.

³⁵ Para mais, ler: DYE, Thomas R. Oligarchic Tendencies in National Policy-Making: the Role of the Private Policy-Planning Organizations.” *Journal of Politics*, vol. 40, n.2, p.309-331, 1978.

³⁶ No original: “[...] think tanks has its own specific laws, agents, conventions, and so on, but also that its structure mirrors that of the field of power in which it is embedded. The field’s precise degree of autonomy – its capacity to insulate its members from external forces and constraints – becomes an operative question, since the answer will determine the proper ratio of ‘internalist’ to ‘externalist’ explanation.” (MEDVETZ, 2008, p. 9).

Nesse contexto, com sua autonomia e independência cada vez mais questionada e a proliferação de organizações privadas nos EUA, os *think tanks* dividem espaço com diferentes instituições privadas no país. Esse compartilhamento de espaço se torna concorrência e, por muitas vezes, existe a confusão entre uma organização e outra. Por isso, cabe aqui distinguir as diferenças entre os *think tanks* e demais grupos de influência nos EUA. Segundo Stone e Chair (2007, p. 7), os *think tanks* concorrem, no cenário político estadunidense, com grupos de interesse, associações profissionais, consultores e empresas comerciais e grupos universitários.

Os grupos de interesse são retratados como promotores de um interesse seccional, normalmente são ligados ao lobby, enquanto os *think tanks* são apresentados como independentes, e buscam discussões e análises intelectuais. Já as associações profissionais podem se aproveitar das habilidades e conhecimentos de seus membros, sem interesse em algum setor específico para se especializa. Os consultores e empresas comerciais, como empresas de contabilidade, bancos de investimento, escritórios de advocacia, agências de rating de títulos e analistas de ações podem desempenhar um poderoso papel independente de monitoramento de empresas e reforçam padrões regulatórios. Da mesma forma, os consultores comerciais ganham espaço no cenário norte-americano fazendo prospecções financeiras. A diferença entre eles e os *think tanks* se baseia na intenção de suas pesquisas, pois os segundos tem objetivos claramente específicos de influenciar políticas públicas, enquanto os primeiros têm mais elasticidade de objetivos, podendo pesquisar tanto para o setor público quanto para o privado. Por fim, embora a relação entre *think tanks* e universidades sejam próximas, uma diferença básica entre eles é que os *think tanks* são instituições que não concedem diplomas. No entanto, o crescimento de centros de pesquisa nos institutos universitários tende a se apresentar como ameaça aos *think tanks*, pois eles também podem representar uma ponte entre conhecimento e poder (STONE e CHAIR, 2007, p. 9).

Nesse sentido, alguns especialistas afirmam que os *think tanks* mudaram seus objetivos em relação aos quais eles foram criados para alcançar. Contudo, Donald Abelson (2014, p. 129) sugere que, por mais que os *think tanks* tenham mudado em suas táticas e estratégias, seus desejos pela investigação de problemas políticos, bem como sua busca por soluções de questões políticas, continuam intactos. Dessa forma, a mudança substancial que ocorreu em meio a essas instituições é o quão elas estão profundamente investidas no mercado das ideias. Segundo o autor, independente de outras organizações concorrentes, os *think tanks* “são mais habilidosos em termos políticos, mais tecnologicamente sofisticados e melhor equipados para competir com milhares de organizações nos Estados Unidos empurrando-se para deixar uma marca indelével em iniciativas políticas fundamentais” (ABELSON, 2014, p. 129)³⁷.

³⁷ No original: “They are more politically savvy, more technologically sophisticated and better equipped to compete with the thousands of organizations in the United States jostling to leave an indelible mark on key policy

TT

Estados Unidos

3.1.1 Atuação dos *think tanks* SF

Independentemente de sua autonomia é importante destacar a importância da aproximação dos *think tank* com a sociedade, eles são vetores de ideias para ambas as partes, política e civil, logrando encontrar espaço vago na geração de expertise (HAASS, 2002, p. 5). Aqui se percebe o valor do lugar do intelectual na sociedade, entendendo esse ator como o criador de ideias, que promove consensos ou dissensos, elabora concepções de mundo ou princípios que legitimam a política e conjura verdades (FOUCAULT, 1979, p. 13). Esse intelectual é recrutado na sociedade, para falar à sociedade, é capaz de traduzir o discurso acadêmico em linguagem acessível ao seu público, sejam os políticos, o governo, a imprensa ou experts. Portanto, nesta subseção apresenta-se formas de atuação dos *think tanks* e como eles chegaram nesse nível confortável de gerador de ideias para a política norte-americana.

Em primeiro lugar, é necessário entender que os *think tanks* funcionam como um instrumento para introduzir e fortalecer uma visão de mundo, que mesmo antes de ser posta em debate, surge de forma consensual, por meio de estratégias usadas na luta simbólica pelo monopólio da imposição de um fato (TEIXEIRA, 2007, p. 73). Na busca pelo acesso político, os *think tanks* tendem a ocupar diversos universos sociais, alcançando credibilidade intelectual, receita operacional e visibilidade pública (MEDVETZ, 2008, p. 4). As suas pesquisas são relevantes e oportunas para os membros do Congresso e Executivo, elas validam e reforçam recomendações políticas sugeridas por tomadores de decisão, líderes empresariais e outros formadores de opinião (ABELSON, 2014, p. 129).

Ao buscar espaço para se consolidar como ponte entre conhecimento e poder, os *think tanks* encontraram várias formas para comercializar suas ideias, principalmente por meio de uma corretagem intelectual (STONE e CHAIR, 2007, p. 6), que leva suas ideias de forma simples, mas relevante, às instâncias políticas e sociedade como um todo. Para isso, os *think tanks* podem agir de forma pública ou privada. Publicamente, os *think tanks* contam com uma série de estratégias para transmitir suas opiniões aos formuladores de políticas e ao público,

initiatives” (ABELSON, 2014, p. 129).

como: realização de conferências públicas e seminários para discutir várias questões de política externa; encorajamento de estudiosos residentes a darem palestras em universidades, clubes rotários, etc. .; testemunho perante as comissões legislativas; aumento da sua exposição nos meios impressos e electrónicos; divulgação de suas pesquisas; e criação websites. Privadamente, os especialistas podem procurar envolver-se na política externa: aceitando gabinete, subgabinete ou outros cargos no governo federal (por meio do *revolving-door*); servindo como assessores durante as eleições presidenciais, nas equipes de transição e nos conselhos consultivos presidenciais e do Congresso; convidando os decisores políticos selecionados do Departamento de Defesa, do Departamento de Estado, do Conselho de Segurança Nacional, da CIA e de outras agências de recolha de informações para participar em seminários e workshops privados; e fornecendo aos formuladores de políticas no Congresso, no Poder Executivo e em todo o governo federal relatórios de políticas e estudos relevantes sobre questões atuais de política externa (ABELSON, 2002, p. 11-12).

Assim, por diversos meios diferentes, a audiência dos *think tanks* pode ser tanto as famílias, que tem acesso a informações de forma simplificada e direta, por meio da mídia ou internet, ou os políticos, que recebem *briefings* e receitas de ações políticas. Dessa forma, entende-se que os *think tanks* tem o poder de criar verdades que serão, ou não, bases para novas políticas. Portanto, esse meio por qual perpassa os *think tanks* pode ser entendido da mesma forma que Foucault vê o regime de verdade. Como citado ainda no primeiro capítulo, Foucault apresenta os regimes de verdade como uma política geral de verdade, como verdades acatadas a partir de discursos, são as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade (FOUCAULT, 1979, p. 12). Nesse contexto, os *think tanks* produzem conhecimentos que tentam subjugar outros, tentam ser mais importantes que grupos de interesses ou outras associações da sociedade corporativa e financeira. Por meio do conhecimento científico produzidos por eles, os *think tanks* trabalham formas de dominação, que são utilizados para legitimar políticas.

A influência dos *think tanks* na legitimação de políticas só se concretiza a partir da fertilidade do contexto democrático. Contudo, mesmo com um ambiente propício à sua ação, os *think tanks* dependem de variáveis endógenas e exógenas a eles para lograr efeitos no cenário político. Segundo Miguel Braun, Mariana Chudnovsky, Nicolás Ducoté e Vanesa Weyrauch as variáveis exógenas podem ser: o tipo de regime do Estado no qual estão inseridos; a liberdade acadêmica e de imprensa; o crescimento, estancamento ou depressão econômica do país; demanda política de investigação; janelas de oportunidades para as políticas; abertura para participação cidadã; e grau de capacidade governamental (BRAUN, CHUDNOVSKY, *et al.*,

2006, p. 8). Todos esses elementos fogem do manejo dos *think tanks*, mas podem influenciar diretamente em seu desempenho. Já as variáveis endógenas, fazem relação aos elementos administráveis pelos *think tanks*: liderança e gestão institucional; gestão da investigação; e comunicação (BRAUN, CHUDNOVISK, *et al.*, 2006, p. 8). Essas características internas têm reflexo na identidade, gestão, objetivos e atividades dessas instituições.

2.2.2. Gerações de think tanks

Com o passar dos anos, os think tanks foram evoluindo tanto na forma como em sua função. Circunstancias históricas especiais são o que impulsionam o crescimento dos think tanks, tanto em números quanto na sua importância. As duas Guerras Mundiais, a Grande Depressão, a Guerra do Vietnã, a Guerra contra a Pobreza e Grande Sociedade, Guerra Fria, e o seu fim, e 11 de Setembro podem ser vistos como eventos catalizadores para o fenômeno de crescimento dos think tanks (TEIXEIRA, 2007, p. 121). Como exemplo, no pós-Segunda Guerra Mundial, o Council on Foreign Relations lançou um extenso estudo sobre Guerra e Paz, balizando os esforços para o encontro da paz no pós-guerra; durante a Guerra Fria, a revista *Foreign Affairs*, do mesmo think tank, publicou um artigo sobre a conduta soviética no conflito bipolar; em 1993, Samuel P. Huntington publicava o artigo “O Choque entre as Civilizações”; após o 11 de setembro, surgem inúmeros estudos provenientes do Center for Strategic and International Studies, Heritage, Brookings e tantos outros think tanks sobre o enfrentamento da ameaça terrorista e proteção de liberdades individuais no EUA (HAASS, 2002, p. 6). Dessa forma, percebe-se a emergência de novas ideias a partir de cada evento, essas ideias, bem como cada think tank que as publicaram, se tornaram modelo aos demais, de sua geração ou não, e sobrevivem até hoje, auxiliando na difícil tarefa de classificação dessas instituições a partir de seus objetivos e funcionalidades.

Para classificar os think tanks, James McGann assume que existem quatro principais categorias dessas instituições: (i) acadêmico; (ii) contract/consulting research; (iii) advocacy; (iv) policy enterprise; ou um híbrido dos quatro primeiros, que representaria um misto das funções e objetivos dos quatro anteriores (MCGANN, 2005, p. 6). O primeiro, acadêmico, faz referência à produção de conhecimento especializado sobre determinado assunto, tendo respaldo acadêmico para publicar livros, artigos e produzir eventos. No segundo caso, contract/consulting research, as pesquisas desenvolvidas têm como público alvo departamentos dos governos, uma vez que funcionam como plataforma política ao oferecer análises objetivas e quantitativas. No terceiro, advocacy, as instituições têm como prioridade a divulgação de suas pesquisas e ideias, como forma de influenciar o seu público alvo. O quarto, policy enterprise, se caracteriza pela produção de estudos curtos e de estilo jornalístico, com princípios de gerenciamento e marketing (MCGANN, 2005, p. 8).

Dessa forma, cada categoria classificada por McGann surgiu em determinado momento da história, impulsionado por uma conjuntura propícia. De acordo com Abelson (ABELSON, 2002, p. 10), existem quatro gerações diferentes de think tanks. De 1900 a 1945, surgiam os think tanks preocupados com investigação política. De 1945 a 1970, emergiam as instituições de produção de conhecimento contratadas pelo governo. De 1970 a 1990 os think tanks de advocacy ganhavam espaço no cenário político norte-americano. Por fim, de 1990 em diante surgem os think tanks com base em legados, inaugurados por políticos e presidentes.

A primeira geração, de 1900 a 1945, surgiu a partir do desejo de filantropos e intelectuais nos EUA, como exemplo se apresenta o Carnegie Endowment for International Peace (1910), criado pelo então barão do aço de Pittsburgh, Andrew Carnegie; a Hoover Institution on War, Revolution and Peace (1919), criado pelo ex-presidente Herbert Hoover; Council on Foreign Relations (1921), surgido a partir da evolução de um clube de jantar mensal para se tornar uma das mais respeitadas instituições de relações exteriores do mundo; e a Brookings Institution (1927), que foi criada a partir da fusão de outros dois think tanks, se tornando um dos mais respeitados institutos de pesquisa dos EUA (ABELSON, 2002, p. 10). Essa geração tinha, e ainda tem, o objetivo não só de influenciar diretamente a produção de políticas públicas, mas sim de informar e educar os decisores políticos. Segundo Haass (2002, p. 5), essa geração surgiu da Era Progressista nos EUA e tinha a função de profissionalizar o governo, por isso, possuíam um mandato apolítico, buscando “promover o interesse público, fornecendo aos funcionários do governo conselhos imparciais e relevantes para as políticas”⁵⁶. Dessa forma, esses think tanks se enquadram na categoria acadêmicos de McGann, pois buscavam a primazia de suas pesquisas com o objetivo de informar, mais que influenciar, por isso, essas instituições passam a ser conhecidas como “universidades sem estudantes”.

A segunda onda, de 1945 a 1970, trouxe à tona think tanks contratados pelo governo. Nesse contexto, a RAND Corporation (1948) se destaca como principal instituição que inaugura essa nova geração. Assim, esses think tanks eram financiados por departamentos governamentais e agências para pesquisar políticas, essas investigações se destinavam a abordar preocupações específicas dos tomadores de decisão (ABELSON, 2002, p. 11). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, se tornava mais necessário o aconselhamento independente de política externa, os think tanks dessa geração auxiliou, então, o estabelecimento dos valores políticos dos Estados Unidos como superpotência no Sistema Internacional. Iniciando com a RAND, e posteriormente com outros institutos, como Hudson Institute (1961) e o Urban Institute (1968), foram lançados estudos pioneiros de análise de sistemas, teoria dos jogos e negociações estratégicas que continuam a moldar a forma como analisamos a política de defesa e a dissuasão décadas mais tarde (HAASS, 2002, p. 6). Esses think tanks podem ser vistos sob a categoria contract/consulting research de McGann, que tem pesquisas desenvolvidas diretamente para departamentos de estado, seu público alvo.

A terceira onda inaugurava o “tipo de think tank gerou mais exposição da mídia nas últimas três décadas” (ABELSON, 2002, p. 11)⁵⁷, os advocacy think tanks. Dessa época se destacam Center for Strategic and International Studies (1962), a Heritage Foundation (1973) e o CATO Institute (1977). As novas instituições combinavam a pesquisa política com técnicas agressivas de marketing, uma função que compartilham em comum com muitos grupos de interesse. Estas instituições centram-se tanto na advocacia como na investigação, visando gerar aconselhamento oportuno que pode competir num mercado cheio de ideias e influenciar as decisões políticas (HAASS, 2002, p. 6).

Por fim, a quarta onda, dos anos finais da Guerra Fria até os dias, atuais apresenta a geração de legacy think tanks, que são instituições com o objetivo de elaborar pesquisas em política, que buscam não só influenciar as autoridades políticas, mas também criar um legado para esses grupos. Destacam-se, então, o Carter Center (1982) e Nixon Center for Peace and Freedom (1994), que foram

⁵⁶ No original: “to advance the public interest by providing government officials with impartial, policy-relevant advice” (HAASS, 2002, p. 5).

⁵⁷ No original: “No other type of think tank has generated more media exposure in the last three decades [...]” (ABELSON, 2002, p. 11).

criados por presidentes que intencionavam criar um legado duradouro sobre política externa e doméstica. Eles produzem uma vasta gama de publicações, realizam seminários e workshops, e realizam pesquisas em uma série de áreas políticas (ABELSON, 2002, p. 11). Segundo Tatiana Teixeira (TEIXEIRA, 2007, p. 146), foi também na década de 1990 que surgiram os novos think tanks conservadores, que se auto intitulam o elemento de mudança na política estadunidense.

Portanto, a partir dessas definições, entende-se os think tanks como reservatório de ideias, local no qual é produzido conhecimento, que de diversas formas chegam às instâncias políticas de decisão. Apurando ainda mais a sua descrição, os think tanks representam um espaço privilegiado de fazer política, que encontra solo fértil na democracia (STONE e CHAIR, 2007, p. 9), em que a disputa pelo poder se dá no campo das ideias. Essas instituições têm a habilidade de alcançar objetivos por meio da influência intelectual, ao invés da coerção ou pressões financeiras. Logo, é necessário entender a função social desses grupos. Eles constituem organizações híbridas, que permeiam estruturas intermediárias, sendo elas: política, economia, comunicações e produção de conhecimento, além da sociedade civil, da qual já fazem parte. Essa função depende de componentes que eles controlam ou não, mas que influenciam suas atividades e formas de ler a sociedade das quais investigam.

3.2 ESTADOS UNIDOS E A EMERGÊNCIA DE *THINK TANKS*

Os Estados Unidos como o país da liberdade individual e política é vislumbrado desde o período colonial e seguiu com a independência. Com a constituição de 1776, se promulgava também a soberania popular, que seria capaz de modificar e derrubar formas de governo estabelecidas e romper elos entre governantes e governados que não fossem benéficos aos segundos (KARNAL, MORAIS, *et al.*, 2007, p. 95). A defesa de liberdades individuais era reivindicada e aprofundada ainda nas primeiras 10 emendas da constituição mais avançada da época, a democracia estadunidense causava espanto e admiração entre os estados do sistema europeu e as demais colônias (KARNAL, MORAIS, *et al.*, 2007, p. 96).

Nesse contexto de liberdade, o norte-americano aprende desde cedo que deve contar consigo mesmo para resolver os problemas e males da vida, criando certa desconfiança das autoridades políticas, apelando a elas como último recurso (TOCQUEVILLE, 2005, p. 219). Assim, a ideia de *self made man* se torna intrínseca ao cidadão estadunidense (KARNAL, MORAIS, *et al.*, 2007, p. 159), como indivíduos capazes de sucesso individual sem auxílio do Estado, que através seu próprio esforço venceria as adversidades da vida. Esse pensamento influencia o princípio de *laissez-faire* no país, que pregava tarifas baixas e o fim dos subsídios governamentais (KARNAL, MORAIS, *et al.*, 2007, p. 147), pois o Estado tenderia a corrupção, e assim, incertezas da população sobre o governo.

Com isso, é necessária a organização do povo para a supervisão do Estado, assim surgem as associações. Segundo Alexis de Tocquville (2005, p. 220) as associações consistem “na adesão pública que certo número de indivíduos dá a determinadas doutrinas e no compromisso que contraem de contribuir de uma certa maneira para fazê-las prevalecer” e reúnem “os esforços de espíritos divergentes e impele-os com vigor em direção a um só objetivo claramente indicado por ela”. Segundo o autor, os Estados Unidos é o país do mundo “em que se tirou maior partido da associação e em que se aplicou esse poderoso meio de ação a uma diversidade maior de objetos” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 219).

Dessa forma, a partir da forte tradição de livre associação no país, se inscrevem os *think tanks* como instituições organizadas para discussão de política (ABELSON, 2014, p. 125), seja internacional ou não. Essas organizações de amigos influentes com posição privilegiada no estabelecimento de políticas (ABELSON, 2014, p. 130) se aproveitam do ambiente social e político dos EUA para se estabelecerem como pontes entre conhecimento e poder e entre ciência/tecnologia e *policy-making* em amplas áreas de interesse (TEIXEIRA, 2007, p. 109). Essas instituições possuem um grau de liberdade e multidisciplinaridade que lhes permite definir problemas e fazer recomendações na esfera política (TEIXEIRA, 2007, p. 109).

Os *think tanks* surgiram no período antes e depois da Primeira Guerra Mundial, inicialmente como instituições que buscariam a paz e resolução de questões internacionais. Assim, em 1910 Andrew Carnegie criava o *Carnegie Endowment for International Peace* com sede em Washington. Em 1916, fundava-se o *Institute for Government Research*, que em 1927 se fundiu com outras instituições para formar a *Brookings Institution* (ABELSON, 2014, p. 125). Também no mesmo período surgia o *Council on Foreign Relations* (CFR), em 1921, que se tornou a principal instituição de política externa e defesa nos EUA (ABELSON, 2014, p. 126). Esses institutos promoviam fóruns de prestígio para estudiosos e líderes de discussão sobre questões urgentes do dia e, como resultado, tornaram-se importantes estabelecimentos de política externa.

Não existe em nenhum outro lugar ambiente político mais propício para a emergência de *think tanks* como os EUA (ABELSON, 2014, p. 131). Segundo Thomas Medvetz (MEDVETZ, 2007, p. 2), existe a combinação de três fatores que possibilitaram a existência dos *think tanks* no país: o poder extraordinário do negócio americano, que permitiu que seus líderes criassem seus próprios órgãos de produção intelectual; a relativa ausência ou fraqueza de instituições políticas alternativas que poderiam torná-los irrelevantes, assim, a tendência dos políticos americanos de consultar especialistas externos, ao invés de promover o crescimento de uma tecnocracia governamental, era consistente com o padrão institucional de longa data

que favoreceu soluções não estatais para problemas de ordem social e econômica; e a presença de uma tradição social-científica tecnocrática nos Estados Unidos centrada em um modelo do cientista social como um intelectual profissional e não como intelectual puro.

Em virtude disso, os *think tanks* passam a ser vistos como instituições tipicamente estadunidenses, por conta de sua cultura política descentralizada, pluralista, rico em pontos de acesso, com forte tendência a recorrer a especialistas, que em grande parte são representados por grupos de interesse (TEIXEIRA, 2007, p. 111). Nesse aspecto, o sistema político estadunidense altamente fragmentado e descentralizado oferece múltiplos canais de acesso aos formuladores de políticas, apoiando o fortalecimento dos *think tanks* no país (ABELSON, 2014, p. 131). Além disso, essa característica institucional estadunidense, combinada com partidos políticos fracos e uma cultura política e social que incentiva a filantropia e o empreendedorismo de políticas, oferecem oportunidades ilimitadas para que os *think tanks* se enraízem e floresçam (ABELSON, 2014, p. 131). A apatia da população em relação à burocracia federal também contribui no estabelecimento das instituições (ABELSON, 2014, p. 130), pois sem a confiança no governo, o povo tende a se apoiar e se unir a organizações privadas em geral, em detrimento de partidos, conseguindo atendimento de suas demandas nas instâncias políticas.

Nos EUA, os políticos não são obrigados a manter suas posições como os partidos, não estão vinculados pelo princípio parlamentar de unidade de partido forte, eles são livres para solicitar aconselhamento da comunidade de pesquisa de política externa (ABELSON, 2014, p. 137). Logo, com a mudança de gestão a cada quatro ou oito anos, quando uma nova administração assume o poder, não é possível que cada burocracia desenvolva sua própria memória institucional (ABELSON, 2014, p. 137). Como resultado, os *think tanks* utilizam esse espaço para influenciar os políticos de acordo com as suas demandas. Essa relação entre políticos e especialistas traz questões em relação à independência das instituições.

Ademais, o regime fiscal nos EUA facilita e estimula a doação de recursos e o surgimento de instituições sem fins lucrativos isentas de impostos, que possibilitaram que os institutos e pesquisa se tornassem minimamente autônomos e influentes (TEIXEIRA, 2007, p. 111). Essa afirmação se choca com duas questões de importante reflexão em relação aos *think tanks*: sua independência e sua diferenciação em relação ao *lobby*. Segundo Diane Stone e Marie Curie Chair (2005, p. 3), a noção de que um *think tank* exige independência do Estado para ser "*free-thinking*" é tipicamente anglo-americana e não se traduz bem em outras culturas políticas. No entanto, essa independência se mostra débil conforme os patrocinadores dessas instituições, que por meio dos *think tanks*, defendem seus interesses perante instâncias políticas

(STONE e CHAIR, 2007, p. 17). Na constante ambiguidade entre grupos de interesse e *think tanks*, os segundos se veem cada vez mais obrigados a afirmar sua posição longe da ideia negativa de lobby e interesses econômicos. Além disso, não se pode entender os *think tanks* como lobbistas, que buscam exercer influência nas políticas por meio de pressão financeira, justamente pelo fato de que produzir ideias levam eles a um patamar diferente de grupos de interesses, um nível superior de conhecimento e poder, de saber e dominação. Medvetz (2008, p. 3) elucida essa afirmação, sugerindo que “tornar-se um *think tank* é superar a mera política baseada em interesses e reivindicar os dividendos simbólicos que resultam da adesão entre produtores especializados de conhecimento”⁵⁸.

De acordo com Richard Haass (2002, p. 5), os *think tanks* influenciam os formuladores de política estadunidenses de cinco formas: gerando ideias e opções originais para políticas; fornecendo um grupo pronto de especialistas para o emprego no governo; oferecendo locais para discussões de alto nível; educando cidadãos americanos sobre do mundo; e complementando os esforços oficiais para mediar e resolver os conflitos. Essas formas se mesclam de diversas maneiras, um exemplo é o fenômeno de “*revolving-door*”. Quando uma nova administra chega ao poder especialistas, os líderes devem selecionar funcionários qualificados para ocupar posições na burocracia, abrindo espaço para os *think tanks*. Da mesma forma, quando políticos saem de suas posições de poder em altas camadas da política norte-americana, eles têm vagas especiais nos *think tanks*. Como uma porta giratória, ocorre um movimento de think-tanks dentro e fora dos departamentos e agências governamentais (ABELSON, 2014, p. 131). Ainda segundo Haass (2002, p. 6), desses cinco benefícios oferecidos pelos *think tanks*, o principal é gerar um pensamento novo e *insights* originais aos formuladores de política. Esses *insights* podem alterar as concepções de interesses nacionais, influenciar o ranking de prioridades, elaborar roteiros de ação, mobilizar políticas e coalizões burocráticas e moldar a concepção instituições duradouras (HAASS, 2002, p. 6).

3.3 Em suma, os EUA forneceram um solo fértil para que o estabelecimento e fortalecimento dos *think tanks*, apoiados numa tradição secular de livre associação e isolamento dos setores políticos. O cidadão estadunidense demonstra desconfiança na burocracia federal, propiciando que setores privados tomem o espaço do seu aparente desinteresse, levando suas demandas ao congresso e executivo no país. A relação das instituições com o governo é tão

⁵⁸ No original: “To become a “think tank” is to rise above mere interest-based politics and claim the symbolic dividends that accrue from membership among expert knowledge producers” (MEDVETZ, 2008, p. 3).

intrínseca, que os políticos e especialistas permeiam as instâncias públicas e privadas. Além de gerar novas ideias para altos funcionários do governo, os think tanks fornecem um fluxo constante de especialistas para servir em administrações recém-chegadas e em funcionários do Congresso. A constante busca de se diferenciar dos grupos de interesses os fazem se especializar cada vez mais em diversos assuntos, propiciando uma pluralidade de temas a serem tratados nos setores políticos.

3.4 *THINK TANKS* ESTADUNIDENSES: *BROOKINGS* INSTITUTION, *COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS*, *CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNACIONAL STUDIES* E WOODROW WILSON INTERNATIONAL CENTER FOR SCHOLARS

A compreensão do papel dos *think tanks* estadunidenses, a luz da contribuição de Foucault apresentada no primeiro capítulo, passa por uma leitura histórica do que essas organizações representam de fato para a política dos Estados Unidos. Portanto, nesta seção, aborda-se os *think tanks* elegidos para essa investigação com base na classificação de McGann (MCGANN, 2016, p. 56), que os prioriza entre os cinco principais *think tanks* dos Estados Unidos, sendo *Brookings Institution* o primeiro, *Council on Foreign Relations* o segundo, *Center for Strategic and International Studies* o terceiro e, por fim, *Woodrow Wilson International Center for Scholars* o quinto. Além disso, dentre os principais *think tanks* dos Estados Unidos, são esses quatro que possuem um programa específico para estudar o Brasil. Essas instituições lograram espaços na política estadunidense ao longo do século XX

e consolidaram um potencial de impacto político nos últimos anos, através de sua capacidade de influência junto às instancias políticas e à opinião pública

3.4.1 Brookings Institution

Em 2016 a *Brookings Institution* celebrava 100 anos de existência, de pesquisas, de contatos e de influências. A instituição surgiu em, oficialmente, em 1927, no entanto, já existia de diferentes maneiras desde 1916. O *Institute for Government Research* (IGR) foi o precursor desse grupo de reflexão, que a partir dos ideais de Robert Brookings, se tornou o principal *think tank* estadunidense.

Em 1916, era criado nos Estados Unidos a primeira instituição privada de produção de pesquisas a partir do financiamento da Fundação Rockefeller e direção de Robert Brookings. O IGR foi pensado, inicialmente, como um provedor de pesquisas de políticas

públicas que limitaria os problemas de eficiência funcional das agências federais, bem como propositor de políticas e objetivos para essas agências perseguirem (SMITH, 1991, p. 55). Os patrocinadores desse instituto se preocupam em representa-lo como um balanço entre o liberal e o conservador, empresarial e acadêmico, e leste e oeste. Então, foram contratados para a sua equipe formadores de opinião e acadêmicos, a fim de abarcar as diferenças possíveis e manter sua posição de especialistas neutros que podem servir a qualquer administração (SMITH, 1991, p. 55). Esse grupo de especialistas se viam como advogados de uma mudança nas estruturas políticas dos Estados Unidos, eles acreditavam piamente na distinção Wilsoniana entre administração e políticas, e buscavam manter suas posições por meio das pesquisas (SMITH, 1991, p. 56).

Assim, em 1922, Robert Brookings continuava a criar instituições com a intenção de profissionalizar e especializar a produção de políticas. Então, inaugura o Instituto de Economia, com o objetivo de pesquisar políticas econômicas orçamentárias, e em 1924 a Escola de Pós-Graduação em Economia e Governo, buscando a formação de servidores do Estado (SMITH, 1991, p. 59). Segundo Strobe Talbott (2002, p. 19), presidente da instituição desde 2002, Brookings decidiu criar as diferentes organizações pois percebia que, na economia de guerra, as empresas tiravam proveito de disciplinas relativamente novas de pesquisa econômica e gestão organizacional, assim, acreditava que o governo não também poderia ser beneficiado por esses estudos. No entanto, a pós-graduação era frequentemente criticada, pois os estudantes focavam na pesquisa de teorias e história, esquecendo-se de servir ao Estado (SMITH, 1991, p. 61), então, Brookings percebia o momento de modificação da instituição.

Dessa forma, em 1926 iniciavam as discussões para a fusão dos três institutos em um, e em 1927 era criada a *Brookings Institution*, que, inicialmente, se concentrava na política social e econômica doméstica, mas com o advento da Segunda Guerra Mundial, adicionou as pesquisas de agenda de política externa ao seu escopo (TALBOTT, 2002, p. 19). Segundo a instituição (BROOKINGS, 2017)⁵⁹, sua missão é “promover, conduzir e fomentar a pesquisa em amplos campos de economia, administração do governo e as ciências políticas e sociais”⁶⁰. Para isso, ela está organizada em três grandes áreas de pesquisa: Estudos de Política Externa, Estudos Econômicos e Estudos de Governança (TALBOTT, 2002, p. 19). No entanto, a medida que as questões políticas ficam cada vez mais interdisciplinares, esses departamentos perdem seus limites, tornando-se mais desfocados e mistos.

⁵⁹ Disponível em < <https://www.brookings.edu/about-us/brookings-institution-history/>>. Acesso em maio de 2017.

⁶⁰ No original: “to promote, conduct and foster research ‘in the broad fields of economics, government administration and the political and social sciences’” (BROOKINGS, 2017).

Afirmando sua posição como *think tank* independente, e fomento a ideia, já criticada por Foucault, de conhecimento científico isolado do poder, a *Brookings* constrói diferentes políticas de independência de pesquisa, de conflitos de interesse, de divulgação de conflitos de interesse para contribuintes externos, de não partidarismo, de integridade de pesquisa, de antissuborno e cumprimentos de leis e antiterrorismo⁶². No entanto, autores divergem na linha ideológica da instituição. Segundo Talbot (2002, p. 20), a instituição está ideologicamente posicionada como centro. Já McGann (MCGANN, 2007, p. 25), *Brookings* é um *think tank* de centro-esquerda, mais inclinado para questões liberais. No entanto, Sam Hussein (1998) informa que a organização pende mais para o lado conservador, pois muitos de seus executivos se originam do partido republicano. O movimento de *revolving-door* deixa explícito que não existe instituição sem posição ideológica, uma vez que os políticos que chegam aos *think tanks* estavam ligados a partidos e administrações específicas. Isso é explicitado por Talbot (2002, p. 20) ao informar que a instituição tem experiência de todos os ramos do governo, como por exemplo James Steinberg, vice-presidente e diretor do programa de Estudos de Política Externa da *Brookings* (ex-assessor adjunto da Segurança Nacional na Casa Branca e diretor do Departamento de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado); Helmut Sonnenfeldt (membro do pessoal do Conselho Nacional de Segurança do governo Nixon e ex-diretor do Escritório de Pesquisa do Departamento de Estado da União Soviética e da Europa Oriental); Martin Indyk, Diretor do Centro Saban para a Política do Oriente Médio (ex-Secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Oriente Próximo e duas vezes Embaixador dos EUA em Israel). Além do executivo, tem o exemplo do ex-congressista Bill Frenzel (republicano-Minnesota), um dos especialistas residentes em impostos, livre comércio e política orçamentária.

Ademais, o financiamento de *think tanks* aponta os interesses aos quais eles servem. A *Brookings* se posiciona como uma instituição sem fins lucrativos dedicada a pesquisas independentes e aprofundadas que levam a ideias pragmáticas e inovadoras sobre como resolver problemas enfrentados pela sociedade (BROOKINGS, 2017)⁶³. No entanto, o orçamento da instituição é financiado através da captação de fundos de fundações privadas, empresas, indivíduos, subsídios e contratos governamentais e renda, e geram receitas modestas da venda de suas publicações, seminários e programas (MCGANN, 2007, p. 45). Dessa forma, mesmo que as instituições optem por uma ampla gama de contribuições, mesmo que pequenas,

⁶² Todas as políticas estão disponíveis em <<https://www.brookings.edu/about-us/brookings-policies-on-independence-and-integrity/>>. Acesso em maio de 2017.

⁶³ Idem.

para não se tornar excessivamente dependente de um capital, fica claro que cada doador possui seus próprios interesses e, conseqüentemente, suas agendas políticas pessoais, que são incorporados nas pesquisas pelos *think tanks*. Os contribuintes da instituição são listados em relatórios anuais publicados em seu site, que relaciona além dos doadores, sua receita e ⁶⁴.

3.4.2 Em 2016, assim como nos anos anteriores, as principais corporações doadoras foram: The William and Flora Hewlett Foundation; The Hutchins Family Foundation; JP Morgan Chase & Co. David M. Rubenstein; United Arab Emirates; Carnegie Corporation of New York; Steve and Roberta Denning Food and Drug Administration; Bill & Melinda Gates Foundation; Cecilia Yen Koo and the Koo Family; The John D. & Catherine T.; MacArthur Foundation; Microsoft Corporation; Government of Norway; The Rockefeller Foundation; Leonard D. Schaeffer; John L. Thornton; e John C. Whitehead, com doações entre US\$ 1.000.000 e US\$ 2.000.000.

3.4.3

3.4.4 Council on Foreign Relations

O *Council on Foreign Relations* (CFR) surgiu a partir de um clube de jantares entre especialistas em política externa nos Estados Unidos. Em 1917, discutia-se no país a sua posição na Conferência de Paz no pós-Primeira Guerra Mundial então, visionários, pesquisadores e grandes nomes nos EUA, como Coronel Edward M. House, se reuniam para debater questões de política externa e a posição do país que viria a ser a superpotência mundial (SMITH, 1991, p. 283). Então, em 1918, denominou-se esse grupo seletivo de debatedores de *Council on Foreign Relations*, com um modesto número de 108 membros, sendo oficiais de alto escalão de empresas bancárias, de fabricação, de comércio e de finanças, junto com muitos advogados ingleses e americanos, com a intenção de convocar encontros e jantares com visitantes estrangeiros, a fim de fazer contatos agradáveis para o futuro do comércio (GROSE, 2006, p. 7).

Dessa forma, em 3 de fevereiro de 1921, três anos após o início das discussões, o CFR se estabeleceu como *think tank* na cidade de Nova York, e especialistas ingleses criaram no Reino Unido o *Royal Institute of International Affairs*, mais conhecido como *Chatham House*. A possibilidade de fornecer experiência diplomática, experiência e

⁶⁴ Disponível em < <https://www.brookings.edu/about-us/annual-report/>>. Acesso em maio de 2017.

contatos de alto nível foi vista pelos estudiosos reunidos. A simbiose entre os conhecimentos de especialistas em política mais homens da lei e das finanças, propiciava explorar recursos incalculáveis em todas as áreas, sendo necessária uma injeção de substância intelectual, dinamismo e contatos para promover a expansão das empresas, a paz mundial ou, de fato, ambas, por meio da expertise acadêmica e governamental reunindo interesses comerciais práticos (GROSE, 2006, p. 8).

Inicialmente, jornalistas e a mídia como um todo não percebiam o potencial do CFR e demais instituições correlatas. Dessa forma, eles não eram referidos em meios de comunicação como *think tanks*, mas sim organizações genericamente descritas como “instituto de pesquisa”, “centro de pesquisa privado” e “corporação de pesquisa sem fins lucrativos” (MEDVETZ, 2007, p. 1). No entanto, o CFR viria a ser um dos principais grupos de reflexão nos Estados Unidos. O Conselho é um dos mais conhecidos *think tanks* no país, principalmente por sua revista *Foreign Affairs*, que conta com a circulação de mais de 100.000 exemplares, e continua a ser a revista mais proeminente da nação de assuntos internacionais (SMITH, 1991, p. 283). O CFR sido visto como excessivamente elitista e exclusivo, e tem sido descrito desdenhosamente como "o melhor clube de Nova York", "o governo em Exilado" e uma "escola para estadistas (ABELSON, 2014, p. 134). Apesar de um pouco mais aberto ao público nos últimos anos, a entrada no CFR se dá por meio de convites (ABELSON, 2014, p. 134). Inicialmente, os convidados eram meticulosamente escolhidos, os quais judeus bem estabelecidos desfrutavam da adesão antecipada, numa era em que os judeus eram excluídos de outros clubes, e um proeminente candidato afro-americano certamente teria sido considerado com interesse (GROSE, 2006, p. 9). Entretanto, não estava na agenda a adesão às mulheres: “a perspectiva de uma mulher "qualificada" para o companheirismo do Conselho era simplesmente muito distante da experiência dos membros fundadores, mesmo para ser levantada” (GROSE, 2006, p. 9)⁶⁹.

A *Foreign Affairs* foi criada para levar ao leitor leigo discussões que por outros meios não poderiam ser publicadas (GROSE, 2006, p. 12). Imediatamente após o estabelecimento do Conselho, surgiu a questão de privacidade e confidencialidade, assim, era decidido pela não publicação dos trabalhos pesquisados no âmbito do Conselho, pois suas pesquisas não participam de assuntos para o público em geral (GROSE, 2006, p. 10). Em ambiente democrático de reconhecimento da importância da opinião pública, o estabelecimento do CFR como um grupo tão seletivo e elitista feria o ideal de *think tank*, que por meio da mídia e

⁶⁹ No original: “the prospect of a woman “qualified” for the Council’s fellowship was simply too remote from the experience of the founding members even to be raised” (GROSE, 2006, p. 9).

encontros políticos, tenta informar tanto o executivo e legislativo, como a sociedade civil.

Contudo, apesar dessa diferença inicial dos outros *think tanks* e instituições da sociedade civil da época, o CFR se assemelha em outros aspectos. Assim como as demais organizações, o Conselho se posiciona como apartidário e independente, considerando todos os membros com respeito, tanto democratas como republicanos (GROSE, 2006, p. 9). McGann (MCGANN, 2007, p. 25) o classifica como uma instituição posicionada ideologicamente com centro, afirmando a autodenominação do Conselho. Segundo o Richard Haass (CFR, 2017), presidente do CFR, sua “missão é ser um recurso e uma fonte de ideias, e fornecer a análise e o fundo para ajudar povos a compreender o mundo”⁷⁰.

O CRF foi criado para debater as questões internacionais importantes para os Estados Unidos, segundo Laurence Shoup e William Minter (1942, p. 86), “o Conselho parece idealmente projetado para manter o consenso de classe capitalista e hegemonia na área de relações exteriores”⁷¹. Dessa forma, fica claro que a criação desse grupo proporcionou a oportunidade de, por um lado a classe capitalista de para elaborar ideias sobre as linhas gerais da política externa correta a adotar, e por outro, incorporar nesta operação de construção de consenso outros fora da classe capitalista cujos papéis são importantes na implementação da política, como funcionários governamentais, acadêmicos e jornalistas (SHOUP e MINTER, 1942, p. 85). Isso pode ser percebido entre as fileiras de membros da instituição, bem como de seus financiadores.

Segundo seu relatório anual de 2016 (CFR, 2017)⁷²,

o CFR tem um orçamento operacional anual de aproximadamente US \$ 68,7 milhões e uma doação de mais de US \$ 354,3 milhões. A instituição é financiada principalmente por contribuições dos membros e doações para o Fundo Anual, cotas do Programa Corporativo, doações especiais de membros e outras pessoas físicas, doações de fundações e corporações, dotação e renda da *Foreign Affairs*⁷³.

No entanto, a instituição não publica sua lista de doadores, dificultando a investigação acerca dos interesses imbuídos em suas pesquisas.

Embora não publique seus contribuintes, o Conselho apresenta sua longa lista de mais de 5.000 membros, sendo alguns dos líderes mais proeminentes na área de política

⁷⁰ No original: “The mission is to be a resource and a source of ideas, and to provide analysis and background to help people understand the world.” Disponível em <<https://www.cfr.org/about>>. Acesso em maio de 2017.

⁷¹ No original: “The Council seems ideally designed to maintain capitalist class consensus and hegemony in the area of foreign affairs” (SHOUP e MINTER, 1942, p. 86).

⁷² Disponível em <https://www.cfr.org/content/about/About_CFR_2016.pdf>. Acesso em maio de 2017.

⁷³ No original: “CFR has an annual operating budget of approximately \$68.7 million and an endowment of over \$354.3 million. The institution is funded primarily by members’ dues and donations to the Annual Fund, Corporate Program dues, special gifts from members and other individuals, grants from foundations and corporations, the endowment, and income from Foreign Affairs” (CFR, 2017).

externa, incluindo altos funcionários do governo, renomados estudiosos, executivos, jornalistas aclamados, advogados proeminentes, e diferentes profissionais sem fins lucrativos (CFR, 2017) ⁷⁴. Como por exemplo Carla A. Hills, Co presidente do CFR (ex- Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do governo de Gerald Ford), Robert E. Rubin, Co presidente (trabalhou durante 26 anos na firma Goldman Sachs; ex-diretor do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca de ex-Secretário do Tesouro, durante os dois mandatos de Bill Clinton), David M. Rubenstein vice presidente (financista e filantropo conhecido como cofundador e diretor executivo Co chefe do *The Carlyle Group*) e Richard N. Haass presidente da instituição (diplomata estadunidense, ex-diretor de Planejamento de Políticas para o Departamento de Estado dos Estados Unidos e ex-assessor do Secretário de Estado Colin Powell no governo Bush). Segundo seu presidente, “o Conselho de Relações Exteriores depois de noventa anos permanece em sua essência uma organização de sócio” (CFR, 2017) ⁷⁵, claramente pendendo para o lado conservador, diante de tantos membros de alto escalão da instituição envolvidos com governos republicanos.

3.4.5 Center for Strategic and International Studies

A década de 1960 marcava a distensão da Guerra Fria, as relações entre Estados Unidos e União Soviética se tornavam mais inóspitas, e a Crise dos Misseis em Cuba preocupava os EUA em relação a proximidade do comunismo em sua órbita de influência e o possível embate nuclear entre as duas potências. Nesse contexto, em 1962, é criado na Universidade de Georgetown o *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), pelo doutor em história pela Universidade de Georgetown David Abshire, e o ex-chefe de operações navais aposentado, o almirante Arleigh Burke, com o objetivo de criar estratégias para a inserção internacional dos Estados Unidos (SMITH, 1993, p. 1).

A criação dessa nova instituição é sintomática de duas mudanças primordiais na política externa estadunidense durante o período. Por um lado, a participação mais assertiva do Congresso na elaboração da política externa criou um nicho para o Centro como um recurso intelectual para os congressistas (SMITH, 1991, p. 210). Por outro lado, ocorria também uma transformação da elite estadunidense, que se mostrava cada vez mais interessada nos assuntos de política externa, pois essas questões passavam a influenciar seus negócios (SMITH, 1991,

⁷⁴ Disponível em <<https://www.cfr.org/membership/individual-membership>>. Acesso em maio de 2017.

⁷⁵ Idem.

p. 210). Dessa forma, o Centro aproveitou o momento propício para se estabelecer como conselheiro tanto de políticos como de empresas. A medida que o interesse por assuntos internacionais e negócios cresciam no país, as empresas se tornavam não só um público para as suas pesquisas, mas também uma fonte de apoio financeiro (SMITH, 1991, p. 210). Então, reunião entre empresários com o fim de consultar com as empresas o contexto global em que devem operar tornou-se uma função mais importante não apenas do CSIS, mas também de *think tanks* como *Brookings*.

Dessa forma, pensando no limite de seu escopo inicial, os especialistas que passaram a debater nessa instituição compartilhavam a ideia de que o pensamento estratégico estadunidense estava dominado por análises de sistemas, em especial com armamento nuclear, e necessitava ser pensado a partir de termos diferentes (SMITH, 1993, p. 3). Eles viam nessas novas pesquisas um fator a maior que a força militar para o poder nacional, e sabiam que métodos clássicos para pensar estrategicamente exigiam metas claras, prioridades bem escolhidas e uma avaliação de recursos fria (SMITH, 1993, p. 3). A ideia de criação da instituição surgiu da intenção de Abshire criar nos EUA um centro de pesquisas como o *London's Institute for Strategic Studies*, pois não existia no país *think tank* com objetivo parecido (SMITH, 1991, p. 208). Assim, o CSIS foi concebido como um lugar no qual a pesquisa e escrita estratégica poderiam ser monitoradas, discutidas e refinadas, seguindo, nos primeiros pronunciamentos, ideais conservadores que sugeriam a necessidade de restauração dos valores ocidentais e de uma sociedade aberta em uma luta de vida ou morte contra seus inimigos (SMITH, 1991, p. 209).

Os ideais ortodoxos dos pesquisadores do CSIS ficavam explícito na utilização de teorias mais conservadoras. Assim, em meio a inovações tecnológicas no setor militar, os especialistas voltavam a Clausewitz para definir as novas estratégias estadunidenses dali para frente (SMITH, 1991, p. 209). A partir da organização do Centro, ficava claro que as questões de liderança e moral, bem como preocupações geopolíticas, eram mais importantes para os especialistas, diferenciando-se da RAND Corporation, que fazia pesquisas relacionadas estratégia nuclear e engenharia de armas (SMITH, 1991, p. 209). Assim, o Centro surgia para mostrar que os estudos nas áreas de engenharia e o poder material militar não eram suficientes para o desenvolvimento da hegemonia estadunidense, esses fatores deveriam vir acompanhados de conhecimentos nas áreas de humanas e estratégias, garantindo dominação e consentimento em diversos campos.

A quantidade de *think tanks* surgidos nessa época demonstra a importância dessas instituições “quase-acadêmicas” para a política estadunidense (SMITH, 1991, p. 211).

O CSIS se separou da Universidade de Georgetown em 1986, mas continuou suas pesquisas a partir dos princípios e valores estabelecidos em sua criação. A separação se deu pela escolha de docentes da universidade, que viam no Centro uma instituição diferente da academia, pois ao contrário dos estudiosos da universidade, os pesquisadores do CSIS tendiam a operar em uma rede frouxa de conversas e debates informais, sem focar em pesquisas conduzidas por teorias, como são as preocupações da academia (SMITH, 1991, p. 212). Segundo Smith (SMITH, 1991, p. 212), “o centro opera em uma cultura política, na qual a comunicação oral é frequentemente mais valorizada do que a escrita”⁷⁹

3.5 Desde sua criação, o CSIS busca reforçar sua posição bipartidária. Segundo a própria instituição, o CSIS “é uma organização bipartidária, sem fins lucrativos, dedicada a fornecer informações estratégicas e soluções políticas para ajudar os decisores a traçarem um rumo para um mundo melhor” (CSIS, 2017)⁸³. Com esse preceito, Abshire convidou para o Centro membros de ambos os partidos, como Clement Zablocki (Democrata), George Ford (Republicano), Hugh Scott (Republicano) e George Smathers (Democrata) (SMITH, 1993, p. 8). Essa tendência continua, com o John J. Hamre, CEO do CSIS (Republicano), Richard Lee Armitage, presidente da curadoria (Republicano), Erskine Bowles presidente emérito da curadoria (Democrata), Zbigniew Brzezinski conselheiro do Centro (Democrata) e Harold Brown, também conselheiro (Independente). Contudo, mesmo com a sua preocupação com os dois lados política estadunidense, o *think tank* é classificado, segundo McGann (MCGANN, 2007, p. 25), como uma instituição de centro-direita, mais inclinada para as perspectivas conservadoras.

3.6 O orçamento do CSIS é tão grande quanto dos outros *think tanks* analisados, a diferença é que ele recebe contribuições do governo federal. No ano de 2016 sua receita foi de US\$ 43.8 milhões, sendo 3% outros rendimentos, 3% sorteio de doações, 10% doações individuais, 23% subsídios, 27% créditos do governo e 34% doações corporativas (CSIS, 2017)⁸⁴. Os principais doadores do Centro são Maurice R. Greenberg e a Fundação Starr, Carlos A. Bulgheroni, ExxonMobil Corporation com doações de montantes de US\$ 5 milhões ou mais, e Andreas C. Dracopoulos e Fundação Coca-Cola em homenagem a Sam Nunn, com contribuições acima de

⁷⁹ No original: “The center operates in a political culture, in which oral communication often is more valued than the written word” (SMITH, 1991, p. 212).

⁸³ No original: “the Center for Strategic and International Studies (CSIS) is a bipartisan, nonprofit policy research organization dedicated to providing strategic insights and policy solutions to help decisionmakers chart a course toward a better world” (CSIS, 2017). Disponível em <<https://www.csis.org/features/annual-report-2016-overview>>. Acesso em maio de 2017.

⁸⁴ Disponível em <<https://www.csis.org/features/annual-report-2016-overview>>. Acesso em maio de 2017.

US\$ 1 milhão (CSIS, 2017) ⁸⁵.

3.7 2.3.4 Woodrow Wilson International Center for Scholars

Diferentemente da maioria dos *think tanks* estadunidenses, o *Woodrow Wilson International Center for Scholars* foi criado a partir do Congresso estadunidense em 1968, para servir como um memorial nacional ao 28º presidente norte-americano, Woodrow Wilson (MICHELSON, 2016). Segundo o Woodrow Wilson Memorial Act de 1968, o instituto era criado simbolizando e fortalecendo as relações frutíferas entre o mundo da aprendizagem e o mundo dos assuntos públicos e funcionaria como memorial adequado ao espírito de Woodrow Wilson (U.S. GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE, 2017) ⁸⁶. Assim, “mais do que apenas uma coleção de pilares de mármore e citações famosas, o Centro é "um memorial vivo", um local de encontro para alguns dos melhores e mais brilhantes estudiosos e especialistas de todo o mundo” (WILSON CENTER, 2017) ⁸⁷. O estabelecimento de um *think tank* pelo Congresso Nacional encontrou precedente na criação do *Smithsonian Institution*, de 1846.

O ato do Congresso de 1968 edifica todas as regras para o estabelecimento da instituição. Dessa forma, instrui a quantidade de membros na diretoria e curadoria e seu tempo de mandato, o local que seria construído o memorial e as formas de financiamento (U.S. GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE, 2017). A quase-governabilidade do instituto o deixa na posição de não-partidário, assim como os outros *think tanks*, obtendo certo grau de independência dos interesses de seus patrocinadores, seu relacionamento direto com o governo não o diferencia de outras instituições correlatas, conseguindo produzir pesquisas de alta qualidade e análises rigorosas para a solução de problemas políticos (MICHELSON, 2016).

3.8 Além disso, um fator, não exclusivo, difere o *Wilson Center* da maioria dos *think tanks*: sua narrativa. Presidente Wilson era a favor da combinação, mas também independência, da academia com a política, por isso, seu instituto pode se expressar refletindo esses ideais (MICHELSON, 2016). Esta narrativa incomum, aliada às atividades típicas de um *think tank*, fornece programas no *Wilson Center* com vários elementos que eles podem destacar dependendo de diferentes contextos. Por exemplo, ao fornecer depoimentos periciais diante do Congresso, um representante do instituto pode descrever como a pesquisa no Centro está realmente garantida nos interesses nacionais (MICHELSON, 2016).

3.9 O estabelecimento do *Wilson Center* serve como um modelo para uma parceria

⁸⁵ Disponível em <<https://www.csis.org/support-csis/building-support>>. Acesso em maio de 2017.

⁸⁶ Disponível em <<https://goo.gl/RyYYcx>>. Acesso em maio de 2017.

⁸⁷ No original: “More than just a collection of marble pillars and famous quotes, the Center is “a living memorial” a gathering place for some of the best and brightest scholars and experts from around the world”. Disponível em <<https://www.wilsoncenter.org/about-the-wilson-center>>. Acesso em maio de 2017.

pública-privada, com financiamento tanto do governo como de instituições privadas. Ao menos 70% do orçamento do instituto deve ser provido a partir de fontes privadas para garantir o papel continuado do Centro no "diálogo da democracia" (WILSON CENTER, 2017) ⁸⁸. Assim, o instituto tem como missão “abordar questões globais através de pesquisa independente e diálogo aberto para informar ideias acionáveis para a comunidade política” (WILSON CENTER, 2017) ⁸⁹. Isso fomenta, uma vez mais, sua posição como *think tank*, mesmo sendo criado a partir de uma lei nacional.

No ano de 2015, o *Wilson Center* obteve uma receita de US\$ 32.087.560, sendo representado por doações (tanto privadas quanto do governo federal), subvenções e contribuições, resultados de investimentos e outros rendimentos não informados (WILSON CENTER, 2017) ⁹⁰. A lista de doadores do instituto é extensa e delimita para qual programa específico está doando certa quantia, por exemplo doações entre US\$ 100,000.00 e US\$ 999,999.00 foram feitas pela *Alfred P. Sloan Foundation* para o *Science and Technology Innovation Program*, e pela *Carnegie Corporation of New York* para o *Kennan Institute, Africa Program e History and Public Policy Program - Cold War International History Project* (WILSON CENTER, 2017) ⁹¹. A *San Giacomo Charitable Foundation* foi a única instituição a contribuir com montante entre US\$ 10,000.00 e US\$ 49,000.00 especificamente para o *Brazil Institute* (WILSON CENTER, 2017) ⁹². Em relação às contribuições governamentais, os montantes chegam ao instituto de diferentes tamanhos: entre US\$ 100,000.00 e US\$ 999,999.00 oriundos do *U.S. Agency for International Development*; entre US\$ 50,000.00 e US\$ 99,999.00 provindos dos *U.S. Department of State*; e entre US\$ 10,000.00 e US\$ 24,999.00 provenientes da *U.S. Agency for International Development e U.S. Institute of Peace* (WILSON CENTER, 2017) ⁹³. Isso mostra que o interesse das instâncias políticas nos EUA está na produção de conhecimento científico que possa legitimar suas ações, exatamente como crítica o pós-modernismo.

CONCLUSões parciais

Em suma, os *think tanks* assumem um papel de promotores do conhecimento científico na esfera política estadunidense por meio de suas relações no interior desses cenários de poder. Assim, eles se fortalecem cada vez mais desde a Segunda Guerra Mundial, mesmo que os principais *think tanks* tenham surgido no período do pós-Primeira Guerra Mundial, com

⁸⁸ Disponível em <<https://www.wilsoncenter.org/how-the-wilson-center-funded>>. Acesso em maio de 2017.

⁸⁹ No original: “[...] tackling global issues through independent research and open dialogue to inform actionable ideas for the policy Community”. Disponível em <<https://www.wilsoncenter.org/about-the-wilson-center>>. Acesso em maio de 2017.

⁹⁰ Disponível em <https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/wwc_fy15_fs_audited.pdf>. Acesso em maio de 2017.

⁹¹ Disponível em <<https://www.wilsoncenter.org/donors>>. Acesso em maio de 2017.

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

o aumento de suas funções perante a sociedade. Inicialmente com o papel de profissionalizar a produção de políticas no país, essas instituições ajudavam na construção de um engajamento pelas questões políticas, tendo a função de informar. Posteriormente, já no pós-Segunda Guerra, as instituições são, então, contratadas pelo governo, recebendo um papel de pesquisadores de assuntos pertinentes ao interesse nacional. Num terceiro momento, com o estabelecimento dos *think tanks* já consolidados, sua função passa a ser dúbia, permeando entre a advocacia e investigação científica, assumindo a responsabilidade não se de interceder entre as camadas políticas, mas também de formar uma opinião pública com o mínimo de respaldo científico

Nesta conclusão, é necessário destacar, fazendo luz a afirmação de Abelson (2014, p. 131), que nenhum outro país proporcionou aos *think tanks* solo mais fértil para a sua consolidação e fortalecimento. Os valores estadunidenses de livre associação e o sistema político altamente fragmentado e descentralizado proporcionaram um ambiente de múltiplos canais de atuação, não só diretamente com os formuladores de política e tomadores de decisão, mas também com a opinião pública que valoriza o conhecimento dessas instituições. A incerteza da população em relação as autoridades políticas, e o Estado em geral, traz ainda mais possibilidades de sucesso nas tentativas de influência dos *think tanks*, afinal, em quem mais a sociedade civil poderia confiar senão em especialistas que saíram dessa sociedade e conhecem suas demandas?

Por meio dos estudos de cada um dos quatro, entre os cinco principais, *think tanks* nos Estados Unidos, foi possível perceber a relação intrínseca entre essas instituições e as arenas políticas no país. Portanto, conclui-se que os movimentos de *revolving-door* auxiliam no fortalecimento dessas instituições, pois colocam os políticos em espaços de produção de conhecimento e os especialistas em esferas de tomadas de decisão. Isso demonstra que as relações entre os dois espaços são justapostas e de impossível separação, dificultando uma leitura isolada de ambas as partes.

Também é necessário considerar as questões de financiamento dos *think tanks*, os quais são feitos em grandes montantes pelas principais corporações estadunidenses, permeando âmbitos políticos, econômicos e acadêmicos e imputando seus interesses sobre a produção de conhecimento, pois nenhuma pesquisa ou teoria é desinteressada.

4 O BRASIL NA PERSPECTIVA DOS *THINK TANKS* ESTADUNIDENSES

Diversos *think tanks* podem representar um tema de diferentes maneiras por meio de diferentes conceitos, inclusive diferentes perspectivas sobre diversos países, que depende de seus interesses e de seu envolvimento com grupos políticos e outros grupos de interesse. Nesse sentido, entende-se que existem vários Brasis a serem observados por esses institutos. Portanto, esse capítulo dedica-se a analisar as diferentes maneiras que a narrativa sobre o Brasil foi construída pelos quatro *think tanks* estadunidenses apresentados no capítulo anterior entre 1995 e 2011.

Para tanto, divide-se esse capítulo em três seções que representam mandatos presidenciais no Brasil e em como os *think tanks* viam o país e suas políticas. A primeira seção apresenta o período entre 1996 a 2002, no qual a presidência do Brasil era exercida por Fernando Henrique Cardoso, e nos Estados Unidos por Bill Clinton e George W. Bush. Nesta seção são analisadas oito produções discursivas sobre o Brasil, entre relatórios, artigos de opinião e *newsletters*. Na seção seguinte, é abordado o período entre 2003 e 2006, que condiz com o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). São analisados aqui cinco documentos. Na terceira seção, disserta-se acerca do último mandato do presidente Lula. De 2007 a 2011, que no seu último ano no cargo viu ser eleita uma nova administração para governar os Estados Unidos sob a liderança de Barack Obama, com nove documentos investigados. Nesta seção, ainda que o mandato presidencial de Lula tenha acabado em 2010, opta-se pela análise de documentos do ano posterior, uma vez que essas produções remetem aos anos anteriores, com o fim de estabelecer um fechamento do ideário de certos *think tanks* sobre o Brasil daquele período.

4.1 A CONSTRUÇÃO NARRATIVA SOBRE O BRASIL ENTRE 1996 A 2002

A década de 1990 foi de suma importância para a política mundial. O fim da Guerra Fria trouxe mudanças políticas, sociais, militares e estratégicas que estabeleceu apenas um país na posição de potência hegemônica no cenário internacional. No caso do Brasil, o

período se caracterizou pela adesão aos valores dominantes no Sistema Internacional, como o liberalismo econômico e a democracia liberal, que foi traduzida em ações que buscavam a estabilidade econômica (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 96). Nesse contexto, se tornou presidente do país em 1995 Fernando Henrique Cardoso, que foi reeleito em 1998 e cumpriu mandato contínuo até 2002. Sob essa presidência, o país internalizou, consolidou e absorveu as transformações liberalizantes advindas da globalização na década de 90 (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 93).

No entanto, apesar de aderir as tendências globais prescritas no consenso de Washington, percebe-se na gestão de Cardoso que os objetivos do governo não eram simplesmente adaptar-se às mudanças do cenário internacional, mas sim, nos limites de seu poder, reformular e redirecionar as decisões internacionais, participando de regimes que fossem condizentes aos interesses brasileiros (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 96). Nesse sentido, é possível perceber que este governo foi marcado por algumas linhas de ação prioritárias, como: (a) Avançar a integração regional, aprofundando o Mercosul; (b) estímulo à estratégia de diversificação de parceiros nas relações bilaterais; e, (c) ações junto às organizações econômicas multilaterais, em especial à OMC, e concentrar esforços na reivindicação de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (VIZENTINI, 2005, p. 382). Este governo também buscou aderência às normas e regimes internacionais, como por exemplo o *Missile Technology Control Regime* (MTCR) e Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), visando fomentar um ambiente internacional o mais institucionalizado possível, uma vez que a perspectiva institucionalista passou a ser vista como favorável por promover o respeito às regras do jogo internacionais, que deveriam ser respeitadas por todos, inclusive países mais poderosos (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 107).

É nesse contexto que o Brasil é percebido por *think tanks* estadunidenses como um país a ser considerado no *rol* de aliados dos Estados Unidos e passa a ser pauta de discussão entre os especialistas dessas instituições. Assim, seguindo o objetivo de catalogar e analisar as produções discursivas dos *think tanks* sobre o Brasil, nessa seção serão analisadas oito produções discursivas sobre o Brasil, serão quatro relatórios: *Brazil: Too Important to Ignore* (PERRY, 1996); *A letter to the president and memorandum on U.S. Policy toward Brazil* (MAXWELL, 2001); *The Regulatory-Normative Framework in Brazil* (LANDAU, 2002); e, *Brazil: Lula's Prospect* (MAXWELL, 2002). Dois artigos de opinião: *Brazil's Incomplete Stabilization and Reform* (DORNBUSCH, 1997) e *Brazil-US Relations: A New Chapter?* (GORDON, 2001). E duas *newsletters*: *Brazil-US Economic Relations* (WEINTRAUB, 2001) e *The Brazil-US Relationship: A tale of Mutual Ignorance* (WEINTRAUB, 2002). Optou-se, a

título de organização do estudo, analisar os documentos, em todas as seções deste capítulo, em ordem cronológica. Dessa forma, inicia-se a investigação pelo relatório *Brazil: Too Important to Ignore*, escrito pelo especialista em política das Américas e então presidente do CSIS *Americas Program*, William Perry, publicado pelo *Center for Strategic and International Studies* em 15 de junho de 1996. O documento tinha como objetivo principal o exame de prioridades legislativas do Congresso dos EUA e expressa o ideal do *think tank* em relação ao Brasil na época: é importante conhecê-lo e entendê-lo para que se possa dialogar com eles (PERRY, 1996, p. 1).

Assim, o artigo, escrito a partir de uma lente econômica-comercial, apresenta que as tentativas do presidente Cardoso de impulsionar o Brasil ocorreram em um momento crítico do ponto de vista de Washington (PERRY, 1996, p. 2). Os Estados Unidos, aproveitando das tendências regionais de promoção da democracia e a políticas econômicas liberalizantes, embarcou em uma iniciativa ousada de criação de uma ampla área de livre comércio, que abrangeeria todos os países do hemisfério – a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No entanto, isso foi proposto desrespeitando a democracia e as práticas liberais nas Américas, uma vez que o proponente se interessava somente no aumento considerável de sua posição comercial, esquecendo dos problemas políticos, sociais e securitários presentes em cada país do hemisfério (PERRY, 1996, p. 2). Essa posição estadunidense se mostrou frustrada, pois, no período, os países latino-americanos enfrentavam problemas domésticos de maior importância, como os estresses e tensões experimentados pelos desafios da democracia liberal e uma economia mais aberta (PERRY, 1996, p. 2), com exemplo específico da crise econômica argentina e as dificuldades de implementação do real no Brasil.

Nesse contexto, enquanto os Estados Unidos se interessavam em aumentar sua projeção econômica e comercial nas Américas, Brasil empreendia as negociações para a consolidação do MERCOSUL como um bloco de integração regional. Nesse sentido, o *think tank*, por meio do documento analisado, afirma que “teoricamente, os progressos realizados por grupos sub-regionais não representam uma ameaça necessária para a eventual consumação de um amplo acordo comercial hemisférico envolvendo os Estados Unidos” (PERRY, 1996, p. 3).⁹⁴ No entanto, futuramente isso viria a ser um perigo para os Estados Unidos, já que o país poderia encontrar um bloco latino-americano do qual fosse excluído (PERRY, 1996, p. 3), de modo que interesses estadunidenses na região pudessem ser atingidos por políticas contrárias à

⁹⁴ Tradução livre da autora. No original: “Theoretically, the progress made by subregional groups presents no necessary threat to the eventual consummation of a comprehensive hemispheric trade arrangement involving the United States” (PERRY, 1996, p. 3).

sua hegemonia.

É importante destacar que o artigo reconhece os esforços do governo Cardoso na liberalização da economia brasileira, bem como as oportunidades para empresas e investidores estadunidenses de conhecer o Brasil (PERRY, 1996, p. 5). Assim, essas ações são passadas ao leitor estadunidense como positivas, não só para a sociedade brasileira, mas para os norte-americanos, que poderiam investir e lucrar naquele país que acabava de se adequar às normas do mercado. Isso é facilmente corroborado pela forma pejorativa como o *think tank* se refere ao Lula, na possibilidade de ele ter sido eleito no lugar de Cardoso:

[...] A sociedade brasileira, em 1994, ficou muito frustrada com o recorde decepcionante de alta inflação, o desempenho econômico e as falhas governamentais compiladas nos anos anteriores. Essencialmente, pareceu disposto a tentar *quase qualquer coisa* para escapar desse ciclo - e, à medida que se iniciou o ano de eleição presidencial, Luiz Inácio "Lula" da Silva e os marxistas em grande parte não reconstruídos de seu Partido Trabalhista (PT) estavam no topo das pesquisas. Quando Cardoso assumiu o cargo de ministro das Finanças no final do governo vencedor de Itamar Franco, no entanto, ele infundiu-o com uma sensação de esforço decidido para encontrar remédios tangíveis para a situação econômica do Brasil que piora (PERRY, 1996, p. 7, grifo nosso).⁹⁵

O plano real produziu dramáticos resultados de controle da inflação durante a campanha eleitoral de 1994 e, de fato, continua a funcionar. Isso permitiu ao eleitorado se afastar da *alternativa potencialmente perigosa de Lula*, efetuando uma inversão de fortuna igualmente espetacular no concurso presidencial. No final, Cardoso ganhou por uma margem convincente. E quando o novo chefe executivo assumiu o cargo em 1º de janeiro de 1995, ele foi apoiado por ampla coalizão política e desfrutou de grande popularidade pessoal com o público em geral (PERRY, 1996, p. 7, grifo nosso).⁹⁶

Portanto, é possível perceber neste documento um certo apreço pelo qual Cardoso era visto pelo *think tank*, em detrimento de Lula, que como candidato nas eleições para presidência de 1994, foi tratado como uma alternativa ínfima e negativa para o Brasil e para os interesses dos Estados Unidos neste país. Por fim, o artigo traz algumas recomendações para as relações dos Estados Unidos com o Brasil, que diz respeito à: (a) maior atenção da potência ao vizinho latino-americano; possibilidade de enfrentamento do Brasil caso a América Latina

⁹⁵ No original: “[...] Brazilian society had, by 1994, become very frustrated with the disappointing record of high inflation, sputtering economic performance, and governmental failings compiled during previous years. Essentially, it appeared willing to try almost anything to escape this cycle—and, as that presidential election year dawned, Luiz Inacio ‘Lula’ da Silva and the largely unreconstructed Marxists of his Labor Party (PT) were riding high in the polls. When Cardoso took office as finance minister late in the expiring government of Itamar Franco, however, he infused it with a sense of purposeful striving toward finding tangible remedies to Brazil’s then-worsening economic predicament” (PERRY, 1996, p. 7).

⁹⁶ No original: “The real plan produced dramatic inflation control results during the 1994 election campaign—and, indeed, continues to function. This allowed the electorate to turn away from the potentially dangerous alternative of Lula, effecting an equally spectacular reversal of fortune in the presidential contest. In the end, Cardoso won by a convincing margin. And when the new chief executive took office on January 1, 1995, he was supported by broad political coalition and enjoyed great personal popularity with the general public” (PERRY, 1996, p. 7).

passa a ter uma posição mais ativa para os Estados Unidos; (b) para iniciar relações frutíferas entre os dois países, os estadunidenses teriam que fazer concessões, assim como os políticos brasileiros; e (c) o legislativo norte-americano deveria ser encorajado, assim com o brasileiro, a conhecer seu vizinho, acompanhando as tendências amigáveis entre os dois executivos (PERRY, 1996, p. 15-17).

Em um sentido mais econômico, em 1997, a *Brookings Institution* publicou o artigo *Brazil's Incomplete Stabilization and Reform*, do autor Rudiger Dornbusch. Neste texto, é trabalhado a ideia de que no Brasil, por mais que tenha vivido tempos de crescimento econômico, devido a inflação da década anterior e a instituição de várias moedas diferentes, os planos monetários empreendidos pelo governo se tornaram frustrados na medida em que sua implementação viria acompanhada de erros (DORNBUSCH, 1997, p. 374). Dessa forma, o documento apresenta que a partir destes equívocos, a década de 90 trouxe uma nova moeda com consequências benéficas ao país, como a baixa da inflação, atração de capital por meio da alta da taxa de juros e aumento das reservas cambiais do país, e resultados nocivos, como a falência de alguns bancos nacionais e retardamento do crescimento nacional devido à alta dos juros, deterioração do balanço externo devido a liberalização desenfreada e aumento da dívida pública (DORNBUSCH, 1997, p. 375).

No entanto, por mais vulnerável que o Brasil fosse na época, ou por mais problemas que suas políticas econômicas apresentassem, o *think tank* apresentou que era pouco provável que o Brasil sofresse o destino do México em sua crise financeira (DORNBUSCH, 1997, p. 391).⁹⁷ Isso é explicado por não existir no Brasil, na época, “um único ponto de vulnerabilidade aguda, e os formuladores de políticas operam com a máxima flexibilidade. *Jogo de cintura* e *jeitinho* são conceitos essenciais da formulação de políticas brasileiras, a consistência não é” (DORNBUSCH, 1997, p. 391, grifo do autor).⁹⁸ Os termos grifados pelo autor aludem a palavras tipicamente brasileiras que se relacionam ao *jeitinho* brasileiro de levar as ações, tanto pessoais quanto políticas. Assim, percebe-se que essas palavras são usadas de forma pejorativa, pois, por mais que haja um *jeitinho* ou *jogo de cintura*, consistência das políticas econômicas brasileiras não foram percebidas pelo *think tank*.

Por fim, o artigo conclui que não bastava para o Brasil comemorar os efeitos

⁹⁷ Em 1994, o México enfrentou uma grave crise econômica provocada pela falta de reservas internacionais, causando desvalorização do peso. Como resultado, o país mergulhou em uma depressão que causou fuga de capitais e desemprego por todo o território nacional. Para ver mais: (KESSLER, 2001).

⁹⁸ No original: “there is no single point of acute vulnerability, and policymakers operate with maximum flexibility. *Jogo de cintura* and *jeitinho* are essential concepts of Brazilian policymaking, consistency is not.” (DORNBUSCH, 1997, p. 391).

do Plano Real nas baixas da inflação, uma vez que outros fatores de suma importância para a estabilidade econômica ainda deixavam a desejar, como a poupança e os investimentos (DORNBUSCH, 1997, p. 393). O mercado de capitais não forneceria um ponto estável para a economia e gastar o rendimento antes do investimento, como era comum na política econômica brasileira, poderia resultar em crises (DORNBUSCH, 1997, p. 394). Segundo o *think tank*, uma boa política econômica não só compreende um conjunto de instituições, passando de um governo ameno à mercados abertos, por isso, foi recomendado que o *boom* do consumo no país desse lugar à promoção da poupança e investimento no país, buscando um crescimento sustentável em longo prazo (DORNBUSCH, 1997, p. 393).

Nesse documento, identifica-se então uma opinião ambígua em relação ao Brasil. O país tem capacidade de melhorar sua economia, mas não deve se mostrar satisfeito apenas com esses poucos ganhos absolutos na balança de capital. O Brasil é vulnerável, mas não tanto quanto o México que passou por graves crises econômicas. Dessa forma, percebe-se que a intenção do autor seria demonstrar que o Brasil devesse continuar seu caminho de crescimento, a fim de alçar um patamar de importância que fosse visualizado pelos Estados Unidos. Essa relação se verá em outros documentos analisados: a construção de um discurso sobre o Brasil que o torne interessante para os Estados Unidos.

Em um texto mais elaborado, no dia 14 de fevereiro 2001, ainda durante o governo Cardoso, no Brasil, e início do governo de George W. Bush, nos Estados Unidos, o *Council on Foreign Relations* (CFR) publicou *A Letter to the President and Memorandum on U.S. Policy Toward Brazil*, empreendida por uma força tarefa liderada por Kenneth R. Maxwell. O relatório sugere ao Presidente Bush que se aproximasse do Brasil, recomendando diálogos de alto nível entre as duas nações, de forma a cooperar em questões-chave que vão desde combate ao tráfico de drogas, a crimes trans-regionais e ao terrorismo até comércio e democratização. Para basear suas recomendações, o relatório enfatiza a potencial liderança brasileira na América Latina e a negligência estadunidense a essa possível parceria entre as duas nações:

O Brasil, acreditamos, pode e deve ser um jogador crucial com os Estados Unidos na promoção da reforma econômica e do livre comércio, na sustentação da democracia e nos mercados abertos e na luta contra os narcóticos, o terrorismo e o crime transregional. Os Estados Unidos não podem agir sozinhos na América do Sul, e *não existe um parceiro estratégico melhor do que o Brasil na resolução desses problemas*. Um diálogo realista e sustentado com o Brasil é fundamental para qualquer política americana bem-sucedida no Hemisfério Ocidental. *O Brasil é o fulcro. O Brasil é muito importante* para tudo o que acontecerá na América do Sul para uma política de negligência benigna (MAXWELL, 2001, p. 3, grifo nosso).⁹⁹

⁹⁹ No original: “Brazil, we believe, can and should be a crucial player with the United States in promoting economic

Nesse sentido, para o *think tank*, existiam quatro razões para que os Estados Unidos dessem maior importância ao Brasil: seu status de grande potência econômica e ser um líder entre os países emergentes; sua localização central na América do Sul; sua posição como parceiro comercial e de investimentos dos Estados Unidos; e, seu papel diplomático tanto na América do Sul como em agências internacionais (MAXWELL, 2001, p. 6). Por conseguinte, o documento afirma que a não ser que os Estados Unidos definissem uma agenda positiva em relação ao Brasil e ao MERCOSUL, o país sul-americano poderia representar uma ameaça aos interesses estadunidenses no continente. Em 2000, o Brasil convocou a Cimeira das Nações Sul-Americanas, na intenção de fortalecer seus laços com os vizinhos, e também reforçou suas relações com a União Europeia por meio de acordos entre UE-MERCOSUL, isso poderia excluir a potência norte-americana de discussões muito importantes, não só para a política regional, mas também internacional (MAXWELL, 2001, p. 8). Além disso, seria também desfavorável ao Brasil não empreender melhores relações com os Estados Unidos, uma vez que o mercado estadunidense é o “o maior prêmio” e “o fracasso do Brasil em expandir seu comércio é um dos principais problemas na política atual” (MAXWELL, 2001, p. 9).¹⁰⁰

Assim, segundo o relatório, para promover boas relações entre os dois países, os Estados Unidos deveriam prezar por: a) Reforma democrática: dado o aumento dos desafios à democracia dentro da região, o sucesso contínuo da democracia brasileira deve ser uma preocupação central para os Estados Unidos (MAXWELL, 2001, p. 13); b) Comércio livre: a nova administração deve esclarecer rapidamente suas prioridades em relação à ALCA e ao MERCOSUL, onde a cooperação do Brasil será de importância crucial (MAXWELL, 2001, p. 14); c) Drogas e segurança regional: há uma nova urgência para trabalhar com o Brasil no combate ao flagelo da droga e sua influência corrupta nos governos, setores públicos e segurança pública em todo o hemisfério (MAXWELL, 2001, p. 14). Dessa forma, resumidamente, o *think tank* expressa que:

O Brasil é o parceiro essencial para os Estados Unidos da América do Sul. É do interesse de nossas grandes nações trabalharem juntas, explorar pontos de interesse comum e resolver diferenças notáveis de uma maneira franca e com o olhar para o futuro. Temos muito a aprender uns com os outros e compartilhamos valores fundamentais. A América do Sul não pode ser reformulada desde Washington. Em

reform and free trade, in sustaining democracy and open markets, and in combating narcotics, terrorism, and transregional crime. The United States cannot act alone in South America, and there is no better strategic partner than Brazil in tackling these problems. A realistic and sustained dialogue with Brazil is central to any successful U.S. policy in the Western Hemisphere. Brazil is the fulcrum. Brazil is too important to everything that is going to happen in South America for a policy of benign neglect” (MAXWELL, 2001, p. 3).

¹⁰⁰ No original: “The U.S. market is the greatest prize. The failure of Brazil to expand its trade is one of the central problems in current policy” (MAXWELL, 2001, p. 9).

uma região cada vez mais diversificada e diferenciada, os Estados Unidos não podem atuar em todas as frentes simultaneamente se deseja promover com sucesso e manter democracias fortes, comércio mais livre, reformas econômicas e crescimento e enfrentar o problema da droga (MAXWELL, 2001, p. 15, grifo nosso).¹⁰¹

Na análise deste documento fica claro a relação entre conhecimento e poder apresentada por Foucault em *Vigiar e Punir* (1987). Uma vez que “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 27), o CFR apresentou o relatório sobre o Brasil destinado diretamente ao presidente com intenção de embasar práticas de poder posteriores. O envio da carta ao Presidente demonstra que existe um canal de comunicação entre os *think tanks*, como produtores de conhecimento, e os políticos, detentores do uso de ferramentas de poder. Assim, a defesa do Brasil como potencial parceiro dos Estados Unidos pode responder a interesses desses políticos detentores do poder.

Entre as análises dos documentos produzidos pelos *think tanks* selecionados, percebe-se que nos anos finais do mandato de Cardoso na presidência do Brasil, o tema ALCA foi lançado como um dos principais assuntos debatidos. Neste contexto, em 2001 a *Brookings* e o CSIS publicaram dois artigos de opinião acerca dos questionamentos brasileiros em relação aos interesses estadunidenses em um acordo de livre comércio continental. Em 02 de abril de 2001, Lincoln Gordon apresentava, em nome da *Brookings*, o artigo *Brazil-U.S. Relations: A New Chapter?*, no qual defendia que por mais que o Brasil e os Estados Unidos tivessem suas diferenças, principalmente em relação aos tributos de produtos brasileiros e ao contencioso dos medicamentos farmacêuticos para tratamento da AIDS,¹⁰² as relações entre os dois países eram benéficas (GORDON, 2001). No entanto, nas negociações da ALCA, essas relações que antes eram positivas, foram transformadas “em uma disputa totalmente desnecessária de tipo escolar que se desenvolveu entre os negociadores comerciais de Washington e o Ministério das Relações Exteriores brasileiro” (GORDON, 2001),¹⁰³ na qual os estadunidenses defende uma

¹⁰¹ No original: “Brazil is the essential partner for the United States in South America. It is in the interest of both our great nations to work together, to explore points of common interest, and to resolve outstanding differences in a frank and forward-looking manner. We have much to learn from each other and we share fundamental values. South America cannot be reshaped from Washington. In an increasingly diverse and differentiated region, the United States cannot act on all fronts simultaneously if it wishes to successfully promote and sustain strong democracies, freer trade, economic reforms, and growth, and to tackle the drug problem” (MAXWELL, 2001, p. 15).

¹⁰² Em 2000, os Estados Unidos questionaram o Brasil, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, acerca do não cumprimento dos acordos de propriedade intelectual e patentes por conta da demanda de *override* (passar por cima) da exclusividade de comercialização e produção de medicamentos utilizados no tratamento da AIDS. A justificativa brasileira se baseava no bem-estar público prevalecer a obtenção de lucro. Assim, em junho de 2001, após reuniões, negociações e consultas, os EUA admitiram a possibilidade de quebra de patentes em questões de saúde pública de países em desenvolvimento, sendo o episódio considerado como uma vitória brasileira na OMC. Para ver mais: (CEPALUNI, 2005).

¹⁰³ No original: “[...] a wholly unnecessary schoolboy-type spat developed between Washington’s trade negotiators and the Brazilian Foreign Office” (GORDON, 2001)

ALCA que seja apenas a extensão no NAFTA pelo restante da América, e os brasileiros um MERCOSUL que vá além do Cone Sul, que os especialistas estadunidenses denominam SAFTA, como forma análoga do bloco regional do norte do continente (GORDON, 2001).

Logo em seguida, em 15 de abril de 2001, o CSIS publicou um pequeno artigo de Sidney Weintraub sobre o mesmo assunto. Para este *think tank*, o Brasil seria um desafio para as negociações da ALCA, uma vez que seus interesses poderiam se chocar com os dos Estados Unidos. Inclusive, informa que “muitos membros do Congresso dos EUA e seus funcionários deixam claro em declarações particulares que o Brasil é o país mais difícil do hemisfério em seguir as negociações de livre comércio” (WEINTRAUB, 2001, p. 1).¹⁰⁴ O estudo enfatiza a posição brasileira contra a ALCA calcada nas não concessões estadunidenses nas restrições agrícolas, dificultando as relações entre ambos (WEINTRAUB, 2001, p. 2).

Semelhantemente, os dois *think tanks* defenderam que os dois países deveriam fazer concessões para encontrar um ponto de interesse de ambos. Ainda que cada *think tank* apresente o Brasil de uma forma, a partir de sua perspectiva, essa é uma posição geral entre os documentos analisado, de que se não houvesse negociações com as duas partes cedendo em algumas questões, as discussões da ALCA não sairiam do papel, impedindo o livre comércio multilateral na região. Ainda nesse sentido, observa-se que as relações entre os dois países são limitadas a interações comerciais e econômicas, assim, o interesse dos *think tanks* se restringe a essas questões. Assim, percebe-se o esforço dos *think tanks* em afirmar a necessidade de relacionamento entre ambos os países, apresentando essa possível relação como positiva para os dois.

Saindo do viés econômico de análise, em 01 de abril de 2002, o CSIS publicou um relatório sobre o sistema normativo regulatório no Brasil, denominado *The Regulatory-Normative Framework in Brazil*. O estudo de Georges D. Landau se esforça para apresentar de forma positiva as reformas que o presidente Cardoso fez no setor. Assim, o autor deixa claro que, por mais que a estrutura normativa-reguladora brasileira deixasse a desejar, ela reflete a implementação a modernização do processo de tomada de decisão do governo do Brasil (LANDAU, 2002, p. 17). Portanto, os problemas das agências reguladoras brasileiras estavam atrelados ao seu processo de modernização estatal que ainda não havia sido completamente concluído, persistindo ainda um caráter intervencionista por parte do Estado. Com isso, não foram estabelecidos parâmetros institucionais para o funcionamento das agências, elas ficam

¹⁰⁴ No original: “[...] Many members of the U.S. Congress and their staffers make clear in private statements that Brazil is the most difficult country in the hemisphere in getting on with the free-trade negotiations” (WEINTRAUB, 2001, p. 1)

perdidas em suas próprias funções (LANDAU, 2002, p. 16). Dessa forma, o autor recomendou que o Brasil completasse seu processo de modernização, liberalizando sua economia e entrando no *rol* do neoliberalismo, sem a intervenção do Estado (LANDAU, 2002, p. 16).

Ainda neste ano, as incertezas estadunidenses se encontravam nas eleições presidenciais que ocorreriam em outubro, com Lula e José Serra como os principais candidatos ao pleito de Presidente do país. Em junho, Sidney Weintraub publicou, por meio da *newsletter* do CSIS, o artigo de opinião *The Brazil-U.S. Relationship: A Tale of Mutual Ignorance*, no qual apresenta os perigos do não conhecimento sobre o Brasil por parte dos congressistas estadunidenses. Segundo o autor, o Brasil era um ator de suma importância para os interesses dos Estados Unidos na América do Sul, “é um país com o qual deve ser contado se os Estados Unidos tenham uma política hemisférica significativa” (WEINTRAUB, 2002, p. 2).¹⁰⁵ O *think tank* enfatizou a necessidade de ambos países se conhecerem, pois, “é inconcebível que essa ignorância exista nos Estados Unidos sobre o país mais importante da América do Sul - uma região que consideramos estar em *nosso bairro*” (WEINTRAUB, 2002, p. 2, grifo nosso).¹⁰⁶

Neste mesmo sentido, em dezembro de 2002, o CFR publicou o relatório *Brazil: Lula's Prospect*, de Kenneth Maxwell. O documento trouxe à luz as vantagens e desvantagens da eleição de Lula para a presidência do Brasil no próximo ano, para isso, fez um breve comentário biográfico sobre o presidente e afirmou que para entender a ascensão do presidente, era necessário olhar seus antecedentes no sindicalismo, seu trabalho como negociador e seu poder de ouvir os diferentes setores de opinião e conciliar diferentes interesses em debate (MAXWELL, 2002, p. 4). Além disso, uma das causas do crescimento da popularidade do sindicalista foi a insatisfação da classe média brasileira em relação ao segundo mandato de Cardoso, que não completou as reformas propostas em campanha e transformou o Brasil em um país vulnerável, tanto para a percepção de risco nos mercados financeiros internacionais quanto para qualquer mudança negativa na economia internacional (MAXWELL, 2002, p. 5).

Dessa forma, o documento visou criticar a visão de *Wall Street* em relação ao Brasil, informando que os executivos estadunidenses não percebiam as mudanças nas ruas brasileiras e as razões para que Lula fosse eleito, que iam além da economia, e, a partir disso, disseminavam críticas em relação ao presidente eleito (MAXWELL, 2002, p. 8).

¹⁰⁵ No original: “Brazil, in other words, is a country that must be reckoned with if the United States is to have a meaningful hemispheric policy” (WEINTRAUB, 2002, p. 2).

¹⁰⁶ No original: “It is unconscionable that this ignorance should exist in the United States about the most important country in South America—a region that we consider to be in our neighborhood” (WEINTRAUB, 2002, p. 2)

Resumidamente, o *think tank* apresentou uma visão semelhante ao CSIS ao afirmar que:

Para um país de tamanho e importância, o Brasil tem pouco apoio no Congresso dos EUA. Nem a imprensa e a televisão nos Estados Unidos também se interessam por isso. As notícias do Brasil são principalmente sobre samba, sexo e futebol, e os relatórios econômicos são limitados às páginas financeiras. É hora de Washington ter percebido que conversas soltas no Tesouro, a histeria em Wall Street e os temores tolos sobre um novo eixo do mal podem prejudicar os interesses dos EUA. A eleição brasileira deve ser vista no contexto da crise argentina, a possibilidade iminente de um golpe sangrento na Venezuela e o crescente conflito na Colômbia (MAXWELL, 2002, p. 10).¹⁰⁷

Em síntese, os *think tanks* reduzem a importância do Brasil a termos puramente econômicos. Entre a maioria das publicações sobre o país no período percebido por essa seção são, o caráter econômico-comercial é cada vez mais salientado. Além disso, os três *think tanks* selecionados neste estudo concordam que os Estados Unidos pouco conhecem sobre o Brasil, em relação a sua realidade política, econômica e social. Essa situação, na visão dessas instituições, poderia se transformar em uma debilidade estadunidense, uma vez que para contar com o apoio brasileiro à hegemonia dos Estados Unidos no continente, seria necessário conhecer e se aproximar do país que eles denominam como grande potência entre os países em desenvolvimento. Assim, destaca-se que os termos positivos utilizados para denominar e classificar o Brasil respondem a interesses dos *think tanks* em fazer valer suas recomendações nos altos níveis políticos nos Estados Unidos.

Calcados na ideia de construção de verdades absolutas, os *think tanks* apresentam o Brasil sempre de forma positiva, fazendo com que esse discurso perpetue entre os políticos e a população a qual eles têm acesso pelos meios de comunicação. No momento em que existe uma grande aceitação do Brasil como parceiro em potencial, os políticos teriam um embasamento para proposições de políticas que alcançassem, ou pelo menos buscassem alcançar, esse objetivo. Dessa forma, o poder produtivo, que permite e empreende a produção de efeitos de presença, de identidade, de um território e de uma origem de significado (ASHLEY e WALKER, 1990, p. 261), cria a verdade de que o Brasil pode e conseguirá alcançar outros níveis de participação internacional. A base legitimadora das práticas de poder, sejam elas financiamento para o crescimento do Brasil e, com isso, o crescimento do país como possível parceiro, ou busca de parcerias práticas, como a proposição de principais atores nas

¹⁰⁷ No original: “For a country of its size and importance, Brazil has little support in the US Congress. Nor do the US press and television take much interest in it. News from Brazil is mainly about samba, sex, and soccer, and economic reporting is confined to the financial pages. It is time Washington realized that loose talk in the Treasury, hysteria on Wall Street, and foolish fears about a new axis of evil can hurt US interests. Brazil's election must be seen against the backdrop of the Argentine crisis, the imminent possibility of a bloody coup in Venezuela, and the escalating conflict in Colombia” (MAXWELL, 2002, p. 10).

negociações da ALCA, é lançada pelos *think tanks* e perpetuadas na sociedade pelos meios de comunicação, publicações de livros, workshops, páginas na internet e canais de comunicação com o Congresso e Executivo (TEIXEIRA, 2009, p. 10).

Nos documentos é possível perceber que os autores enfatizam a ideia de que o Brasil, quando completar seu processo de liberalização econômica e política, poderá ser um importante *player* no *rol* político mundial. Nesse sentido, percebe-se a construção de um discurso que reforçam o Brasil como parceiro estadunidense e, com isso, passível das práticas de poder norte-americana. Uma vez que o poder permite a perpetuação do discurso desse discurso do Brasil, permite que ele busque seus meios de legitimação. Em relação a isso, é destacável que os *think tanks* salientam os feitos de Cardoso como importantes para o crescimento nacional. Assim, evidencia-se que o relacionamento entre as instituições era positivo e perpetuado por meio dos elogios tecidos nos documentos.

4.1 A CONSTRUÇÃO NARRATIVA SOBRE O BRASIL ENTRE 2003 A 2006

Em contraste ao contexto período anterior, estando o Brasil sob o governo da administração de Cardoso no imediato pós-Guerra Fria, o cenário internacional no governo Lula se mantinha com algumas diretrizes dos anos anteriores (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 137), o marco de modificação da estrutura internacional foram os atentados no 11 de Setembro e a reestruturação dos parceiros e ações estadunidenses a partir da tragédia. Assim, pode-se afirmar que não houve uma ruptura significativa nos paradigmas históricos da política externa brasileira, Lula consolidou algumas diretrizes iniciadas por Cardoso e apenas mudou a ênfase dada a certas opções abertas anteriormente (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 130). As iniciativas de Lula seguiram na linha das negociações comerciais com países em desenvolvimento, buscando uma maior coordenação política com esses atores (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 129). Dessa forma, para concretização da estratégia de aproximação desses atores, a política externa de Lula adotou três dimensões: (a) uma dimensão realista que afirmava a necessidade de manter aberto os canais de negociação com os países desenvolvidos, obtendo recursos e negociando dívidas e, diplomaticamente, reafirmava os interesses nacionais e defendia um protagonismo nas relações internacionais, com uma diplomacia ativa e afirmativa (VIZENTINI, 2005, p. 388); (b) uma dimensão de resistência e afirmação que devolveu ao Itamaraty a posição estratégica na formulação e execução da política exterior no país (VIZENTINI, 2005, p. 389); e (c) uma dimensão propositiva na busca de corrigir as distorções

criadas pela globalização, centrada apenas em comércio e investimentos livres (VIZENTINI, 2005, p. 389).

Nesse sentido, as mudanças da política externa brasileira foram pautadas em diretrizes para contribuição de um maior equilíbrio internacional, fortalecimento de relações bilaterais e multilaterais, tanto políticas quanto econômicas, aprofundamento de relações diplomáticas para um maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico e cultural, e evitar acordos que pudessem comprometer o país em longo prazo (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 137). Esses objetivos foram refletidos no cenário internacional por meio da intensificação das relações com países emergentes, ação destacada na Rodada Doha da OMC, manutenção das relações econômicas amigáveis com países ricos, estreitamento das relações com países africanos, campanha para reforma do Conselho de Segurança da ONU, defesa de objetivos sociais, e ativa participação do país em organizações internacionais e fóruns multilaterais (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 138). Em âmbito doméstico, percebeu-se um consenso da sociedade para a promoção de uma economia internacionalmente ativa, uma vez que o modelo de substituição de importação já estava consolidado, buscou-se a revalorização do mercado doméstico e a capacidade de poupança interna, de uma economia de produção e de combate aos fatores internos que debilitam uma ação internacional mais qualificada, como desigualdade social, desemprego, criminalidade, fraqueza e desordem administrativa e caos fiscal (VIZENTINI, 2005, p. 389).

Nesse contexto, serão analisados nesta seção cinco documentos publicados pelos três *think tanks* selecionados para o trabalho. Sendo eles, dois artigos de opinião: *Lula's Surprise*, (MAXWELL, 2003) e *Nuclear Reactor: botching Brazilian Diplomacy* (LEVI, 2004). Dois relatórios: *Varieties of Nationalism: A Half Century of Brazilian-American Relations* (GORDON, 2003) e *Political Reform in Brazil - Promises and Pitfalls* (SOUZA, 2004). E, uma *newsletter*: *President Lula's uncertain path* (WEINTRAUB, 2003).

Retornando aos temas econômicos-comerciais da seção anterior, em 15 de março de 2003, com apenas três meses do governo Lula, o CSIS publicou o artigo *President Lula's Uncertain Path*, de Sidney Weintraub, que expressou as desconfianças em relação ao governo, principalmente no que condiz ao seu discurso e sua prática. Nas eleições anteriores à vencida por Lula, seu discurso era alinhado à esquerda política, enquanto nesta campanha se alinhou mais ao centro. Suas escolhas ministeriais foram sabiamente selecionadas entre grandes nomes brasileiros, de modo a afirmar que as políticas sociais propostas não iriam ferir o neoliberalismo iniciado na década anterior (WEINTRAUB, 2003, p. 1). Além disso, as prospecções para o governo Lula não se mostravam positivas, segundo o *think tank*, ficou claro

que a popularidade de Lula aumentava acentuadamente e que ele viveria uma lua de mel com a sociedade brasileira, no entanto, “apenas o tempo que essa lua de mel durará é desconhecido, mas certamente não mais de um ano” (WEINTRAUB, 2003, p. 1).¹⁰⁸

Neste interim, uma vez mais o *think tank* faz recordar que existe pouco conhecimento sobre o Brasil nos Estados Unidos e que essa desatenção não é compreensível (WEINTRAUB, 2003, p. 2). No entanto, existiu uma mera intenção de mudança durante o recebimento da visita presidencial de Lula ao presidente Bush. O presidente brasileiro foi recebido pelo então representante comercial do gabinete oficial estadunidense Robert Zoellick. Se por um lado, a visita e o recebimento foram demonstrações de atenção ao país sul-americano, por outro a recepção tendia a enquadrar as relações entre ambos os países em termos puramente comerciais. Assim, o autor afirma que “o comércio é importante, mas a relação EUA-Brasil deve se estender mais profundamente em questões políticas, sociais e globais adequadas *os dois maiores países* do Hemisfério Ocidental” (WEINTRAUB, 2003, p. 2, grifo nosso).¹⁰⁹

Nesse sentido, Weintraub afirmo que, anteriormente ao presidente Lula, os Estados Unidos demonstravam indiferença ao Brasil (WEINTRAUB, 2002, p. 2). Essa indiferença era incompreensível, uma vez que o país tinha 175 milhões de pessoas com um extenso complexo industrial que seria benéfico aos Estados Unidos e seu mercado (WEINTRAUB, 2002, p. 2). Percebe-se então que, mesmo tentando sair do viés econômico, os *think tanks* voltam a esse assunto para afirmar a importância do Brasil para os Estados Unidos. Neste documento, um breve artigo sobre a situação de ignorância entre ambos países, há a menção de necessidade de melhorar na relação entre as duas nações, mas não há recomendação da forma de relacionamento ou mesmo indicações de como seguir dali a frente. O que é possível afirmar é o despreço ao qual o *think tank* se refere ao Brasil de Lula, como um presidente que tem muitos problemas a resolver internamente, que pode representar um fracasso ao país. Portanto, seria necessário o crivo estadunidense para essa transformação brasileira com Lula, de maneira hábil e profissional (WEINTRAUB, 2002, p. 2).

Em um sentido mais políticos, em 1 de julho de 2003, a *Brookings* publicou um novo relatório de Lincoln Gordon sobre o Brasil denominado *Varieties of Nationalism: A Half Century of Brazilian-American Relations*. Nele, o autor acentuou as relações entre Brasil e Estados Unidos desde a República Velha: (a) ideais semelhantes contra

¹⁰⁸ No original: “[...] Just how long this honeymoon will last is unknown, but surely not more than a year” (WEINTRAUB, 2003, p. 1).

¹⁰⁹ No original: “[...] Trade is important, but the U.S.-Brazilian relationship should extend more deeply into political, social, and global issues befitting the two largest countries in the Western Hemisphere” (WEINTRAUB, 2003, p. 2).

os países latino-americanos governados por caudilhos; (b) neutralidade brasileira na I Guerra Mundial e a declaração de guerra contra a Alemanha em 1917; (c) apoio estadunidense ao pleito de porta voz latino-americano na Liga das Nações por parte do Brasil; e, (d) o fortalecimento das relações durante a II Guerra Mundial e durante a Guerra Fria (GORDON, 2003, p. 1-14). Em relação ao período referido neste trabalho, o autor afirmou que durante a década de 1990, o Brasil abandonou o nacionalismo romântico das décadas anteriores, permitindo que as relações entre ambos, Estados Unidos e Brasil, se tornassem mais fortes. Durante o governo Cardoso e no início do governo Lula, o Brasil já estava “com as instituições democráticas e as liberdades civis básicas consolidadas, dimensão total da área do Brasil, população e produção econômica lhe confere um papel de *liderança natural na América Latina e um papel de co-liderança natural com os EUA no Hemisfério Ocidental*” (GORDON, 2003, p. 16, grifo nosso).¹¹⁰ Uma vez mais, os termos positivos são utilizados na intenção de marcar a posição do Brasil como líder na América Latina, mas ainda subordinado a hegemonia estadunidense. Em termos de recomendação, o autor apontou a possibilidade de relações bilaterais entre os países e a possibilidade da ALCA, que acreditava ser benéfico para todos os países envolvidos (GORDON, 2003, p. 17).

Ainda nesse sentido, a ALCA apareceu mais uma vez como assunto preferido dos *think tanks* em relação a América Latina no artigo *Lula's Surprise*, de Kenneth R. Maxwell, que foi publicado em 3 de julho de 2003. O estudo apresentou informações sobre as vitórias do presidente Lula no Brasil, que para muitos foi uma surpresa, uma vez que as ações do mesmo foram contra seus discursos de anos anteriores. Assim sendo, segundo o autor, a mudança de Lula recaiu em três vitórias táticas: (a) persuasão dos brasileiros para que fossem pacientes e esperassem o tempo para as reformas propostas serem consolidadas; (b) o confronto ao medo dos investidores estrangeiros e brasileiros de que o Brasil seria um bom destino para seu capital; e (c) ação contrária a alegação de que, por toda sua experiência em política local e estadual, o Partido dos Trabalhadores de Lula, ou o PT, nunca governaram a nível nacional ou teriam que lidar com um dia a dia com o Congresso ou com a burocracia do Brasil (MAXWELL, 2003, p. 3). Além disso, “o sentido intuitivo da política de Lula também foi uma surpresa para muitos que esperavam que ele fosse um *inflexível, doutrinário esquerdista*, embora grande parte dessa surpresa reflita uma certa condescendência entre a elite”

¹¹⁰ No original: “[...] With democratic institutions and basic civil liberties consolidated, Brazil’s sheer size in area, population, and economic output give it a natural leadership role in Latin America and a natural co-leadership role with the U.S. in the Western Hemisphere” (GORDON, 2003, p. 16)

(MAXWELL, 2003, p. 5, grifo nosso).¹¹¹ Percebe-se neste trecho que o ideário sobre o Lula nos Estados Unidos era completamente controverso e negativo, dado que ser de esquerda no país é algo inconcebível. Os *think tanks* voltados para a esquerda não estão entre os primeiros colocados na influência da política nos Estados Unidos, segundo o relatório de James McGann *The Global Go To Think Tank Index* (2010; 2016). Sendo o CFR um *think tank* de centro (MCGANN, 2007, p. 25), não é estranho que ele tenha dúvidas em relação às políticas sociais de Lula e, com isso, tenha ressalvas ao sucesso do presidente.

No entanto, embora o artigo tenha apresentado os pontos positivos da presidência de Lula até então, ele também afirmou os desafios que o governo tende a enfrentar dali para a frente. Segundo o *think tank*, a lua de mel referida pelo CSIS terminou em Brasília e os problemas começaram a aparecer. Uma fragmentação dentro do partido proporcionou críticas ao governo por parte da ala de extrema esquerda do PT (MAXWELL, 2003, p. 5). Além disso, o Movimento dos Sem Terra, que apoiou a candidatura de Lula e que até então estava silenciado, retornou suas ações de invasão de terras no Norte e no Sul (MAXWELL, 2003, p. 5). Também a violência urbana apresenta um desafio, pois põe em xeque a capacidade de resposta efetiva do governo na segurança pública (MAXWELL, 2003, p. 5). Ainda no plano doméstico, o governo enfrentava a oposição nas propostas de reformas no Sistema de Segurança Social e no Sistema Tributário, posto que os pobres, que são os mais afetados pelos problemas desses sistemas são os enriquecem os ricos e os ricos se opõe às reformas (MAXWELL, 2003, p. 6). Ao contrário de documentos anteriores, percebe-se uma ressalva em relação a Lula, mas não um desprezo. É enfatizado pelo autor que mesmo com problemas e vulnerabilidades, Lula pode elevar o status do Brasil a um patamar mais alto.

Já no plano internacional, o relatório apresenta que o Brasil consolidou relações com países em desenvolvimento e tomou importantes decisões em relação a Chávez na Venezuela e Castro em Cuba, que é um assunto problemático para os Estados Unidos (MAXWELL, 2003, p. 7). Em relação aos seus vizinhos fronteiriços, Lula deixou claro seu apoio aos Kirchner, inclusive com assistência financeira ao país (MAXWELL, 2003, p. 8). Por último, no sentido comercial, a ALCA se mostrava impossível sem o Brasil para o CFR, dessa forma, era necessário que os EUA enfrentasse poderosos lobbies internamente, para que conseguisse implementar a área de livre comércio e marcar sua posição hegemônica em todo continente, afinal “Lula, para surpresa de muitos em Washington, quer ser aceito como um novo

¹¹¹ No original: “Lula's intuitive sense of politics also has been a surprise to many who expected him to be an inflexible, doctrinaire leftist, though much of this surprise reflects a certain condescension among the elite” (MAXWELL, 2003, p. 5).

líder latino-americano que está jogando pelas regras do jogo, mas ele virá para a Casa Branca como um negociador de sindicatos experiente com uma posição difícil, esperando barganha.” (MAXWELL, 2003, p. 8).¹¹² Mais uma vez, fica claro o tom de perturbação que os *think tanks* apresentam o Lula, como se não houvesse capacidade de negociação entre os políticos brasileiros, com exceção de Fernando Henrique Cardoso, a quem os *think tanks* expõem a partir de seu intelecto. Afinal, e fazendo alusão a um imaginário popular sobre Lula, o ex presidente Cardoso era um estudioso, homem formado na USP, com vasto histórico de publicações e academicismo. Já Lula, um homem pobre, que sem estudos conseguiu chegar a posição de presidente sem curso superior. Essa ideia sobre Cardoso, inclusive, era disseminada nacionalmente. No Brasil, o ex presidente sempre foi enxergado como jovial, contra o tradicionalismo político, poliglota e intelectualizado (VIZENTINI, 2005, p. 382), essa imagem era corroborada pela mídia internacional e, como consequência, pelos *think tanks*.

Uma vez mais em um sentido político, em 1 de abril de 2004, ano de eleições a nível estadual e municipal, o CSIS publicou o relatório *Political Reform in Brazil: Promises and Pitfall*, de Amaury de Souza, que enfatizou a importância das reformas políticas para consolidar uma base de governo nos três níveis políticos. Assim, o autor dissertou sobre a reforma política de 1988, apresentando os principais partidos brasileiros surgidos no período pós-ditadura militar, quando ocorreu uma abertura política. No nível nacional, as reformas políticas auxiliariam a consolidar o modelo de democracia proposto no Brasil, que é reforçado pela alternância de poder provocada pela própria eleição de Lula (SOUZA, 2004, p. 3). Nesse sentido, o documento afirma que a reforma proposta teria como intenção aumentar a base de governo, fortalecendo as partes e promovendo uma governança estável (SOUZA, 2004, p. 3).

Ainda que passe a ideia da reforma política como algo positivo para o Brasil, o *think tank* expressa desdém pelas consequências positivas que isso poderia trazer ao PT, uma vez que “para o PT, o objetivo da reforma política não deve ser transformar as outras partes em imagens espelhadas de si mesmas - todas as partes programáticas, coesivas e disciplinadas -, mas para evitar se tornar uma delas” (SOUZA, 2004, p. 34).¹¹³ Assim, a reforma foi apresentada a partir de uma ambiguidade: sem ela, seria provável que houvesse obstáculos básicos para a governança democrática no Brasil, no entanto, com ela aumentaria o poder do PT, o que uma

¹¹² No original: “Lula, to the surprise of many in Washington, wants to be accepted as a new Latin American leader who is playing by the rules of the game; but he will come to the White House as an experienced union negotiator with a tough position, expecting to bargain” (MAXWELL, 2003, p. 8).

¹¹³ No original: “[...] for the PT the goal of political reform should not be to turn the other parties into mirror images of itself—all programmatic, cohesive, and disciplined parties—but to avoid becoming one of them” (SOUZA, 2004, p. 34).

hora ou outra poderia sair do controle estadunidense (SOUZA, 2004, p. 34). Isso demonstra a desconsideração com o PT e seus aliados. Vê-se aqui, novamente, que calcados em um discurso conservador, o *think tank* expressa ojeriza ao pensar que o PT, e com ele Lula, pudesse alcançar o crescimento do país. Isso é reforçado pela posição centro-direita deste *think tank* (MCGANN, 2007, p. 25).

Diversificando os temas pesquisados, a *Brookings* publicou em 13 abril de 2004 o artigo de opinião *Nuclear Reactor: Botching Brazilian Diplomacy*, de Michael A. Levi. O Artigo faz alusão à confusão diplomática criada pelo jornal estadunidense *Washington Post* que publicou um relatório sobre o choque entre Estados Unidos e Brasil em relação a construção de uma usina de enriquecimento de urânio (LEVI, 2004, p. 1). Nesse caso, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro se mostrou ofendido com a iniciativa estadunidense de enviar à Agência Internacional de Energia Atômica uma proposta para restringir a proliferação de armas nucleares, limitando a construção de novas usinas e não levando em conta as necessidades de países em desenvolvimento na utilização de energia nuclear (LEVI, 2004, p. 2). De acordo com o autor, a decisão dos Estados Unidos em enviar a proposta foi errática, não só por não considerar os países subdesenvolvidos, mesmo querendo aumentar sua produção nuclear, mas também por tratar o Brasil, um país pacífico, como um Estado pária, como Irã ou Coreia do Norte. Assim, conclui que “no mundo da política nuclear, o poder pode se manifestar de maneiras estranhas. *É por isso que o Brasil*, um estado não agressivo sem ambições nucleares próprias, *tem o poder de confundir a estratégia de não-proliferação dos EUA*. É também por isso que tratamos esses países com desdém em nosso próprio perigo” (LEVI, 2004, p. 3, grifo nosso).¹¹⁴

Em suma, os artigos e relatórios analisados nesta seção são de temas mais diversificados que em anos anteriores, ainda que a ALCA e assuntos comerciais sejam a regra entre as temáticas estudadas, percebeu-se um maior interesse em questões além das econômicas. Destaca-se também que entre os seis artigos explorados, três foram publicados pelo CSIS, dois pela *Brookings* e apenas um pelo CFR. Isso demonstra uma oscilação do interesse no Brasil por esses *think tanks*. Salvo a publicação de alguns outros poucos artigos sobre o país neste período, suas temáticas não foram envolvidas por esse trabalho, uma vez que seus temas focavam na América Latina de modo geral e não especificamente no Brasil.

Nesta seção, embora se perceba a relação entre a produção do conhecimento

¹¹⁴ No original: “In the world of nuclear policy, power can manifest itself in strange ways. Which is why Brazil, a non-aggressive state with no nuclear ambitions of its own, has the power to confuse U.S. nonproliferation strategy. It’s also why we treat such countries with disdain at our own peril” (LEVI, 2004, p. 3).

sobre o e Brasil e o poder estadunidense, ela não é tão clara quanto nos documentos da seção anterior. Isso ocorre porque os documentos analisados nesta seção não tinham como destino direto o Congresso ou Executivo estadunidense, como foi claramente explicitado nos documentos anteriores. Logo, é de se pensar que aqui a relação foi mais sutil. Entretanto, a tentativa de formação de uma população com verdades impostas por meio da mídia e diversos meios de comunicação também é uma forma de disseminação de poder. A construção de um regime de verdade que a sociedade acolhe como certo, como verdadeiro, depende dessa veiculação de discursos na mídia. São como os mecanismos e instancias que permitem a distinção de enunciados verdadeiros e falsos, são as técnicas e procedimentos que são valorizados na obtenção da verdade (FOUCAULT, 1979, p. 12). Esses discursos que se proclamam verdadeiros criam regimes que não são apenas ideológicos ou superestruturais, mas que também são uma condição de formação e desenvolvimento da sociedade capitalista (FOUCAULT, 1979, p. 14). Dessa forma, os discursos perpetuados pelos *think tanks* são criações de verdade sobre o Brasil. Percebe-se, então, que neste período, mesmo com diversificação dos temas, há uma arrogância em relação ao Lula e seu primeiro mandato, afirmando a posição ora contra ora indiferente ao presidente.

4.2 A CONSTRUÇÃO NARRATIVA SOBRE O BRASIL ENTRE 2007 A 2011

Entre 2007 e 2010, Lula adentrava em seu último mandato na presidência do Brasil e consolidava propostas feitas durante a gestão anterior. Dessa forma, esta seção se concentra na análise de relatórios dos *think tanks* selecionados sobre o Brasil durante o período desse mandato. No entanto, estende-se a análise até 2011, na intenção de manter a qualidade das análises, uma vez que os documentos desse ano são baseados em situações e relações de anos anteriores. Além disso, 2011 foi o ano em que os *think tanks* empreenderam estudos sobre o final do mandato de Lula na presidência brasileira. Assim, neste intervalo de tempo, examina-se oito relatórios e um *policy briefing*. Sendo os relatórios: *Natural Gas, Energy Policy, and Regional Integration: Brazil and the Southern Cone* (DESHAZO, LADISLAW e PRIMIANI, 2007); *Brazil and Trade Developments* (ERICKSON, 2007); *Re-Thinking U.S.-Latin American Relations: A Hemispheric Partnership for a Turbulent World* (PARTNERSHIP FOR THE AMERICAS COMMISSION, 2008); *Toward the Heavens: Latin America's Emerging Space Programs* (FORMAN, SABATHIER, et al., 2009); *Key Players in Global Health: How Brazil, Russia, India, China, and South Africa Are Influencing the Game* (BLISS, 2010); *Emerging*

Powers, Emerging Donors: Teasing Out Developing Patterns (WHITE, 2011); *Global Brazil and U.S.-Brazil Relations* (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011); e, *Energy and Development Trends: The Role of Rapidly Emerging Countries* (LADISLAW, 2011). E o *policy briefing* intitulado *Brazil as an Emerging Power: The View from the United States* (O'NEIL, 2010).

Em 16 março de 2007, o CSIS publicou o relatório *Natural Gas, Energy Policy, and Regional Development Brazil and the Southern Cone* de Peter DeShazo, Sarah Ladislaw e Tanya Primiani. O documento se trata de uma apresentação da Conferência sobre Desenvolvimento Econômico e Regional e Integração Energética no Brasil e no Cone Sul. Assim, as apresentações e discussões que tiveram lugar na conferência foram transcritas neste relatório, bem como conclusões e recomendações para decisores políticos (DESHAZO, LADISLAW e PRIMIANI, 2007, p. 2). Entre os vários palestrantes da conferência, o Brasil foi abordado por Mario Veiga Pereira, presidente da PSR Consultoria e ex-pesquisador e coordenador no CEPEL, o Centro de Pesquisa de Energia Elétrica do Brasil, que afirmou, dentre outras coisas, que com a descoberta do Pré-Sal na Bacia de Santos e a introdução do gás natural como alternativa às hidrelétricas, o Brasil poderia representar um novo mercado para projetos de gás natural que é mais atraente do que a Bolívia ou Argentina (DESHAZO, LADISLAW e PRIMIANI, 2007, p. 11). Pereira concluiu seu discurso observando que o Brasil não fechou a porta da integração regional de gás natural, mas foi impulsionado por um desejo de executar projetos que trazem vantagens econômicas ao invés de uma exigência de obter gás natural a qualquer custo (DESHAZO, LADISLAW e PRIMIANI, 2007, p. 12).¹¹⁵ Assim, o país buscava a independência e a autossuficiência nesse setor.

Dessa forma, no contexto da fala de Pereira, o relatório concluiu que as razões para a limitação do desenvolvimento do gás natural como variável de integração regional são puramente políticas e não econômicas, técnicas ou geológicas (DESHAZO, LADISLAW e PRIMIANI, 2007, p. 17). Em relação ao Brasil, os autores se mostraram otimistas em suas potencialidades energéticas, afirmando que o país “evoluirá dentro de alguns anos de ser um grande comprador de gás natural para ser autossuficiente e lidará com outros países da região – Bolívia acima de tudo – com base na vantagem econômica e não devido à necessidade” (DESHAZO, LADISLAW e PRIMIANI, 2007, p. 18).¹¹⁶ Por fim, o relatório ofereceu

¹¹⁵ Segundo o documento, o Brasil foi acusado de limitar a infraestrutura para a integração regional, pois buscava diminuir sua dependência do gás boliviano com os projetos inovadores e nacionais (DESHAZO, LADISLAW e PRIMIANI, 2007, p. 11).

¹¹⁶ No original: “Brazil will evolve within several years from being a large purchaser of natural gas to being self-sufficient and will deal with other countries in the region – Bolivia above all – on the basis of economic advantage

recomendações para o desenvolvimento da integração energética na América do Sul, e recomendou aos Estados Unidos maior atenção à região, reiterando que “a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional deve concentrar-se mais em seu financiamento e programação em cooperação técnica relacionada à energia e planejamento estratégico de energia em cooperação com os esforços do setor de desenvolvimento regional e do setor privado” (DESHAZO, LADISLAW e PRIMIANI, 2007, p. 21). Usando uma estratégia de dupla leitura proposta por Jacques Derrida e explicada por Richard Devetak (DEVETAK 1995, 169), vê-se que existe aqui uma recomendação aos Estados Unidos não só para o desenvolvimento da cooperação técnica para a energia, mas também a recomendação de criação de mercado no Brasil e América Latina. A cooperação, se vista como uma maneira de controlar e vigiar dos Estados Unidos, corroboraria a ideia de que os *think tanks* prezam pelo relacionamento do país com o Brasil com o intuito de usá-lo como plataforma de hegemonia estadunidense.

De volta a questões econômicas, em 1 de julho de 2007, o CSIS publicou o relatório *Brazil and Trade Developments*, de Moana Erickson. O documento expressou a insatisfação do *think tank* com o Brasil no sentido da relutância à ALCA e à liberalização de setores chave da economia brasileira com os Estados Unidos. Inicialmente, o Brasil foi retratado positivamente, como “um parceiro importante para os Estados Unidos no Hemisfério Sul como uma democracia robusta com valores compartilhados da civilização ocidental” (ERICKSON, 2007, p. 2).¹¹⁷ Nesse sentido, é surpresa para a autora que, mesmo num contexto de altas burocracias governamentais, regulamentos excessivos, aplicações ineficazes da lei altas taxas de impostos e de juros, o Brasil tenha sido classificado na época como o décimo maior poder econômico no mundo (ERICKSON, 2007, p. 2).¹¹⁸ Posteriormente, foi relatado o negativismo do Brasil em relação à ALCA, apresentando que “a relutância do Brasil em dar força às negociações da ALCA é, sem dúvida, devido ao fato de que *o Brasil procura manter sua posição hegemônica na região*, o que seria prejudicado se os Estados Unidos pudessem obter maior acesso ao mercado através da ALCA” (ERICKSON, 2007, p. 2, grifo nosso).¹¹⁹ Nesse trecho, o *think tank* deixou claro que sua visão do Brasil, nesta época, era que o país alimentava

and not due to need” (DESHAZO, LADISLAW e PRIMIANI, 2007, p. 18).

¹¹⁷ No original: “[...] Brazil has become an important partner for the United States in the Southern Hemisphere as a robust democracy with shared values of Western civilization” (ERICKSON, 2007, p. 1).

¹¹⁸ Segundo o relatório *Federal Reserve Statistical Release: Industrial Capacity and Production Utilization* (FEDERAL RESERVE, 2006).

¹¹⁹ No original: “[...] Brazil’s reluctance to lend its muscle to the FTAA negotiations is, arguably, due to the fact that Brazil seeks to retain its hegemonic position in the region, which would be undermined if the United States were able to gain greater market access through FTAA” (ERICKSON, 2007, p. 2).

certa inveja dos Estados Unidos, se opondo a qualquer medida estadunidense na região, posto que foi muito disseminado os benefícios da ALCA para os países americanos, inclusive neste mesmo documento.

Dessa forma, o relatório afirmou que nenhuma negociação seria realizada sem que o Brasil identificasse e corrigisse problemas no seu governo, tais como a alta burocracia, sistema de tributação e processos legais do Banco Central (ERICKSON, 2007, p. 2). Em relação a conflitos comerciais entre Brasil e Estados Unidos, a autora recordou acerca do impasse em relação à proteção de propriedade intelectual, que impediu o Brasil de ter acesso a medicamentos de suma importância para o bem-estar da população brasileira (ERICKSON, 2007, p. 3). Além disso, um avanço nas relações entre ambos países estava relacionado à assinatura de um memorando de entendimento para a promoção da cooperação com biocombustíveis, mais especificamente sobre o etanol, produto no qual os países são ora concorrentes ora parceiros (ERICKSON, 2007, p. 4). Por fim, o relatório concluiu que apesar das diferenças entre os países, que condiz a tarifas agrícolas pelo lado do Brasil e industriais pelos Estados Unidos, “ambos os países reconhecem o potencial de ganhos mutuamente benéficos da liberalização do comércio nos níveis multilateral ou regional. Para este fim, tanto os Estados Unidos quanto o Brasil construíram uma relação comercial produtiva na busca de maximizar os ganhos em seus interesses nacionais” (ERICKSON, 2007, p. 4).¹²⁰ Uma vez mais, percebe-se o reducionismo das questões entre ambos os países a relações meramente comerciais. Nesse sentido, neste documento se aborda essa relação como de mútuo reconhecimento de ambos da importância um do outro, ao contrário de outros documentos que enfatizavam a necessidade dos políticos estadunidenses conhecerem o Brasil, dada a ignorância sobre o país na América do Norte.

De maneira mais geral, sem especificar o estudo somente ao Brasil, em 24 de novembro de 2008, o documento *Rethinking U.S.-Latin American Relations: A Hemispheric Partnership for a Turbulent World* da Comissão Parceria para as Américas foi publicado pela *Brookings*. O relatório apresentou propostas sobre o compartilhamento de interesses comuns entre os países latino-americanos e recomendou que os Estados Unidos engajassem seus vizinhos hemisféricos nas questões nas quais interesses, objetivos e soluções repartidos são mais facilmente identificados e servem como base para uma parceria eficaz (PARTNERSHIP

¹²⁰ No original: “[...] Despite different approaches to trade policy, both countries recognize the potential for mutually beneficial gains from trade liberalization at the multilateral or regional levels. Toward this end, both the United States and Brazil have constructed a productive trade relationship in pursuit of maximizing gains in their national interests” (ERICKSON, 2007, p. 4).

FOR THE AMERICAS COMMISSION, 2008, p. 3). Assim, foram apontadas recomendações para uma série de temas, como: desenvolvimento de recursos enérgicos sustentáveis e combate a mudanças climáticas; gerenciamento de migrações; integração econômica acessível a todos no hemisfério; medidas contra o crime organizado; relações entre Estados Unidos e Cuba; e mecânica de parceria entre Estados (PARTNERSHIP FOR THE AMERICAS COMMISSION, 2008, p. 4-5). Este documento, assim como alguns outros relatórios do CFR é um exemplo do grande empreendimento de *think tanks* para produzir conhecimento sobre determinado assunto. A quantidade de pessoas que mobilizadas para construir um relatório cada vez mais completo e com mais opções de recomendações sobre temas, formas de cooperar ou dominar é muito grande.

Nesse sentido, especificamente sobre o Brasil, o relatório recomendou a criação de um grupo que discuta a infraestrutura necessária para sustentar a cooperação no hemisfério. Assim, foi proposto a criação dos ‘Oito das Américas (A8)’ em analogia ao G8, com a justificativa de que “nem todos os países precisam participar de todas as iniciativas e discussões políticas, enquanto que alguns países devem cooperar mais intensamente em certas questões” (PARTNERSHIP FOR THE AMERICAS COMMISSION, 2008, p. 9).¹²¹ Nesse contexto, o A8, embora controverso segundo o próprio relatório, deveria ser formado por Brasil, México e Estados Unidos (PARTNERSHIP FOR THE AMERICAS COMMISSION, 2008, p. 9). A partir deste grupo, foi recomendado a criação de outros, como o subgrupo para tratar das mudanças climáticas, com os mesmos países envolvidos, que seriam responsáveis pela determinação de parâmetros a serem cumpridos no continente sobre esse tema (PARTNERSHIP FOR THE AMERICAS COMMISSION, 2008, p. 14). Economicamente, o tema abordado volta a ALCA e a Rodada Doha, que na época estava paralisada. Para o *think tank*, “os EUA devem trabalhar com o Brasil e outras potências” (PARTNERSHIP FOR THE AMERICAS COMMISSION, 2008, p. 22).¹²²

Por fim, a conclusão deste *think tank* foi no mesmo caminho das recomendações de outros documentos, que os Estados Unidos deveriam explorar os mercados da América Latina e Caribe afim de estender seu acesso no continente. Dessa forma,

no centro desse processo deve estar uma série de acordos estratégicos com o Brasil, cobrindo questões primordiais de grande interesse para os dois países, incluindo biocombustíveis, serviços financeiros, compras governamentais e agricultura. Um

¹²¹ No original: “[...] not every country needs to take part in every policy initiative and discussion, but that some countries should cooperate more closely on certain issues” (PARTNERSHIP FOR THE AMERICAS COMMISSION, 2008, p. 9).

¹²² No original: “[...] The United States should work closely with Brazil and other major trading powers to reach a substantive multilateral agreement” (PARTNERSHIP FOR THE AMERICAS COMMISSION, 2008, p. 22).

acordo comercial estratégico entre os EUA e o Brasil pode ajudar a incentivar negociações comerciais regionais e globais (PARTNERSHIP FOR THE AMERICAS COMMISSION, 2008, p. 23).¹²³

Neste documento, percebe-se que o *think tank*, ao empreender uma força tarefa para a produção de conhecimento sobre a América Latina, tinha como objetivo chamar atenção para a importância do Brasil na região. Nas trinta e seis páginas do relatório publicado nas três línguas faladas no continente – preocupação até então inédita entre os documentos analisados – o Brasil é salientado como o ponto chave para o fortalecimento das relações entre os Estados Unidos e os países latino-americanos. Isso ocorreu porque, sem o Brasil, seria difícil a entrada na região, levando em conta as negociações frustradas para a ALCA, tão abordadas por esses *think tanks*. Assim, a construção do conhecimento sobre a América Latina, em geral, e sobre o Brasil, em particular, fazendo alusão à análise de Roxanne Lynn-Doty sobre a construção de conhecimento estadunidense sobre as Filipinas (1996, p. 37), as descrições elaboradas por esses *think tanks* podem servir como autorizações implícitas de dominação dos Estados Unidos para com os países menos desenvolvidos, no caso o Brasil.

Sobre um assunto mais *mainstream* nas relações internacionais, em 5 de agosto de 2009, o CSIS publicou o relatório *Toward the Heavens: Latin America's Emerging Space Programs* de Johanna Mendelson Forman, Vicent Sabathier, G. Ryan Faith e Ashley Bander. O texto abordou a importância do espaço como um ambiente de exercício de poder duro e suave (FORMAN, SABATHIER, *et al.*, 2009, p. 2). Assim, recordou que os Estados Unidos pouco se atentavam à produção de tecnologias para esses fins, perdendo espaço para China e Rússia (FORMAN, SABATHIER, *et al.*, 2009, p. 1). Por isso, se fazia necessário parcerias comerciais e tecnológicas com atores diversificados nesta temática, mas especificamente países latino-americanos. Nesse sentido, segundo o texto, “os Estados Unidos têm uma nova oportunidade de usar o espaço civil e a cooperação em ciência e tecnologia como uma poderosa ferramenta de engajamento na América Latina, e especialmente no Brasil” (FORMAN, SABATHIER, *et al.*, 2009, p. 1).¹²⁴

Dessa forma, com a intenção de ampliar os interesses das autoridades estadunidenses no Brasil, o *think tank* utilizou termos positivos e otimistas em relação ao país. Isso é exemplificado em uma seção do relatório denominada “*Brazil: the Rising Power*”

¹²³ No original: “[...] At the heart of this process must be a series of strategic agreements with Brazil covering key issues of special interest to both countries, including biofuels, financial services, government procurement, and agriculture. A Strategic commercial understanding between the United States and Brazil could help push forward global and regional trade negotiations” (PARTNERSHIP FOR THE AMERICAS COMMISSION, 2008, p. 23).

¹²⁴ No original: “The United States has a new opportunity to use civil space and cooperation in science and technology as a powerful tool of engagement in Latin America, and especially with Brazil” (FORMAN, SABATHIER, *et al.*, 2009, p. 1).

(FORMAN, SABATHIER, *et al.*, 2009, p. 4), na qual são tecidos elogios exagerados sobre o país, como no trecho a seguir:

O Brasil, o *maior poder regional*, está afirmando sua posição política estratégica no cenário mundial. O Brasil *estреou como ator forte no cenário internacional em 2003* com a Rodada Doha de negociações comerciais e em 2004 assumiu a liderança da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Seu surgimento como participante ativo no G-20 em 2009 demonstrou *seu papel cada vez mais importante como potência econômica*. O Brasil também está envolvido em várias iniciativas multilaterais no hemisfério como um meio de se envolver com o resto do mundo (por exemplo, energia renovável baseada em etanol). Parte do processo de inserção na cena global é a aquisição e produção de tecnologia de ponta. O Brasil já domina a tecnologia de extração de petróleo em águas profundas e possui uma indústria aeronáutica bem desenvolvida. O espaço é um próximo passo lógico (FORMAN, SABATHIER, *et al.*, 2009, p. 4-5, grifo nosso).¹²⁵

No entanto, ainda que o *think tank* tenha defendido a maior integração entre Estados Unidos e Brasil, ele reconheceu que existia um ceticismo por parte dos Estados Unidos em relação às autoridades brasileiras:

Embora exista uma forte aliança entre os EUA e o Brasil em áreas relacionadas à energia, ainda há uma desconfiança com os Estados Unidos entre a liderança sênior do Brasil. Enquanto essas velhas atitudes estão morrendo, elas criam uma tensão subjacente dentro dos círculos políticos brasileiros, uma vez que a nação busca um reposicionamento de seu papel na política regional e hemisférica (FORMAN, SABATHIER, *et al.*, 2009, p. 7).¹²⁶

Assim, levando em conta as incertezas entre os países, o relatório afirmou que “nesse contexto, os Estados Unidos estão perdendo a oportunidade de exercer seu poder inteligente ao não envolver as nações latino-americanas na criação de seus programas espaciais” (FORMAN, SABATHIER, *et al.*, 2009, p. 8).¹²⁷ Isso demonstra os objetivos claros do *think tank* em aumentar a participação dos Estados Unidos na América Latina. Nem sempre essa intenção é claramente discernível, os *think tanks* têm meios sutis de chegar ao ponto principal de suas recomendações, sendo, por vezes, difícil separar uma dita ‘preocupação’ com o

¹²⁵ No original: “Brazil, the largest regional power, is asserting its strategic political position on the world stage. Brazil made its debut as a strong actor on the international stage in 2003 with the Doha Round trade negotiations, and in 2004, it took the lead of the UN Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). Its emergence as an active participant in the G-20 in 2009 demonstrated its increasingly important role as an economic powerhouse. Brazil is also involved in several multilateral initiatives in the hemisphere as a means of engaging with the rest of the world (e.g., renewable energy based on ethanol). Part of the process of its insertion into the global scene is acquisition and production of high-end technology. Brazil already dominates deep sea oil extraction technology and has a well-developed aircraft industry.13 Space is a logical next step” (FORMAN, SABATHIER, *et al.*, 2009, p. 4-5).

¹²⁶ No original: “[...] Although there is a strong U.S.-Brazil alliance in energy-related areas, there is still a distrust of the United States among Brazil’s senior leadership. While these old attitudes are dying, they create an underlying tension inside Brazilian policy circles as the nation seeks a repositioning of its role in regional and hemispheric politics” (FORMAN, SABATHIER, *et al.*, 2009, p. 7).

¹²⁷ No original: “In this context, the United States is losing an opportunity to exercise its smart power by not engaging Latin American nations in the creation of their space programs” (FORMAN, SABATHIER, *et al.*, 2009, p. 8).

desenvolvimento da região e uma tentativa de dominação. Por fim, seguindo a linha de propostas anteriores, o *think tank* recomendou a aproximação dos Estados Unidos com o Brasil, pautando-se em ações que promovessem a restauração da credibilidade do que eles chamam liderança tradicional dos Estados Unidos na América (FORMAN, SABATHIER, *et al.*, 2009, p. 9). Nesse sentido, o fomento ao interesse emergente na tecnologia espacial nas Américas serviria como incremento a projeção estadunidense na região, tendo o Brasil como plataforma de apoio para exercícios de poder.

Por meio de um documento mais simples e objetivo, em 1 de março de 2010, o CFR publicou o *policy briefing Brazil as an Emerging Power: The View from the United States* de Shannon O’Neil, que foi inicialmente publicado pelo *South African Institute of International Affairs*. O breve artigo tem a intenção de apresentar, de forma sucinta, o Brasil na visão dos estadunidenses e propor recomendações as autoridades do país. Segundo o autor,

os Estados Unidos sempre viram o Brasil como uma potência regional significativa, mas sua importância percebida aumentou na última década. Devido à força econômica do Brasil, sua liderança hemisférica e seu crescente papel geoestratégico através de fóruns internacionais multilaterais, tornou-se um jogador vital na política regional e global em várias dimensões (O’NEIL, 2010, p. 1).¹²⁸

Entretanto, por inúmeros motivos, as relações entre os países foram minadas com o passar dos anos, criando certa instabilidade e oscilação entre aliados ou meros conhecidos. Assim, “os dois países mantiveram um status quo bastante quente, embora distante, considerando a opinião de Washington de que o Brasil ocupava um papel influente - mas não central - na ordem do mundo” (O’NEIL, 2010, p. 2).¹²⁹ Reconhecendo a não centralidade do Brasil na ordem mundial, o *think tank*, e Washington em geral, se adiantam na recomendação de aproximação do Brasil e podem, assim, manejar e administrar essa participação brasileira na ordem global, respondendo a interesses estadunidenses. Com isso, como é afirmado no trecho abaixo, os governos de ambos os países tinham uma relação e com a mudança na administração dos Estados Unidos, de Bush para Obama em 2009, o Brasil recebeu mais visibilidade no país norte-americano e sua importância aumentou de acordo com os interesses daquele período (O’NEIL, 2010, p. 3). Da mesma maneira que os relatórios publicados por outros *think tanks* neste período, este documento tece elogios ao Brasil, e afirma:

¹²⁸ No original: “The United States has always seen Brazil as a significant regional powerhouse, but its perceived importance has risen in the last decade. Because of its economic strength, its hemispheric leadership and its growing geostrategic role through multilateral International forums, it has become a vital player in regional and global politics across numerous dimensions” (O’NEIL, 2010, p. 1).

¹²⁹ No original: “Instead the two countries maintained a fairly warm if distant status quo, befitting Washington’s view that Brazil occupied an influential — but not central — role in the world pecking order” (O’NEIL, 2010, p. 2).

Politicamente, os Estados Unidos vieram para ver a *democracia bem fundamentada do Brasil* e a vitalidade centrista do presidente Lula - particularmente em comparação com vizinhos como a Venezuela -, como *importante para os interesses dos EUA* no hemisfério. Além disso, os presidentes George W. Bush e Lula pareciam se gostar, incentivando maiores esforços para trabalhar juntos (O'NEIL, 2010, p. 3, grifo nosso).¹³⁰

Finalmente, o documento concluiu que a visão dos Estados Unidos sobre o Brasil mudou, reconhecendo a importância da nação para a ordem regional e mundial (O'NEIL, 2010, p. 4). O documento enfatiza que, mesmo em meio as incertezas, é inegável que o país representa um papel relevante na política regional e, supostamente, na política entre países em desenvolvimento. Isso pode ser corroborado pelas inúmeras ações do presidente Lula com o fim de estabelecer relações ou mesmo aproximações com diversos países emergentes, em especial na América Latina e na África. Não obstante, no momento de publicação do artigo era incerto o interesse do Brasil em uma relação mais próxima aos Estados Unidos:

Isso pode ajudar o Brasil a manter o gigante do norte ao longe, particularmente devido ao papel que os Estados Unidos podem imaginar para o Brasil como um "stakeholder" regional ativo, assumindo maiores responsabilidades no hemisfério e atuando nos interesses dos EUA (O'NEIL, 2010, p. 4).¹³¹

Novamente, o Brasil foi apresentado como suma importância para os Estados Unidos, pois representaria uma plataforma para os interesses da potência norte-americana, servindo a objetivos externos. Afinal, com qual finalidade os Estados Unidos exerceriam seu poder diretamente na América Latina, com o risco de ser veementemente rechaçado pelos vizinhos, se o Brasil poderia operar por ele? Isso reflete a hipótese de utilização do Brasil como servente aos interesses estadunidenses. É perceptível, então, a relação entre o conhecimento e poder nesse documento, uma vez que o mesmo, como um *policy briefing*, é destinado a formuladores de políticas, instruindo-os e informando-os sobre as possibilidades de relação com o Brasil e suas ações.

Inovando completamente o tema de estudos sobre o Brasil, o CSIS em 10 de novembro de 2010 publicou o relatório *Key Players in Global Health: How Brazil, Russia, India, China, and South Africa Are Influencing the Game* editado por Katherine E. Bliss, com contribuição de dez autores. O documento representou uma iniciativa do CSIS em investigar

¹³⁰ No original: "Politically, the United States came to see Brazil's well-grounded democracy and President Lula's centrist evenhandedness — particularly compared to neighbours like Venezuela — as important for US interests in the hemisphere. In addition, Presidents George W Bush and Lula seemed to like each other, encouraging greater efforts to work together" (O'NEIL, 2010, p. 3)

¹³¹ No original: "[...] It might benefit Brazil to keep the northern behemoth at arm's length, particularly given the role the United States may envision for Brazil as an active regional 'stakeholder', shouldering greater responsibilities in the hemisphere and acting in US interests" (O'NEIL, 2010, p. 4).

como os países dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – estavam influenciando atividades, práticas e estratégias na área da diplomacia da saúde global naquele período. Assim, o texto aborda, de forma bem completa vários artigos sobre os países citados acima. Para os fins deste trabalho, a análise do relatório se limita ao capítulo referente ao Brasil intitulado *Health in All Policies: Brazil's Approach to Global Health within Foreign Policy and Development Cooperation*, de Katherine E. Bliss.

Por conseguinte, o capítulo de Bliss apresentou as ações brasileiras relacionadas a saúde, não só nacionalmente, mas também em âmbito internacional. A autora reconheceu as boas ações do país em relação a imunização e tratamento de doenças, como a AIDS, e também o Sistema Único de Saúde (SUS) (BLISS, 2010, p. 1). Assim como em outras abordagens sobre saúde no Brasil, foi posto no relatório a opção brasileira pela saúde da população em detrimento do comércio internacional, mais especificamente o caso do contencioso farmacêutico entre Brasil e Estados Unidos na OMC, uma vez que a posição do Brasil foi que a proteção dos direitos de propriedade intelectual não deveria impedir o acesso a medicamentos que salvam vidas (BLISS, 2010, p. 3). Ainda sobre as atividades do Brasil no tema em questão, a autora apontou que o país engajava negociações multilaterais sobre saúde, como por exemplo negociações dentro da OMC e da OMS, além de tentativas de expandir essas discussões para o G-20 (BLISS, 2010, p. 8). Ademais, o país se empenhava nas questões de saúde também nas relações Sul-Sul, se colocando como beneficiário ou doador em diversas campanhas, como nos acordos com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), acordos bilaterais com a Rússia e a China e acordos com países fronteiriços para atendimento estrangeiro no SUS (BLISS, 2010, p. 10-12).

Em conclusão, a autora apresentou algumas tendências para o futuro do Brasil em relação à saúde, não só em termos domésticos, mas também internacionais. Naquele momento, era provável que o Brasil continuasse promovendo sua ideia de ‘saúde em todas as políticas’ com um alcance global, viabilizando ações de Cooperação Sul-Sul e disseminando seus valores, posto que o país experimentava uma fase de largo crescimento econômico e não existia legislação doméstica contra a cooperação para o desenvolvimento internacional (BLISS, 2010, p. 13). Além disso, uma vez que os Estados Unidos estavam envolvidos em atividades sobre saúde na região da América Central e Caribe, o Brasil voltava sua atenção para ações no âmbito da UNASUL, se afastando do gigante norte-americano (BLISS, 2010, p. 13). Assim, a autora recomendou que os países poderiam trabalhar juntos na promoção da saúde na América Latina, principalmente por via de cooperação triangular, mas que, provavelmente, teriam alguns

problemas em relação a proteção da propriedade intelectual dos medicamentos farmacêuticos, já que o Brasil defendia a quebra das patentes e os Estados Unidos os lucros das indústrias do setor (BLISS, 2010, p. 13). Em suma, a partir desse capítulo do relatório, pode-se retirar a seguinte suposição: a recomendação de aproximação de ambos países em processos de cooperação triangular na América Latina advém do receio do aumento da inserção brasileira na região e de uma possível ameaça à hegemonia estadunidense no continente. Dessa forma, e principalmente, corroborado pelos outros documentos analisados, os *think tanks* se esforçam para disseminar a ideia de que o Brasil deve ser levado em consideração e mantido próximo aos Estados Unidos, não permitindo ações inesperadas.

Apesar do mandato de Lula findar em 2010, o marco temporal desse trabalho foi estendido até 2011, sendo analisados três relatórios deste ano com temáticas referentes aos anos anteriores, de modo a produzir uma investigação mais completa sobre o mandato de Lula e seus feitos desde a perspectiva dos *think tanks* estadunidenses. Assim, em 14 de fevereiro de 2011, o CSIS publicou o relatório *Emerging Powers, Emerging Donors: Teasing Out Developing Patterns* de Stacey White. O documento se trata de um estudo quantitativo das doações de Estados emergentes às necessidades internacionais, mais especificamente as doações para problemas advindos de desastres naturais, como o Tsunami no Oceano Índico (2004), o terremoto da Caxemira (2005), o ciclone Nargis (2008), o terremoto de Sichuan (2008), o terremoto do Haiti (2010) e as enchentes do Paquistão (2010) (WHITE, 2011, p. 1).

Assim, a autora informou que, em um contexto de aumento das contribuições humanitárias globais, os países emergentes entraram no *rol* de Estados doadores e estão representando uma importante parcela das doações (WHITE, 2011, p. 2). Não obstante, por mais que as doações fossem significativas, elas ainda eram colocadas em segundo plano, visto que os doadores tradicionais, tais como países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) disponibilizaram volumosas quantias para ajuda humanitária (WHITE, 2011, p. 3). Ainda assim, o papel incipiente dos países em desenvolvimento mudou radicalmente o paradigma da ajuda no período. Já não é o mesmo grupo de Estados ricos doando a países pobres. Em vez disso, o ambiente humanitário tornava-se muito mais complexo com nações agindo tanto como destinatários e recipientes como realizando doações (WHITE, 2011, p. 3).

Nesse contexto, o Brasil se encontrava entre os cinco países emergentes que mais doaram a causas humanitárias. No caso brasileiro, as ações foram impulsionadas pelo terremoto no Haiti, que trouxe a óbito muitas pessoas e deixou milhares de desabrigados no país. Inclusive, a autora informa que o desastre no Haiti foi o único evento público que

catapultou o Brasil a estas ações em âmbito internacional (WHITE, 2011, p. 4). Isso ocorreu, pois, desde o tsunami no Oceano Índico, as doações humanitárias de países em desenvolvimento concentraram-se quase exclusivamente em desastres naturais. Geralmente, é sugerido contribuições de poderes emergentes para a resposta de desastres naturais em detrimento às necessidades humanitárias induzidas por conflitos, pois, estes países são altamente sensíveis a questões de soberania nacional em suas políticas de ajuda externa (WHITE, 2011, p. 5).

Portanto, em termos gerais, os poderes emergentes fizeram uma entrada impressionante no *rol* de doadores humanitários. O seu firme interesse em financiar os esforços internacionais de resposta a desastres devia-se, em parte, à crescente centralidade da gestão de riscos de desastres como medida de integração internacional e regional, mas também ao alto risco de desastres com o qual muitos países em desenvolvimento são confrontados (WHITE, 2011, p. 9). Além disso, os países doadores pareceram perceber que o engajamento na agenda internacional de gestão de desastres como um princípio central de um Estado forte, tanto política como economicamente (WHITE, 2011, p. 9). Isso foi exemplificado pelo incrível progresso dos BRICS nessa questão. Por fim, foi recomendado maior atenção dos Estados Unidos a questões humanitárias, uma vez que “já se pode postular que a liderança regional aprimorada e a experiência de potências emergentes na área de resposta a desastres afetarão a abordagem dos EUA, tanto em termos de montantes de contribuição, abordagens de implementação quanto futuras parcerias humanitárias” (WHITE, 2011, p. 9).¹³² O questionamento final do relatório é se, de alguma forma, a limitação de recursos com destino a ajuda humanitária nos Estados Unidos os colocaria em parentesco com os poderes emergentes em termos de prioridades estratégicas e modos de engajamento humanitário no futuro. Um parentesco entre os Estados Unidos, como hegemonia mundial, e países emergentes e periféricos, conhecidos como aqueles que ainda não completaram seu estágio de desenvolvimento, se tornaria perigoso para o gigante estadunidense, uma vez que os equipararia e diminuiria a importância relativa dos Estados Unidos neste assunto.

Em uma força tarefa surpreendente de 30 membros que se dedicaram a fornecer um amplo estudo sobre o Brasil, em 12 de julho de 2011 o CFR publicou o extenso relatório *Global Brazil and U.S.-Brazil Relations*. Dessa forma, o texto se empenhou em apresentar conclusões e recomendações não apenas para os formuladores de políticas dos

¹³² No original: “[...] one can already posit that the enhanced regional leadership and expertise of emerging powers in the area of disaster response will affect the U.S. approach, both in terms of contribution amounts, approaches to implementation, and future humanitarian partnerships” (WHITE, 2011, p. 9).

Estados Unidos que se concentram nas Américas, mas também para aqueles no país e em outros lugares responsáveis pelas decisões sobre as questões estratégicas e econômicas globais e os mecanismos multilaterais em que a voz e as ações do Brasil são relevantes (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011, p. 3). Para isso, o relatório se divide em quatro seções distintas para trabalhar a importância do Brasil para os Estados Unidos, sendo elas: (a) a economia brasileira, incluindo seus motores e obstáculos; (b) perfil brasileiro de mudança de energia e clima; (c) história, prioridades e ambições do Brasil como diplomata global e regional; e, (d) o relacionamento do Brasil com os Estados Unidos (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011, p. 12)

Uma vez mais, e analogamente à força tarefa que produziu *A Letter to the president and memorandum on U.S. Policy toward Brazil*, de 2001, este documento trouxe informações sobre o Brasil que poderiam corroborar sua ideia principal: maior interação entre Brasil e Estados Unidos. Assim, o relatório introduziu, realisticamente, os pontos positivos e negativos do Brasil, enfatizando as conquistas de Cardoso e Lula para o país em relação a estabilização da economia, programas sociais mais inclusivos, maior participação na governança internacional e seu papel de liderança entre os vizinhos (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011, p. 9-10). Também recordou as suas fragilidades no que condiz à segurança pública e desigualdade social, bem como sua infraestrutura debilitada (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011, p. 11). Além disso, apresentou que os dois países têm similaridades notáveis, como por exemplo: ambos são democracias multiétnicas que defendem valores comuns como mercados livres, a defesa do estado de direito, dos direitos individuais, da liberdade religiosa, da diversidade e da igualdade (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011, p. 4).

Nesse sentido, a força tarefa estimulou os formuladores de políticas brasileiras a aproveitar as conclusões e recomendações deste relatório para formar suas próprias decisões em relação aos Estados Unidos e afirma que “é do interesse dos Estados Unidos dar boas-vindas à *liderança regional do Brasil* e encorajar a promoção do Brasil de inclusão, desenvolvimento e democracia” (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011, p. 5, grifo nosso).¹³³ Percebe-se, então, que os objetivos desse documento, em especial, e de *think tanks*, no geral, não é somente formar a opinião dos políticos estadunidenses, mas também estender a influência das suas produções discursivas também fora deste país, atingindo os políticos do país

¹³³ No original: “[...] it is in the interest of the United States to welcome Brazil’s regional leadership and encourage Brazil’s promotion of inclusiveness, development, and democracy” (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011, p. 5).

objeto de estudo, no caso o Brasil. Ao longo das 125 páginas do relatório, a ascensão do Brasil é caracterizada como uma oportunidade para os Estados Unidos, que poderiam encontrar desafios, mas não ameaça em suas relações com o gigante sul-americano. Portanto, as conclusões do relatório se encontraram em algumas questões chaves para o relacionamento entre ambos os países. Em relação a comunicação, foi sugerido a criação de um canal de consulta regular entre os presidentes e grupos ministeriais, incentivando ações coordenadas em vários setores (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011, p. 75). A respeito da segurança internacional, o *think tank* recomendou que os Estados Unidos apoiassem a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011, p. 75). Por fim, destaca-se que, por mais que o relatório endossasse as relações entre os dois países, os Estados Unidos não deveriam esperar que o Brasil se submeta a seus interesses, afinal:

A Força Tarefa espera que o Brasil continue a definir o seu interesse nacional independentemente dos Estados Unidos, e os Estados Unidos não podem decidir onde e como o Brasil se envolverá internacionalmente. Ainda assim, muitas das recomendações da Força Tarefa destinam-se a criar um ambiente em que as decisões da política externa brasileira possam reforçar os objetivos da política externa dos EUA (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011, p. 76).¹³⁴

Aqui percebe-se a mudança no discurso, mas não a modificação na intenção. Na utilização do método desconstrutivo de dupla leitura, vê-se que: primeiramente, o *think tank* afirma a soberania brasileira em relação a conformação dos próprios interesses e ações, sendo estes definidos de acordo com as necessidades nacionais. No entanto, vista a mesma afirmação em uma segunda leitura, destaca-se que, ainda que o Brasil tenha o direito de escolha própria, o *think tank* recomenda um ambiente no qual as decisões brasileiras venham a reforçar os objetivos da política externa dos Estados Unidos. Dessa forma, ainda que sutil, o relatório corrobora a mesma ideia de outros documentos aqui analisados, de que o Brasil, independentemente de suas necessidade e interesses nacionais, deve servir aos interesses estadunidenses, tendo que, inclusive, subordinar suas decisões aos Estados Unidos.

Por último, em 19 de novembro de 2011, o CSIS publicou seu último relatório no ano intitulado *Energy and Development Trends: The Role of Rapidly Emerging Countries* de Sarah O. Ladislaw. O documento se dedicou a explicar as preocupações de países emergentes

¹³⁴ No original: “[...] The Task Force expects that Brazil will continue to define its national interest independently from the United States, and the United States cannot decide where and how Brazil will engage internationally. Still, many of the Task Force’s recommendations are designed to create an environment in which Brazilian foreign policy decisions might well reinforce U.S. foreign policy goals” (BODMAN, WOLFENSOHN e SWEIG, 2011, p. 76).

em relação ao futuro energético de seus territórios nacionais. Dessa forma, foi afirmado que as principais economias emergentes em desenvolvimento estavam remodelando os mercados de energia pela crescente demanda de forma que afetariam a economia energética de outros países em desenvolvimento (LADISLAW, 2011, p. 2). A China, se aproveitando do acréscimo dessa demanda, diminuiu os custos das tecnologias energéticas por meio de políticas de apoio ao setor e estavam tomando grandes parcelas desse mercado, o que se mostrou como um perigo para os Estados Unidos (LADISLAW, 2011, p. 2). Ademais, a tendência era que à medida que essas potências emergentes possuíssem uma voz mais ativa no cenário internacional, elas se envolvessem mais no comércio Sul-Sul e investimento estrangeiro direto em setores de energia ao redor do mundo (LADISLAW, 2011, p. 2).

Portanto, reconhecendo a importância do Brasil e de sua matriz energética, principalmente em relação a produção de etanol e de petróleo a partir do Pré-Sal (LADISLAW, 2011, p. 9), foi sugerido maior aproximação do país por parte dos Estados Unidos. Assim, a autora propôs três pontos prioritários para que os Estados Unidos reorientassem estrategicamente suas relações com as economias emergentes, de modo a aproveitar as oportunidades do crescimento da demanda por energia advinda do desenvolvimento desses países (LADISLAW, 2011, p. 12). Dessa forma, as recomendações foram: (a) priorizar o desenvolvimento de parcerias com países em desenvolvimento, especialmente China, Índia e Brasil; (b) as parcerias devem incluir o alinhamento das prioridades de desenvolvimento e coordenação de mecanismos para a tecnologia compartilhada; e, (c) incentivar a entrada do setor privado em novos empreendimentos, estabelecer vínculos entre a tecnologia de avanço e desenvolvimento (LADISLAW, 2011, p. 13). Percebe-se, então, o receio do *think tank* de que os Estados Unidos percam sua fatia do mercado energético dos países em desenvolvimento, e sugere a aproximação de ambas as partes afim de alcançar interesses compartilhados. Logo, voltando aos temas econômicos, o *think tank* sugere o mantimento e expansão do mercado, enquanto politicamente isso marcaria uma subordinação do Brasil para com os Estados Unidos, uma vez que sua matriz energética estaria à serventia de uma nação e interesses externos.

Em resumo, nesta seção foram analisadas nove produções discursivas sobre o Brasil, em sua maioria relatórios dos *think tanks* selecionados. Observou-se maior diversidade de temas e também maior preocupação com o leitor, apresentando relatórios mais completos e precisos, tanto ao introduzir o Brasil como possível parceiro estadunidense como nas recomendações cada vez mais elaboradas. Assim, o pensamento dos *think tanks* em relação ao país se manteve: o Brasil é um parceiro estratégico em potencial para os Estados Unidos e merece maior atenção do executivo e do legislativo para possíveis ações de cooperações futuras.

Identifica-se então que, nos documentos produzidos pelos *think tanks*, existiram dois padrões de preocupação com o Brasil: vezes de marcada indiferença, surpresa ou mesmo negativismo pelos ganhos obtidos, vezes com reconhecimento e contemplação por esses ganhos. Pelo analisado, esse momento de indiferença foi mais reconhecível na primeira seção estudada, uma vez que os *think tanks* pouco produziram nessa época, com poucos documentos publicados e sem uma gama grande de temas estudados, se voltando apenas para os aspectos econômicos e comerciais. Da mesma forma, é possível ver isso na segunda seção, também em relação aos poucos documentos e temas estudados, mas também pelo negativismo em relação a Lula, que não foi observado em relação à Cardoso. Já nesta última seção, com relatórios mais completos e com variedade de temas, foi possível perceber o reconhecimento pelos ganhos brasileiros, mesmo que com reconhecível risco aos Estados Unidos, esses feitos não foram negados ou minimizados.

Nesta seção, ao trabalhar o último mandato de Lula e um ano posterior ao seu fim, percebeu-se que a visão dos *think tanks* modificou de um mandato para outro. Enquanto no primeiro cargo na presidência, analisado na seção anterior, Lula era tratado ora com indiferença ora com desprezo pelos *think tanks*, no segundo o foco saiu do presidente em si e foi para os feitos do mesmo no Brasil. O cerne agora não era uma crítica ao presidente, como indivíduo alinhado à esquerda política, com propostas de políticas sociais abrangentes, mas sim às ações brasileiras no cenário internacional. Viu-se que, anteriormente, empenhava-se em estudar o âmbito doméstico brasileiro, suas fragilidades e vulnerabilidades a partir dos erros em questões políticas internas, sobre política fiscal ou reforma política. Entretanto, os documentos analisados nesta seção abordaram, principalmente, a inserção brasileira na estrutura internacional, sua contribuição nas discussões e doações, sua aproximação de países em desenvolvimento, como os BRICS, sua decisão pela integração regional via integração energética e sua interação com a saúde global e seus preceitos de saúde em todas as políticas, passando por cima de interesses materiais. Dessa forma, pode-se concluir que os Estados Unidos, e os *think tanks* perceberam a crescente importância do Brasil no cenário internacional, inclusive, isto é corroborado em alguns trechos dos relatórios publicados em 2011, que são os estudos que fecharam a análise do segundo mandato de Lula.

Em relação à construção narrativa sobre cada presidente – Cardoso e Lula – nos diferentes períodos investigados, compreende-se que existem diferenças na produção discursiva sobre ou outro. No caso de Cardoso, as críticas, em nenhum dos documentos analisados, foram destinadas a ele como indivíduo. Existem críticas ao ex presidente, mas não pessoalmente, seu profissionalismo foi exaltado em alguns documentos da primeira seção,

sendo sempre lembrado pelo seu histórico na academia e sua posição como sociólogo formado na Universidade de São Paulo, com vasto currículo acadêmico (PERRY, 1996, p. 7). Já Lula, como dito acima, é pessoalmente atacado pelos *think tanks* em seu primeiro mandato. Ainda sobre a disputa presidencial entre Cardoso e Lula em 1994, Lula foi apresentado como um risco negativo para os Estados Unidos, sendo referido como uma alternativa potencialmente perigosa, por conta de seu viés marxista de prática política (PERRY, 1996, p. 7). No entanto, com o passar dos anos dos dois mandatos de Lula, seus feitos foram reconhecidos como benéficos para o Brasil, para o seu crescimento e também para os interesses dos Estados Unidos no país, principalmente no sentido da conformação de uma rede ministerial selecionada entre grandes nomes da economia brasileira, indo da posição de esquerda para o centro na política.

4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Em síntese, neste capítulo foram analisados vinte e dois documentos discursivos produzidos por três *think tanks* estadunidense, a *Brookings Institution*, o *Council on Foreign Relations* e o *Center for Strategic and International Studies*. Essa análise buscou a catalogação dos documentos sobre o Brasil por essas instituições e a análise da construção narrativa feita por eles sobre o país. Dessa forma, chegou-se à conclusão de que, com diferenças de abordagens e perspectivas políticas, os *think tanks* selecionados viram o Brasil com uma plataforma de poder norte-americano na América do Sul, reforçando suas recomendações para que os Estados Unidos se aproximassem, e de certa forma cooptasse, do Brasil o mais rápido possível e no maior número de temáticas exequíveis. Em relação as distintas narrativas de um governo para o outro, percebe-se que os *think tanks* um certo receio ao falar de Lula ou Cardoso em determinados momentos. No entanto, analisando as produções do CSIS fica perceptível seu apreço por Cardoso e se desprezo por Lula no início do período estudado. Enquanto o primeiro é lembrado pelo seu histórico acadêmico e profissional, o segundo é visto de forma negativa por conta de seu passado sindical e de lutas pela melhoria da situação dos trabalhadores e do povo em geral. Isso demonstra um caráter mais conservador dos *think tanks*, mesmo que, segundo a pesquisa de McGann (MCGANN, 2007, p. 25), nenhuma instituição se autodeclara completamente de direita ou conservadora.

Portanto, compreende-se aqui o uso do discurso como criador de uma verdade, que perpetuada de diversas maneiras e meios, como os meios de comunicação, reuniões com congressistas, envio de diretivas e recomendações aos políticos e formuladores

de políticas, e workshops e *newsletters* reafirma que o Brasil pode ser muito mais interessante para os Estados Unidos, se usado da maneira como esses *think tanks* recomendam. Como afirma Foucault, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 9-10). A forma como os relatórios e artigos são endereçadas ao governo, como a carta ao presidente dos Estados Unidos mostra as vantagens dos *think tanks* frente ao acesso à altos níveis políticos do país. Assim, o discurso, nesse caso, não somente expressou o poder, mas também foi visto como objeto de poder. Existe, então, uma luta pelo poder de falar, pelo lugar de fala (FOUCAULT, 1996, p. 10).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, empreendeu-se o método desconstrutivo de dupla leitura proposto por Jacques Derrida para a análise da construção narrativa de *think tanks* estadunidenses sobre o Brasil entre 1995 e 2011. Por meio dessa investigação é possível chegar à algumas conclusões finais e propor novas pesquisas sobre o tema, com o fim não só de ampliar o conhecimento sobre o assunto pessoalmente, mas também elevar o número de trabalhos com esse conteúdo no Brasil, uma vez que esse trabalho de conclusão de curso faz parte de escassas pesquisas com essa temática no país.

Como visto no capítulo dois, os *think tanks* assumem um papel de promotores do conhecimento na esfera política estadunidense, que fornece a eles um solo fértil para seu estabelecimento e fortalecimento. Assim, foi percebido a relação intrínseca entre essas instituições e as arenas políticas no país, uma vez que, por meio do fenômeno de *revolving-door*, os políticos são transferidos para os *think tanks* e os especialistas destes são deslocados para cargos na burocracia política (ABELSON, 2014, p. 129). No entanto, essa é uma relação também de grupos de interesses lobbyists ou outras organizações envolvidas coma esfera política. Por isso, existe uma dificuldade em definir essas instituições, tanto em sua atuação direta como em sua função na sociedade. Muitas organizações, atualmente, têm seus grupos de pesquisas que empreendem investigações políticas e recomendações aos *policy-makers* nos Estados Unidos. Dessa forma, e como afirma Tatiana Teixeira (2007, p. 223), saber o que é ou o que não é um *think tank* trata-se de *feeling*. Isso decorre das lacunas a serem ainda preenchidos na literatura sobre o tema.

Nesse sentido, ainda que existam incertezas sobre a atuação dos *think tanks*, se destaca aqui a sua função como ponte entre conhecimento e poder. Embora autores como Marie Curie Chair e Diane Stone (STONE e CHAIR, 2007, p. 13) afirmem que essa posição é um mito sobre os *think tanks*, posto que as redes estão cada vez mais fluidas e essas instituições, por vezes, podem constituir o próprio poder. Ficou claro com a pesquisa que os *think tanks* acreditam no poder mobilizador das ideias, já que se esforçam pela qualidade de suas investigações cada vez mais, elaborando-as e fortalecendo-as em cada documento publicado. E também pela crença de que suas ideias poderão modificar, ou influenciar, a formulação de políticas. Dois exemplos esclarecedores dessa posição foram apresentados na análise dos relatórios *Brazil: Too Important to Ignore* (PERRY, 1996), publicado pelo CSIS e , publicado pelo CFR. O primeiro foi destinado ao Congresso dos Estados Unidos, com a justificativa de

que um dos problemas das relações entre Brasil e Estados Unidos era que ambos os legislativos não se conheciam, então, se enviaria esse relatório para os congressistas estadunidenses e, posteriormente, em movimento análogo, se apresentaria os Estados Unidos para os congressistas brasileiros. Já o segundo é uma carta bem elaborada destinada ao presidente dos Estados Unidos, então George W. Bush, recomendando maior aproximação do Brasil em altos níveis de negociação, aproveitando a potencial liderança brasileira na América Latina e enfatizando a negligência estadunidense a essa possível parceria entre as duas nações. Isso ocorre, pois, como salientado ao longo do trabalho, existe uma relação justaposta entre a política, o poder, e a produção de conhecimento, na qual o poder permite a produção regulada de conhecimento, e o conhecimento legitima as práticas de poder (FOUCAULT, 1979, p. 12)

Além disso, e como explicitou Foucault (1979, p. 117), a tecnologia surgiu como incorporação de instrumentos que não era mais aqueles destinados à localização, aceleração e amadurecimento da verdade, mas sim dos instrumentos que devem apreendê-la em qualquer tempo e em qualquer lugar. Assim, destaca-se que, anteriormente, as navegações permitiram esse transporte da verdade, agora a internet impõe essa situação, essa viagem da verdade. Nesse sentido, “a viagem introduziu o universal na tecnologia da verdade; lhe impôs a norma do ‘qualquer lugar’, do ‘qualquer tempo’ e, conseqüentemente do ‘qualquer um’. A verdade não tem mais que ser produzida. Ela terá que se representar e se apresentar cada vez que for procurada” (FOUCAULT, 1979, p. 117). Isso foi percebido no momento de acesso e pesquisa dos documentos aqui analisados. Todos eles foram encontrados nos portais *online* dos *think tanks* em questão, demonstrando o uso da internet como ferramenta de perpetuação da verdade produzida por estes. Com a internet, os *think tanks* reduziram seus custos de disseminação de informação, ampliaram o público de visibilidade, aumentando sua influência e possibilitando rápida coordenação com outras organizações (TEIXEIRA, 2007, p. 229). A concretização deste trabalho de conclusão de curso é um reflexo positivo do uso dessa ferramenta.

Em relação à percepção dos *think tanks* sobre o Brasil, percebe-se um padrão de reconhecimento do país como uma potência ascendente. Todos os *think tanks* apresentaram o Brasil como possível parceiro para os Estados Unidos, uma vez que sua liderança emergencial no mundo em desenvolvimento poderia ampliar a hegemonia estadunidense nessa região. Assim, o Brasil representaria um parceiro regional “responsável” para dividir os custos e estender a legitimidade de uma ordem multipolar que se desenha, com os Estados Unidos como ator hegemônico. O dissenso entre as instituições se dá na profundidade dessa parceria entre os dois países. Enquanto o CSIS apresenta reservas em relação ao Brasil e seus interesses

divergentes, o CFR os vê como possíveis reforços aos objetivos da política externa estadunidense. A *Brookings* é mais tolerante e amigável com o Brasil, o apresentando sempre de maneira positiva, sem muitas incertezas. Além disso, foi percebido um consenso em relação à positividade que Cardoso era referido pelos *think tanks* durante seu período na presidência, e como Lula, inicialmente, era representado como um mal e um perigo, não só para os interesses estadunidenses, mas também para o próprio Brasil. Por fim, essas representações negativas advindas dos temores em relação à chega do Partido dos Trabalhadores se dissiparam em favor de uma narrativa que reconheceu as oportunidades de negócios e investimentos no Brasil, aumentando o mercado estadunidense na América Latina e possibilitando maior interação entre a potência americana e os países menos desenvolvidos do continente e fora dele. Lula, mesmo que auto declarado de esquerda, construiu uma rede ministerial mista, que equilibrava as demandas sociais no país. Da mesma forma, o presidente poderia exercer um papel estabilizador de moderação entre os demais presidentes de esquerda na América Latina.

Dessa maneira, com esse padrão de reconhecimento do Brasil como uma potência em emergência, pode-se afirmar a hipótese de que a partir das ideias veiculadas por *think tanks*, os Estados Unidos passam a ver a liderança emergencial do Brasil no Sul Global como um instrumento chave para a hegemonia estadunidense nos continentes menos desenvolvidos. Contudo, esse reconhecimento do Brasil como um parceiro nem sempre se refletiu em uma prática de aproximação entre ambos os países. Isso fica exemplificado por alguns eventos internacionais em que os dois países tiveram maiores interações, tais como: a destituição do embaixador brasileiro da direção da Organização para Proibição de Armas Químicas, em 2002; a condução da crise política em Honduras em 2009; as negociações nucleares com o Irã em 2010; e, a eleição do diretor geral da OMC em 2013, a resposta seria negativa. Esses temas sequer foram abordados pelos *think tanks* selecionados, demonstrando que essas instituições não estavam interessadas em apresentar os problemas que existiam entre os dois países, mas sim as soluções que possibilitariam sua aproximação. Nesse sentido, pode-se mais uma vez afirmar a posição do Brasil como Estado-pivô para a estratégia estadunidense, como afirmou Chase, Hill e Kennedy (CHASE, HILL e KENNEDY, 1996, p. 44), o sucesso ou fracasso do Brasil tanto econômico, quanto social e político poderia afetar os interesses estadunidense, principalmente em relação à América, uma vez que o destino do Brasil, segundo os autores, estava inextricavelmente ligado a de toda região da América do Sul. Essa região, que durante seus momentos de alta econômica, principalmente antes da crise da dívida em 1980, representava um grande consumidor do mercado estadunidense e se tornava, na década de publicação deste artigo, um mercado de mais rápido crescimento para os negócios norte-

americanos ao longo das próximas décadas (CHASE, HILL e KENNEDY, 1996, p. 44). Portanto, com falhas ou sucesso brasileiros, os estadunidenses sentiriam as consequências. Os *think tanks* se anteciparam às falhas, recomendando maior aproximação e também aconselharam em como moldar um possível sucesso de acordo com os seus interesses.

Como já apresentado, alguns temas não foram abordados pelos *think tanks*, posto que não corroboravam seu interesse em relação à maior interação entre Estados Unidos e Brasil. Entretanto, identifica-se uma ampla gama de temáticas investigadas por esses institutos, principalmente no segundo mandato do governo Lula, apresentado na seção três do quarto capítulo. Anteriormente, mesmo com diversidade de assuntos, todos eles eram abordados a partir de uma visão econômica-comercial, principalmente em relação a ALCA. Assim, nas duas primeiras seções deste capítulo apresentam-se, nos documentos, a necessidade de maior conhecimento dos Estados Unidos sobre o Brasil, diminuindo sua negligência para com o país sul-americano. Também foram apresentadas prospecções para o governo Lula e, posteriormente, a surpresa causada pelos ganhos desse período e também pela guinada ao centro no presidente que concorreu em algumas eleições como a máxima da esquerda no Brasil. Já na terceira seção, observou-se a ampliação dos temas, inclusive se investigou nesse período a inserção do Brasil em assuntos como saúde global e ajuda humanitária. Nessa perspectiva, viu-se que em relação à Cardoso, a referência foi sempre positiva, como um presidente intelectual e participante da academia brasileira. No entanto, no período de presidência de Cardoso poucos documentos sobre o Brasil foram encontrados nos portais *online* dos *think tanks*, fato que limitou a análise deste momento da história. Em relação à Lula, as críticas foram de cunho pessoal inicialmente, sendo lembrado como um perigo de esquerda para os interesses estadunidenses e também para o Brasil. Já no segundo mandato, identifica-se o reconhecimento dos feitos desse governo.

Destarte, nesse padrão de receptividade do Brasil pelos *think tanks* foi possível perceber na maioria dos documentos que o termo “parceria” foi empreendido para se referir ao país: “[...] Os Estados Unidos não podem agir sozinhos na América do Sul, e não existe um *parceiro estratégico* melhor do que o Brasil na resolução desses problemas [...]” (MAXWELL, 2001, p. 3, grifo nosso). E também em 2007, demonstrando o Brasil como “um *parceiro* importante para os Estados Unidos no Hemisfério Sul como uma democracia robusta com valores compartilhados da civilização ocidental” (ERICKSON, 2007, p. 2, grifo nosso). Além disso, muitos elogios foram tecidos ao país, sendo mencionado como uma “democracia robusta”, ou “[...] o país mais importante da América do Sul (WEINTRAUB, 2002, p. 2), uma “liderança natural na América Latina e um papel de co-liderança natural com os EUA”

(GORDON, 2003, p. 16).

No que toca a posição dos Estados Unidos em relação a liderança do Brasil em processos de integração regional, o gigante norte-americano se mostrou ressentido pela exclusão da formação o MERCOSUL e UNASUL. Isso foi refletido em documentos publicados pelo CSIS e CFR ainda durante o governo Cardoso. Inicialmente, o CSIS afirma que a conformação do MERCOSUL não representaria uma ameaça para os Estados Unidos, mas, no caso deste não participar ativamente das relações interamericanas, o país poderia encontrar um bloco consolidado do qual fosse excluído (PERRY, 1996, p. 5). Já o CFR apresenta o bloco como um perigo aos interesses estadunidenses, principalmente em relação as possíveis parceiras entre UE-MERCOSUL, excluindo a potência norte-americana de discussões importantes, não só regionalmente, mas internacionalmente (MAXWELL, 2001, p. 9). Nesse sentido, e como salientado ao decorrer do texto e desta conclusão, a recomendação máxima dos *think tanks* é o maior engajamento dos Estados Unidos para com o Brasil e, como consequência, maior interação entre ambos. Isso seria benéfico não somente para os Estados Unidos, segundo essas organizações, mas também para o Brasil, já que se abriria um leque de possibilidade de negociações para o país sul-americano com o gigante norte-americano. Entretanto, este engajamento depende também de uma receptividade brasileira, que no período analisado por este trabalho não se mostrava totalmente aberta. Para o Brasil, o respeito à soberania, à autodeterminação e ao princípio de não-intervenção em assuntos domésticos de outros países é de suma importância para aprofundamento de relações com parceiros. Contudo, esses valores centrais ao Itamaraty são percebidos por alguns analistas dos *think tanks* selecionados como apoio à regimes populistas de esquerda no continente, em especial a Venezuela. Isso pode ser visto no documento *Lula's Surprise* de 2003 do CFR, no qual o autor apresenta a política externa de Lula como perigosa, posto que no início de seu mandato já tomou importantes iniciativas em relação a Chávez na Venezuela e a Castro em Cuba, dois pontos nevrálgicos para os relacionamentos dos Estados Unidos, além do apoio aos Kirchner na Argentina (MAXWELL, 2003, p. 8).

Dessa forma, é possível perceber uma concordância entre as recomendações dos *think tanks* e a posição de alinhamento de cada entidade apresentada por James McGann. Segundo o autor, nenhum dos *think tanks* se auto declara completamente de esquerda ou de direita. Assim, o *Center for Strategic and International Studies* pode ser identificado como centro-direita, o *Council on Foreign Relations* como centrista e a *Brookings* como centro-esquerda (MCGANN, 2007, p. 25). Esse posicionamento político reflete nas recomendações na medida em que a *Brookings* se mostra mais condescendente com as práticas de Lula,

principalmente em relação a sua aproximação com os vizinhos, enquanto o CFR vê isso como uma possível ameaça e o CSIS como um perigo eminente contra os interesses estadunidenses na região. Essas sutilezas são apresentadas de diferentes formas pelos *think tanks*, seja por meio de opiniões explícitas, como no caso do CFR e CSIS, ou por meio de elogios pelos ganhos obtidos com maior integração, como no caso da *Brookings*.

Portanto, como considerações finais, aborda-se que existe uma produção discursiva harmônica dos *think tanks* em relação ao Brasil: todos acreditam no país com um parceiro regional responsável para os Estados Unidos, que pode reforçar seus interesses em relação à países em desenvolvimento. Isso implicaria na divisão dos custos e benefícios da multipolaridade, que pode divergir as relações entre os países por conta do interesse que cada um objetiva nessa ordem mundial. Para o Brasil, uma exploração desta ordem se apresenta com o fim de alcançar uma maior margem de autonomia, criando regras internacionais que protejam seus interesses e ações e regimes que limitem a ação unilateral da potência norte-americana. Já para os Estados Unidos, se beneficiar dessa ordem seria manter seu *status-quo* de hegemonia no cenário internacional, moldando a multipolaridade a seu favor. Os questionamentos surgem, então, em relação aos interesses de ambos com a posição do outro e também com o que não é interesse desses países, dificultando suas relações.

Essas conclusões, ainda que apresentem importantes padrões de caracterização narrativa sobre o Brasil por parte dos *think tanks* selecionados ainda são preliminares e merecem maior desdobramento e aprofundamento em outras produções acadêmicas. Outros aspectos requerem maior investigação, como o fato de que a produção de conhecimento sobre o Brasil constrói uma ideia particular no imaginário estadunidense sobre o país. Essa situação implica na possível construção do “outro” em dois casos, como apontado por Roxanne Lynn-Doty (1996, p. 40): um em que se cria um “outro” diferente, e nesse caso se constitui pares binários como superioridade/inferioridade, civilizado/incivilizado. O segundo caso, trata-se da criação do “outro” como um potencial idêntico, que se reflete em políticas de conversação e assimilação. Porém, essa assimilação ainda mantém uma relação de hierarquia em que o “outro” será sempre fixado como uma presença parcial do “eu”, nunca uma versão completa. Nesse sentido, questiona-se, e se pretende inquirir, se a caracterização narrativa do Brasil como um "parceiro estratégico", "grande parceiro na América Latina" ou "parceiro indispensável para o mantimento da hegemonia estadunidense no Sul Global" seria uma construção do outro como no segundo caso, em que se possibilita e recomenda uma aproximação do eu estadunidense, mas não uma analogia completa. Assim, proporciona intensificação das relações e assimilação, mas ainda se sustenta uma hierarquia internacional.

Além disso, outras indagações surgem desse trabalho em relação a influência ou atuação dessa caracterização específica dos *think tanks* na política externa dos Estados Unidos para o Brasil e, dessa forma, como mensurar essa intervenção na relação entre ambos países. Essas, e outras questões, deverão ser abordadas por outros autores e pesquisas, com o foco principal nas relações entre conhecimento e poder e sua aplicação nas relações sociais, seja nacional ou internacional.

REFERÊNCIAS

ABELSON, D. E. Old word, new word: The evolution and influence of foreign affairs think-tanks. **International Affairs**, v. 90, n. 1, p. 125-142, 2014.

_____. Think Tanks and U.S. Foreign Policy: A Historical Perspective. **Foreign Policy Agenda - An Electronic Journal of the U.S. Department of State**, v. 7, n. 3, p. 9-12, 2002.

ADORNO, T. W. **Minima Moralia**: reflexões a partir de uma vida danificada. São Paulo: Edições 70, 2001.

ASHLEY, R. The Poverty of Neorealism. **International Organization**, v. 38, n. 2, p. 225-285, 1984.

ASHLEY, R.; WALKER, R. B. J. Introduction: speaking the language of exile: dissident taught in international studies. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 3, p. 259-268, 1990.

BANKS, M. The inter-Paradigm Debate. In: LIGHT, M.; GROMM, A. J. R. **International Relations - A Handbook of Current Theory**. Londres: Pinter, 1985.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BITTENCOURT, L. Brazil's Growing Urban Insecurity: Is It a Threat to Brazilian Democracy? **Policy Papers on the Americas**, Washington DC., v. XIV, Janeiro 2003. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/policy-papers-americas-brazils-growing-urban-insecurity-it-threat-brazilian-democracy>>. Acesso em: 3 outubro 2017.

BLISS, K. E. Key Players in Global Health: How Brazil, Russia, India, China, and South Africa Are Influencing the Game. **CSIS Global Health Policy Center**, Washington DC., November 2010. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/key-players-global-health>>. Acesso em: 04 outubro 2017.

BODMAN, S. W.; WOLFENSOHN, J. D.; SWEIG, J. E. Global Brazil and U.S.-Brazil Relations. **Latin America Studies Program**, Washington DC., July 2011. Disponível em: <<https://www.cfr.org/report/global-brazil-and-us-brazil-relations>>. Acesso em: 04 outubro 2017.

BRAUN, M. et al. Lejos de Thinktanklandia: Estudio comparativo de los Institutos de Investigación de Políticas en los Países en Desarrollo. In: GARCÈ, A.; UÑA, G. **Think Tanks y políticas públicas en Latinoamérica: dinámicas globales y realidades regionales**. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

BROOKINGS. **Brookings Institution**, 2017. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/>>. Acesso em: 27 maio 2017.

CAMBRIDGE. **Cambridge Dictionary**, 2017. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/>>. Acesso em: 13 novembro 2017.

CAMPBELL, D. Poststructuralism. In: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2007. Cap. 12, p. 223-246.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

CEPALUNI, G. Regimes internacionais e o contencioso das patentes para medicamentos: estratégias para países em desenvolvimento. **Contexto Internacional**, v. 27, n. 1, p. 51, 2005.

CFR. **COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS**, 2017. Disponível em: <www.cfr.org/>. Acesso em: maio 2017.

CHASE, R. S.; HILL, E. B.; KENNEDY, P. Pivotal States and U.S. Strategy. **Foreign Affairs**, New York, v. 75, n. 1, 1996.

COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CSIS. **Center of Strategic International Studies**, 2017. Disponível em: <www.csis.org/>. Acesso em: maio 2017.

DAVIS, N. H. et al. The War and Peace Studies of the Council on Foreign Relations: 1939-1945. **Council on Foreign Relations**, 1956. Disponível em: <https://archive.org/stream/CouncilOnForeignRelations1946TheWarAndPeaceStudies/Council%20on%20Foreign%20Relations%201946%20_%20The%20war%20and%20peace%20studies#page/n0/mode/2up>. Acesso em: 30 outubro 2017.

DER DERIAN, J. The (s)pace of international relations: simulation, surveillance, and speed.

International Studies Quarterly, v. 34, n. 3, p. 295-310, 1990.

_____. The Boundaries of Knowledge and Power in International Relations. In: DER DERIAN, J.; SHAPIRO, M. J. **International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics**. New York: Lexington Books, 1989. p. 3-10.

DER DERIAN, J.; SHAPIRO, M. J. **International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics**. New York: Lexington Books, 1989.

DESHAZO, P.; LADISLAW, S. O.; PRIMIANI, T. Natural Gas, Energy Policy, and Regional Development: Brazil and the Southern Cone. **Policy Papers on the Americas**, Washington DC., v. XVIII, Abril 2007. Disponível em: <<https://www.csis.org/events/natural-gas-energy-policy-and-regional-development-%E2%80%94-brazil-and-southern-cone>>. Acesso em: 03 outubro 2017.

DEVETAK, R. Postmodernism. In: BURCHILL, SCOTT, et al. **Theories of International Relations**. New York: Palgrave, 2005. p. 161-187.

_____. The Project of Modernity and International Relations Theory. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 24, n. 1, p. 27-51, 1995.

DORNBUSCH, R. Brazil's Incomplete Stabilization and Reform. **Brookings Papers on Economic Activity**, Washington DC., v. 1, 1997. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/bpea-articles/brazils-incomplete-stabilization-and-reform/>>. Acesso em: 02 outubro 2017.

EDKINS, J. Poststructuralism. In: GRIFFITHS, M. **International Relations Theory for the Twenty-First Century**. New York: Routledge, 2007. p. 88-98.

ERICKSON, M. Brazil and Trade Developments. **CSIS Americas Program**, Washington DC., 1 July 2007. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/brazil-and-trade-developments>>. Acesso em: 03 outubro 2017.

FEDERAL RESERVE. **Federal Reserve Statistical Release: Industrial Capacity and Production Utilization**. Federal Reserve. Washington D.C. 2006.

FORMAN, J. M. et al. Toward the Heavens: Latin America's Emerging Space Programs. **CSIS Americas Program and Space Initiatives**, Washington DC., August 2009. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/toward-heavens>>. Acesso em: 03 outubro 2017.

FOUCAULT, M. **A Microfísica do Poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso (Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro 1970)**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. **Power/Knowledge Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977**. New York: Pantheon Books, 1980.

_____. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. What is the Enlightenment? In: RABINOW, P. **The Foucault Reader**. New York: Pantheon Books, 1984. p. 32-50.

GADDIS, J. L. International Relations Theory and the End of the Cold War. **International Security**, v. 17, n. 3, p. 5-58, 1992-1993.

GIDDENS, A.; PIERSON, C. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GORDON, L. Brazil-U.S. Relations: A New Chapter? **Brookings Institution**, Washington DC., 2 Abril 2001. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/opinions/brazil-u-s-relations-a-new-chapter/>>. Acesso em: 02 outubro 2017.

_____. Varieties of Nationalism: A Half Century of Brazilian-American Relations. **Brookings Institution**, Washington DC., 1 July 2003. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/research/varieties-of-nationalism-a-half-century-of-brazilian-american-relations/>>. Acesso em: 02 outubro 2017.

GROSE, P. **Continuing the Inquiry: The Council on Foreign Relations from 1921 to 1996.** New York: Council on Foreign Relations, 2006.

HAASS, R. Think Tanks and U.S. Foreign Policy: A PolicyMaker's Perspective. **U.S. Foreign Policy Agenda - An Electronic Journal of the U.S. Department of State**, v. 7, n. 3, p. 5-9, 2002.

HERITAGE. **The Heritage Foundation**, 2017. Disponível em: <<http://www.heritage.org/>>. Acesso em: 30 outubro 2017.

HUNTINGTON, S. P. The Clash of Civilizations? **Foreign Affairs**, New York, 1993. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1993-06-01/clash-civilizations>>. Acesso em: 30 outubro 2017.

HUSSEINI, S. Brookings: the establishment's think tank. **Extra! Fairness and Accuracy in Reporting**, 1998. Disponível em: <<http://fair.org/extra/brookings-the-establishments-think-tank/>>.

KEOHANE, R. International Institutions: Two approaches. **International Studies Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 379-396, 1988.

KESSLER, T. A Quebra do Peso mexicano: Causa, Conseqüências e Recuperação. **Revista de Economia Política**, v. 21, n. 3, 2001.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1962.

KURKI, M. Causes of a divided discipline rethinking the concept of cause in IR. **Review of International Studies**, v. 32, p. 189-216, 2006.

KURKI, M.; WIGHT, C. International Relations and Social Science. In: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. **International Relations Theories: Discipline and Diversity** 3.^a ed. Oxford: Oxford University Press. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2007. Cap. 1, p. 14-35.

LADISLAW, S. O. Energy and Development Trends: The Role of Rapidly Emerging Countries. **CSIS Project on U.S. Leadership in Development**, Washington DC., December 2011. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/energy-and-development-trends>>. Acesso em: 04 outubro 2017.

LANDAU, G. D. The Regulatory-Normative Framework in Brazil. **Policy Papers on the Americas**, Washington DC., v. XIII, n. 2, Abril 2002. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/policy-papers-americas-regulatory-normative-framework-brazil-volume-xiii-2002>>. Acesso em: 2 outubro 2017.

LAPID, Y. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 236-254, 1989.

LEVI, M. A. Nuclear Reactor: Botching Brazilian Diplomacy. **Brookings Institution**, Washington DC., 13 Abril 2004. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/opinions/nuclear-reactor-botching-brazilian-diplomacy/>>. Acesso em: 02 outubro 2017.

LYNN DOTY, R. **Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations**. Minneapolis: Minnesota Press, 1996.

LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MAXWELL, K. R. A Letter to the President and a Memorandum on U.S. Policy Toward Brazil. **Council on Foreign Relations**, Washington DC., February 2001. Disponível em: <<https://www.cfr.org/report/letter-president-and-memorandum-us-policy-toward-brazil>>. Acesso em: 02 outubro 2017.

_____. Brazil: Lula's Prospect. **Council on Foreign Relations**, Washington DC., December 2002. Disponível em: <<http://www.cfr.org/brazil/brazillulasprospect/>>. Acesso em: 08 maio 2017.

_____. Lulas's Surprise. **Council on Foreign Relations**, Washington DC., July 2003. Disponível em: <<http://www.cfr.org/brazil/lulassurprise/>>. Acesso em: 08 maio 2017.

MCGANN, J. The Global “Go To Think Tanks”. **Think Tanks and Civil Societies Program**, Philadelphia, 2016.

_____. The Global “Go To Think Tanks”. **Think Tanks and Civil Societies Program**, Philadelphia, 2010.

_____. Think tanks and policy advice in the US. **Foreign Policy Research Institute**, Philadelphia, 2005.

_____. **Think tanks and policy advice in the US: academics, advisors and advocates.** New York: Routledge, 2007.

MEDVETZ, T. Think tanks as an emergent field. **Social Science Research Council**, New York, 2008.

_____. Think Tanks. In: RITZER, G. **Blackwell Encyclopedia of Sociology**. [S.l.]: Blackwell Publishing, 2007. Disponível em: <<http://www.sociologyencyclopedia.com>>. Acesso em: 12 maio 2017.

MICHELSON, E. S. **Assessing the Societal Implications of Emerging Technologies: Anticipatory governance in practice.** Abingdon: Routledge, 2016.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações.** Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

O'NEIL, S. Brazil as an Emerging Power: The View from the United States. **Latin American Studies Program**, Washington DC., March 2010. Disponível em: <<https://www.cfr.org/blog/brazil-emerging-power-view-united-states>>. Acesso em: 04 outubro 2017.

PARTNERSHIP FOR THE AMERICAS COMMISSION. Re-Thinking U.S.-Latin American Relations: A Hemispheric Partnership for a Turbulent World. **Brookings Institution**, Washington DC., 24 November 2008. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/research/re-thinking-u-s-latin-american-relations-a-hemispheric-partnership-for-a-turbulent-world/>>. Acesso em: 03 outubro 2017.

PERRY, W. Brazil: Too Important to Ignore. **Policy Papers on The Americas**, Washington DC., v. VII, n. 3, 15 July 1996. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/policy-papers-americas-brazil-too-important-ignore-volume-vii-1996>>. Acesso em: 02 outubro 2017.

RESENDE, E. S. D. A. **A crítica pós-moderna/pós-estruturalista na relações internacionais.** Boa Vista: UFRR, 2010.

RICH, A. U.S. Think Tanks and the Intersection of Ideology, Advocacy, and Influence. **Policy Community**, p. 54-59, Winter 2001.

SARUP, M. **An Introductory Guide to Post-structuralism and Postmodernism.** Georgia: University of Georgia, 1993.

SETH, S. Postcolonial Theory and the Critique of International Relations. In: SETH, S. **Postcolonial Theory and the Critique of International Relations: A critical introduction**. London: Routledge, 2012. p. 15-31.

SHOUP, L.; MINTER, W. **The imperial brain trust: The Council on Foreign Relations and United States Foreign Policy**. New York: Monthly Review Press, 1942.

SMITH, J. A. **Strategic Calling: The Center for Strategic and International Studies, 1962-1992**. Washington DC: The Center for Strategic and International Studies, 1993.

_____. **The Idea Brokers: think tanks and the rise of new policy elite**. New York: The Free Press, 1991.

SMITH, S. Positivism and Beyond. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. **International theory: positivism and beyond**. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 11-44.

SOUZA, A. D. Political Reform in Brazil: Promises and Pitfalls. **Policy Papers on the Americas**, Washington DC., v. XV, Abril 2004. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/policy-papers-americas-political-reform-brazil-promises-and-pitfalls-volume-xv-2004>>. Acesso em: 03 outubro 2017.

STONE, D. Introduction: think tanks, policy advice and governance. In: STONE, D.; DENHAM, A. **Think Tank Traditions: Policy Research and the Politics of Ideas**. New York: Palgrave, 2004. p. 1-16.

STONE, D.; CHAIR, M. C. Recycling Bins, Garbage Cans or Think Tanks? Three Myths Regarding Policy Analysis Institutes. **Comparative Perspective on Scientific Expertise for Public Policy**, Amsterdam, 16/17 December 2007.

_____. Think tanks and policy advice in countries in transition. **Asian Development Bank Institute Symposium: "How to Strengthen Policy-Oriented Research and Training in Viet Nam"**, Hanoi, 31 Agosto 2005.

TACCA, M. El siglo de las luces: el dieciocho. In: LISCHETTI, M. **Antropología**. Buenos Aires: Endeuba, 2001. p. 73-84.

TALBOTT, S. The Brookings Institution: how a think tank works. **Foreign Policy Agenda - An Electronic journal of the US Department of State**, v. 7, n. 3, p. 19-21, 2002.

TEIXEIRA, T. **Os think tanks e a sua influência na Política Externa dos EUA: a arte de pensar o impensável.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. **Os Think Tanks norte-americanos e a sua fábrica de visão de mundo.** SOCIOLOGIA E POLÍTICA. I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR. Curitiba: [s.n.], 2009.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático.** 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TTCSP. **THINK TANKS AND CIVIL SOCIETIES PROGRAM**, 2017. Disponível em: <<https://www.gotothinktank.com/>>. Acesso em: 04 agosto 2017.

U.S. GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE. **GPO**, 2017. Disponível em: <<https://www.gpo.gov/>>. Acesso em: maio 2017.

UNDP, U. N. D. P. **Thinking the Unthinkable: From Thought to Policy: The Role of Think Tanks in Shaping Government Strategy; Experiences from Central and Eastern Europe.** Bratislava: United Nations Publications, 2003.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. **Política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula.** São Paulo: Unesp, 2011.

VIZENTINI, P. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 2005.

WEINTRAUB, S. Brazil-U.S. Economic Relations. **Issues in International Political Economy**, Washington DC., n. 16, Abril 2001. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/issues-international-political-economy-brazil-us-economic-relations-april-2001-number-16>>. Acesso em: 02 outubro 2017.

_____. President Lula's Uncertain Path. **Issues in International Political Economy**, Washington DC., n. 39, March 2003. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/issues-international-political-economy-president-lulas-uncertain-path-march-2003-number-39>>. Acesso em: 02 outubro 2017.

_____. The Brazil-U.S. Relationship: A Tale of Mutual Ignorance. **Issues in International Political Economy**, Washington DC., n. 30, June 2002. Disponível em:

<<https://www.csis.org/analysis/issues-international-political-economy-brazil-us-relationship-tale-mutual-ignorance-june>>. Acesso em: 02 outubro 2017.

WHITE, S. Emerging Powers, Emerging Donors: Teasing Out Developing Patterns. **CSIS Program on Crisis, Conflict and Cooperation**, Washington DC., February 2011. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/emerging-powers-emerging-donors>>. Acesso em: 04 outubro 2017.

X. The Sources of Soviet Conduct. **Foreign Affairs**, New York, July 1947. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>>. Acesso em: 30 outubro 2017.